

República Federativa do Brasil DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII - Nº 026

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 29º SESSÃO, EM 7 DE ABRIL DE 1983

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes à seguinte matéria: — Mensagem nº 44/83 (nº 65/83, na origem).

1.2.2 — Leitura de projetos

- Projeto de Lei do Senado nº 37/83, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz alteração na parte da Consolidação das Leis do Trabalho que disciplina o aviso prévio.

- Projeto de Lei do Senado nº 38/83, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, no capítulo concernente à segurança e medicina do trabalho, para determinar que os percentuais relativos ao adicional de insalubridade incidam sobre o salário percebido pelo trabalho.

1.2.3 - Comunicação da Liderança do PDS

 Referente à designação do Sr. Senador Altevir Leal para integrar, na qualidade de suplente, a Comissão do Distrito Federal.

1.2.4 - Comunicações da Liderança do PDS na Câmara dos Depu-

- De substituições de membros em comissões mistas.

1.2.5 - Discursos do Expediente SENADOR MARIO MAIA -

Dia Mundial da Saúde.

SENADOR SEVERO GOMES - Resposta ao discurso

proferido na sessão de ontem pelo Senador José Lins, quando S. Excontestou afirmação do orador a respeito da ineficacia dos acordos firmados junto ao FMI.

SENADOR JOSÉ LINS, como Líder - Observações ao pronunciamento de seu antecessor na tri-

SENADOR NELSON CARNEI-RO. como Líder — 75º aniversário

de fundação da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, Constituição do novo Comitê de Imprensa do Senado Federal.

1.2.6 — Comunicação da Presidênci**a**

-- Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

- Referente a erro gráfico no item 14 da pauta da presenta ses-

1,3 - ORDEM DŌ DIA

1.3.1 - Requerimento

Nº 520/83, de inversão da Ordem do Dia. Aprovado, após encaminhamento da votação feita pelos Srs. Nelson Carneiro, Itamar Franco e Lomanto Junior.

- Projeto de Resolução nº 126/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA) a elevar, em Cr\$ 497.499.000,00, o montante de sua dívida consolidada. Aprovado, com subemenda, nos termos do substitutivo de plenário. À Comissão de Redação.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, a elevar em Cr\$ 76.958.000,00 (setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e oito mii cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 76.958.000,00 (setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fimde que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, destinado à implantação de galerias pluviais, guias e sarjetas, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respec-

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de

Senado Federal, 7 de abril de 1983. - Nilo Coelho, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho. Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, a elevar em Cr\$ 51.767.900.00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, destinado à construção e equipamento de escola de 1º grau, de centro interescolar de educação artística e de escolas rurais padrão de 1º grau, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. - Nilo Coelho,

- Requerimento nº 187/83, de autoria do Senador Aloysio Chaves, solicitando, nos termos do art. 418, item I, do Regimento Interno, a convocação do Senhor Amaury Stábile, Ministro de Estado da Agricultura, a fim de prestar, perante o plenário do Senado, informações sobre os termos do contrato da empresa CAPEMI para o desmatamento da Bacia Hidrelétrica de Tucuruí, Aprovado.
- Projeto de Resolução nº 127/82, que aprova as conclusões e recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69/78. Discussão encerrada, após usar da palavra o Sr. Milton Cabral, sendo despachada às Comissões de Constituição e Justiça e de Minas e Energia, em virtude do recebimento de emenda de plenário.
- Requerimentos nºs 317; 319; 320 a 327, de 1983, de desarquivamento das proposições que mencionam. Aprovados.
- Requerimento nº 455/83, do Senador Lourival Baptista e outros Senhores Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia baixadas pelos Ministros General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca e Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, em comemoração ao 19º aniversário da Revolução de março de 1964. Aprovado.
- do.

 Requerimento nº 505/83, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, alínea b do Regimento Interno, urgência do Projeto de Lei do Senado nº156/79, de sua autoria, que institui o seguro-desemprego e determina outras providências. Votação adiada para a sessão do dia 12 próximo, nos termos do Requerimento nº 521/83.
- Projeto de Resolução nº 34/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN) a elevar, em Cr\$ 10.077.000,00, o montante de sua dívida consolidada. Aprovado. Ā Comissão de Redação.
- Projeto de Resolução nº 41/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Extremoz (RN) a elevar, em Cr\$ 8.153.200,00, o montante de sua dívida consolidada. Aprovado. À Comissão de Redação.
- Projeto de Resolução nº 44/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Terenos (MS) a elevar, em Cr\$ 13.600.000,00, o montante de sua dívida consolidada. Aprovado. Ã Comissão de Redação.
- Projeto de Resolução nº 96/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rialma (GO) a elevar, em Cr\$ 38.265.000,00, o mon-

- tante de sua dívida consolidada. Aprovado. Á Comissão de Redação.
- Projeto de Resolução nº 105/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cumari (GO) a elevar, em Cr\$ 3.857.900,00, o montante de sua dívida consolidada. Aprovado. À Comissão de Redação.
- Projeto de Resolução nº 120/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Recife (PE) a elevar, em Cr\$ 95.072.500,00, o montante de sua dívida consolidada. Aprovado. À Comissão de Redação.
- Projeto de Resolução nº 6/83, que autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Velho (RO) a elevar, em Cr\$ 1.024.242.465,90, o montante de sua dívida consolidada. Aprovado. À Comissão de Redação.
- Projeto de Resolução nº 7/83, que autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP) a elevar, em Cr\$ 388.960.840,88, o montante de sua dívida consolidada. Aprovado. A Comissão de Redação.
- 1.4 DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA
- SENADOR GABRIEL HERMES — Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Meira.

SENADOR JOSÉ LINS— Telex recebido do Sr. Ministro Delfin Netto, contestando afirmações atribuídas a S. Extepelo Senador Humberto Lucena, no tocante a atuações desenvolvidas por ex-Governadores do Nordeste.

SENADOR ITAMAR FRANCO— Media adotada pelo Poder Executivo em reduzir o preço do litro do álcool combustível aos motoristas de táxi, em detrimento do aproveitamento de projeto de lei de autoria de S. Ex*, versando sobre o assunto, em tramitação no Senado.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Artigo publicado pela "Rezenha Tributária de São Paulo", de autoria do Sr. Rafael Moreno Rodrigues, intitulado "Intributabilidade dos gêneros alimentícios básicos".

SENADOR JUTAHY
MAGALHÃES — Reflexões sobre
os recentes distúrbios ocogridos na
cidade de São Paulo

SENADOR GASTÃO MULLER — Transcurso do aniversário de fundação da cidade de Cuiabá-MT.

SENADOR MOACYR
DALLA — Atuação desenvolvida
pelo Sr. Tranquilo Dias Sampaio,
quando de sua gestão à frente da
Presidência do Banco do Estado do
Espírito Santo S.A. — BANESTES.

- 1.5 DESIGNAÇÃO DA OR-DEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.
- 2 ATA DA 30° SESSÃO, EM 7 DE ABRIL DE 1983
 - 2.1 ABERTURA
 - 2.2 EXPEDIENTE -

2.2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias: Mensagens n°s 171, 175 e 254/82; Projetos de Resolução n°s 22, 26, 31, 51, 76, 82, 84, 111, 10, 24, 36, 78, 108, 137 e 142/82. (Redações finais).

2.2.2 - Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1983, de autoria do Sr. Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% para os servidores públicos federais, e dá outras providências.

2.2.3 — Requerimentos

— N°s 522 a 524, de desarquivamento de proposições.

2.3 — ORDEM DO DIA

- Requerimentos nºs 328 a 337, de 1983, de desarquivamento das proposições que mencionam. Aprovados.
- Projeto de Resolução nº 8/83, que suspende a execução do art. 223 do código tributário do Município de Paraguaçu Paulista, Leinº 1.131, de 13 de dezembro de 1977. Aprovado, à Comissão de Redação.
- Projeto de Resolução nº 9/83, que suspende a execução do § 1º, 1 e 3, da cláusula primeira, do convenio ICM nº 44, de 7 de dezembro de 1976, e do art. 2º, § 1º, 1 e 3, da portaria nº 313, de 29 de dezembro de 1976, do Diretor da Receita Estadual de Minas Gerais. Aprovado, à Comissão de Redação.
- 2.4 DESIGNAÇÃO DA OR-DEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO,
- 3 DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

Dos Srs. Almir Pinto e Humberto Lucena, proferidos na sessão de

4 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

- --- Nºs 4 e 6, de 1983 (republicação).
- 5 PORTARIA DO SR. DIRETOR-GERAL

Nº 7, de 1983

6 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

- Reunião da Comissão Deliberativa, realizada em 7-4-83
- 7 MESA DIRETORA
- 8 LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS
- 9 COMPOSIÇÃO DAS CO-MISSÕES PERMANENTES

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros), correspondentes a 600.000 UPCs considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.683,14 (um mil, seiscentos e oitenta e três cruzeiros e quatorze centavos), vigente em abril/82, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto ao Banco do Estado da Paraíba S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação - BNH, destinado à execução de obras no Sistema Viário e Equipamentos Comunitários, Recreação e Lazer (Centro de Bairro) do Projeto CURA III, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. — Nilo Coelho, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, a elevar em Cr\$ 73.169.900,00 (setenta e três milhões, cento e sessenta e nove mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Preseitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 1! de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 73.169.900,00 (setenta e três milhões, cento e sessenta e nove mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à implantação de galerias de águas pluviais, guias e meios-fios, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. — Nilo Coelho, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art, 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 6.978.800,00 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 6.978.800,00 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à implantação de esgotos pluviais, meios-fios e aquisição de um caminhão compactador para coleta de lixo, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. — Nilo Coelho, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 1983

Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a elevar em Cr\$ 151,212.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, duzentos e doze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado do Amazonas, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$151.212.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, duzentos e doze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de uma central de artesanato em Manaus, e postos de comercialização no interior daquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 29 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. — Nilo Coelho, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 72, de 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaberaí, Estado de Goiás, a elevar em Cr\$ 23.566.400,00 (vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a prefeitura Municipal de Itaberaí, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 23.566.400,00 (vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e quatrocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de meios-fios e sarjetas, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. — Nilo Coelho, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 73, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul, a elevar em Cr\$ 14.962.400,00 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 14.962.400,00 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de 13 (treze) unidades escolares de 1º grau, na zona rural daquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. — Nilo Coelho, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO № 74, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 2.585.400,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 2.585.400,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à conclusão da construção de escolas de 1º grau em zona urbana e rural daquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. — Nilo Coelho,

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 75, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapuranga, Estado de Goiás, a contratar operações de crédito no valor global de Cr\$ 8.469.000,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil cruzeiros).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Itapuranga, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operações de crédito no valor global de Cr\$ 8.469.000,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e

nove mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinados à construção e equipamento de um centro de vivência comunitária e de 10 (dez) escolas rurais, e implantação de um sistema de captação de águas pluviais, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. — Nilo Coelho, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 76, DE 1983

Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 23.801.336,00 (vinte e três milhões, oitocentos e um mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 23.801.336,00 (vinte e três milhões, oitocentos e um mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar operação de crédito de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada a suprir déficit financeiro na conclusão das obras dos Centros Sociais Urbanos de Afogados da Ingazeira, Bonito, Cabrobó, Canhotínho, Lajedo, Sertânia, Santa Cruz do Capibaribe e Vitória de Santo Antão, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 1983. — Nilo Coelho, Presidente.

Ata da 29ª Sessão, Em 7 de Abril de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, Da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nilo Coelho, Moacyr Dalla, Henrique Santillo e Jorge Kalume.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRE-SENTES OS SRS. SENADORES:

Lorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pórto — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Álvaro Dias — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente. É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES N°S 103 E 104, DE 1983 PARECER N° 103, DE 1983

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 44, de 1983 (nº 65/83— na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizado o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar em Cr\$ 717.785.762,58 (setecentos e dezessete milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros e cinquenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Benedito Canellas

O Senhor Presidente da República encaminha ao Exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja o Governo do Estado de Mato Grosso autorizado a elevar em Cr\$ 717.785.762,58 (setecentos e dezessete milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros e cinquenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, correspondente a 279.680,40, cada uma, vigente em novembro de 1982.

- 2. Características da operação:
 - "I A Valor: Cr\$ 603.731.313,03 (correspondente a 235.239,85 ORTN de Cr\$ 2.566,45, em nov/82);
 - B Prazos:
 - 1 de carência: 2 anos;
 - 2- de amortização: 10 anos;
 - C Encargos:
 - 1 juros de 6% a.a., cobrados trimestralmente;
 2 correção monetária: 60% do índice de va-
- riação das ORTN;
- D Garantia: Vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);
- E Destinação dos recursos: Construção de cadeias de comarca, delegacia de menores e aquisição de equipamentos de radiocomunicação.
- II A Valor: Cr\$ 114.054.449,55 (correspondente a 44.440,55 ORTN de Cr\$ 2.566,45, em nov/82);
 - B Prazos:
 - I de carência: 1 ano;
 - 2 de amortização: 4 anos;
 - C Encargos:
 - 1 juros de 6% a.a. cobrados trimestralmente;
- 2 correção monetária: 60% do índice de variação das ORTN;
- D Garantia: Vinculação das parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);
- E Destinação dos recursos: Aquisição de veículos e equipamentos de radiocomunicação."
- 3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.
- 4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:
- a) Leis Estaduais nºs 4.493 e 4.495, ambas de 24 de agosto de 1982, autorizadoras da operação;
- b) Exposição de Motivos (EM nº 267/82) do Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-a favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal:
- c) parecer da diretoria do Banco Central do Brasil favorável ao pleito; e
- d) parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável.

- 5. Do estudo de viabilidade apresentado pelo Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes itens para a análise da capacidade de pagamento da entidade:
 - 5.1 Dados relativos ao balanço de 1981.

	Valor: Cr\$ milhões
Receita Total	. 21,189,0
Operação de Crédito	- 2.767,0
Receita Líquida	18.422,9
Îndice de Correção	1,5158
Receita Liquida Corrigida	27.925,4

5.2 Limites Operacionais (art. 2º da Resolução nº 62/75).

	Valor: Cr\$ milhões
Montante Global	19.547,8
Crescimento Real Anual	5.585,1

Dispêndio Anual Máximo 4.188,8 Responsabilidade por Títulos

5.3 Posição da Dívida Consolidada Interna. Em 31-8-82 — Valor: Cr\$ milhões

A — INTRALIMITE	277,5
B — Intralimite em Tramitação	14.701,4
C — EXTRALIMITE	13.740,0
D - Extralimite em Tramitação	9.318,2
E — OPERAÇÃO SOB EXAME	717,8
F — TOTAL GERAL	38,754,9

6. Tendo em vista a orientação desta Comissão para verificação da capacidade de pagamento do postulante, levada em conta a soma do endividamento *intra* e *extra-limite*, teríamos a seguinte situação

	Limites do art. 2º da Res. nº 62/75	Posição em 31-8-82	Operações em tramitação	Operações sob exame	Situação posterior às contratações
Montante Global Crescimento real	19.547,8	14.017,5	24.019,6	717,8	38.754,9
Anual	5.585,1	4.884,4	4.503,0	_	9.387,4
máximo	4.188,8	1.029,2	2.627.8	119,6	3.776,6

- 7. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra=extralimite=operação sob exame em tramitação) verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I e II do art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, modificada pela Resolução nº 93, de 1976.
- 8. Além da característica da operação extralimite - a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios, tendo em vista que "o orçamento do Estado de Mato Grosso, para o ano em curso -1982 — prevê a realização de receita de Cr\$ 39.750,3 milhões (deduzidas as op. de crétido) e sua margem de poupança real (Cr\$ 7.102,1 milhões) mostra-se superior ao maior dispêndio (Cr\$ 3.776,6 milhões) que sua dívida consolidada interna apresentará em 1987, após a integralização das operações em tramitação, bem como a realização das operações de crétido sob exame. Assim, a assunção de tais compromissos não deverá acarretar mais pressões na execução orçamentária de seus futuros exercícios", conclui o parecer do Banco Central do Brasil.
- 9. Ante o exposto e atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluimos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1983

Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar em Cr\$ 717.785.762.58 (setecentos e dezessete milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros e cinqüenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 717.785.762,58 (setecentos e dezessete milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros e cinquenta e oito centavos) correspondente a 279.680,40 ORTN de Cr\$ 2.566,45 (dois mil, quinhentos e sessenta e seis cruzeiros e quarenta e cinco centavos) vigente em novembro de 1982, o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar operação de crédito no valor global acima, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinadas à construção de cadeias da comarca, delegacia de menores e aquisição de veículos e equipamentos de

radiocomunicações, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 1983. — Severo Gomes. Presidente em exercício — Benedito Canellas, Relator — Luiz Cavalcante — Pedro Simon — Jorge Kalume — Affonso Camargo.

PARECER Nº 104, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 11/83, da Comissão de Economia, que "autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar em Cr\$ 717.785.762,58 (setecentos e dezessete milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros e cinqüenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada inter-

Relator: Senador Benedito Canellas

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 44, de 1983, do Senhor Presidente da República, autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 717.785.762,58 (setecentos e dezessete milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros e cinqüenta e oito centavos) destinada à construção de cadeias de comarca, delegacia de menores e aquisição de equipamentos de radiocomunicação.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único, artigo 2º, da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, que implica na inobservância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

No âmbito de apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, inexistem óbices à normal tramitação da matéria.

Nosso Parecer é favorável.

Sala das Comissões, 6 de abril de 1983. — Murilo Badaró, Presidente — Benedito Canelas, Relator — Pedro Simon — José Fragelli — Aderbal Jurema — Martins Filho — Helvídio Nunes — Alfredo Campos — Guilherme Palmeira.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a messa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 1983.

"Introduz alteração na parte da Consolidação das Leis do Trabalho que disciplina o aviso-prévio".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 487, da Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar as seguintes modificações:

Art. 487

 I — Quinze dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;

II — Sessenta dias aos que perceberem por quinzena ou mês, ou que tenham mais de doze (12) meses de serviço na empresa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art, 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Com a presente proposição estou cuidando de atender sugestão a mim enviada pela presidência da Câmara Municipal de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, resultante a mesma de requerimento de autoria do Vereador Dr. Jamil Samahá, aprovado pela referida edilidade em sessão do dia 7 de março de 1983.

Do mesmo são ainda os argumentos de justificação da medida que a seguir reproduzo.

"A classe trabalhadora brasileira, mais do que qualquer outra, vive días de real angústia decorrente da crise econômica que assola o País, destacando-se o desemprego entre os males sociais mais graves e tormentosos.

Impõe-se medidas efetivas destinadas a minizar os efeitos danosos da política de recessão com relação aos assalariados em geral, até mesmo por uma questão de humanidade ditada pelo sentimento de solidariedade aos inditosos desempregados cujo número aumenta a olhos vistos e sem meios de proverem o sustento da família".

A ampliação do prazo do aviso-prévio, de trinta para sessenta dias, na forma aqui preconizada, sería uma das soluções, segundo o Dr. Jamil Samahá, com a vantagem de não envolver medida insuportável pelos empresários que, afinal, também sofrem as consequências da crise.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1983. — Nelson Carneiro.

LEGISLACÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 487. Não havendo prazo estipulado, a parte que sem justo motivo, quiser rescindir o contrato, deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de:

I — Oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;

II — Trinta dias aos que perceberem por quinzena ou mês, ou que tenham mais de doze meses de serviço na empresa

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 1983

Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, no capítulo concernente à segurança e medicina do trabalho, para determinar que os percentuais relativos ao adicional de insalubridade incidam sobre o salário percebido pelo trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, já modificado pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário, sem os acrêscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros, segundo se classifiquem nos graus máximo, mêdio ou mínimo."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

-Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Diz o art. 192, da CLT, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que o exercício de trabalho em condições de insalubridade (acima dos limítes estabelecidos pelo MTb dá ao trabalhador o direito a perceber adicional de insalubridade na base de 40%, 20% ou 10%, conforme seja o grau (máximo, médio ou mínimo), mas sempre calculado sobre o salário mínimo regional.

De sua parte, o art. 193, § 1º, também na redação dada pela Lei 6.514/77, ao cuidar de fixar "quantum" do adicional de periculosidade, estabelece que esse corresponderá a um percentual de trinta por cento (30%), só que já não mais sobre o salário mínimo regional e sim sobre o salário do trabalhador, com exclusão apenas das gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

Trata-se, no mínimo, de tratamento desigual da legislação para uma mesma questão, qual seja a dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Um dispositivo a determinar que os percentuais incidam sobre o salário mínimo regional e outro a dizer que a incidência se fará sobre o salário efetivo.

Por isto, o que buscamos no presente projeto é tãosomente uniformizar o critério de cálculo para efeito dos referidos adicionais, de tal modo que ambos sejam havidos, ou obtidos, mediante a incidência dos respectivos percentuais sobre o salário do trabalhador, excluídas apenas as vantagens concernentes a gratificações, prêmios e participações em lucros.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1983. — Henrique Santillo.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI № 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977

Altera o capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho, e dá outras providências.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

Art. 192. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 19-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 7 de abril de 1983

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 86 do Regimento Interno, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o nome do nobre Senhor Senador Altevir Leal para integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão do Distrito Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração.

Aloysio Chaves, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — De acordo com a comunicação que acaba de ser lida a Presidência designa o nobre Sr. Senador Altevir Leal, para integrar, na qualidade de suplente, a Comissão do Distrito Federal.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. lº-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 7 de abril de 1983

Oficio nº 069/83

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a V. Ext os nomes dos Senhores Deputados Nilson Gibson e Mação Tadano para integrarem, em substituição aos Senhores Deputados Natal Gale e Antônio Gomes, a Comissão Mista destinada ao estudo e parecer sobre a Mensagem nº 29, de 1982 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.986, de 28 de dezembro de 1982, que "dispõe sobre a tributação das sociedades de investimento de cujo capital social participem pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências".

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ext os meus protestos de estima e consideração.

Deputado Jorge Arbage, Líder do PDS.

Brasília, 7 de abril de 1983

Oficio nº 070/83

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, tenho a honra de indicar a V. Ext os nomes dos Senhores Deputados Nilson Gibson e Mação Tadano para integrarem, em substituição aos Senhores Deputados Léo Simões e João Alberto de Souza, a Comissão Mista destinada ao estudo e parecer sobre a Mensagem nº 23, de 1983 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.982, de 28 de dezembro de 1982, que "dispõe sobre o exercício das atividades nucleares incluídas no monopótio da União, o controle do desenvolvimento de pesquisas no campo da energia nuclear, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex* meus protestos de estima e consideração,

Deputado Jorge Arbage, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Comemora-se, hoje, o Dia Mundial da Saúde, para recordar a entrada em vigor da constituição da Organização Mundial da Saúde, a 7 de abril de 1948. O tema escolhido para cada ano permite centrar a celebração em um aspecto especial da saúde pública. O tema escolhido para este ano: "Saúde para Todos no Ano 2000", já começou a contagem regressiva e constitui a principal meta social em que devem fixar-se os 156 Estados-membros da Organização Mundial da Saúde durante os 17 anos que restam para o têrmino deste seculo.

"Saúde para Todos" é um tema que deve despertar a consciência dos responsáveis pelo destino da saúde do povo brasileiro. Isto porque o Brasil ainda continua a ser "um vasto hospital", de que nos falava, há várias décadas, o grande sanítarista Miguel Pereira. A incidência de muitas doenças endêmicas pode ter diminuído, mas, infelizmente persistem, ainda, elevados os índices de doenças e enfermidades há muito erradicadas em várias nações do mundo.

"Saúde para Todos" deve despertar a firme disposição de nossos governantes de encetarem uma política de saúde pública mais realista, com novas bases, com novas técnicas, com maior soma de recursos para o setor sanitário.

Todos nós esperamos que o Dia Mundial da Saúde deste ano dê ensejo a que se aprofundem os aspectos nacionais mais importantes desse movimento, entre cujos princípios sobressaem a maior responsabilidade que devem ter todos os segmentos da comunidade brasileira no que diz respeito à sua própria saúde e uma política racional de redistribuição de dotações para a saúde, capaz de assegurar acesso à assistência sanitária indispensável às populações brasileiras, que vêm sofrendo há tantos anos os efeitos do pauperismo e da marginalização dos poderes públicos.

Muito bem disse o Dr. Halfdan Mahler, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, em 1981: "Só os que celebrarem o Dia Mundial da Saúde no ano 2000 poderão julgar se os da geração que os precedeu eram pessoas realista sou sonhadoras quando, em 1977, decidiram, na Assembléia da OMS, empreender o movimento em favor da "Saúde para Todos" no início do novo século. É que este lema representa um desafio que está a reclamar apenas decisão e abnegação para que os objetivos sejam plenamente alcançados.

A saúde é uma necessidade básica para todas as pessoas e "Saúde para Todos", como definiu a Assembléia Mundial da Saúde, é uma meta que consiste em assegurar a todos os cidadãos de cada país um grau suficiente de saúde que lhes permita levar uma vida social e economicamente produtiva. "Isto significa, simplesmente, afirma aquela entidade internacional, que o grau de saúde dos indivíduos e das comunidades há de permitir a cada pessoa explorar seu potencial de energia econômica e usufruir uma satisfação social capaz de aproveitar todas as suas aptidões latentes na ordem intelectual, cultural e espiritual".

"Saude para Todos no Ano 2000" não quer dizer que nesse ano os médicos não precisarão mais proporcionar remédios para todos os males que afetam a todos os povos do mundo, nem quer dizer que, no ano 2000, ninguém padecerá mais os efeitos das enfermidades ou da invalidez. Significa que a saúde começa no lar, na escola e na fábrica, pois é aí onde vivem e trabalham as pessoas e, portanto, onde se forja ou se destrói a saúde. Significa que as pessoas compreenderão, no ano 2000, que está em suas mãos a capacidade de moldar suas vidas e as de suas famílias, de modo que se libertem do peso de muitas enfermidades, uma vez persuadidas de que a má saúde não é inevitável. Significa que as pessoas aplicarão melhores meios que nos dias de hoje, para prevenir as infecções e aliviar as enfermidades e a invalidez, tidas como inevitáveis, e descobrirão melhores meios de se desenvolver e envelhecer. Significa que os recursos disponíveis para a saúde, sejam quais forem suas procedências, deverão ser distribuídos de maneira mais equitativa. Significa que a assistência à saúde será acessível a todos os indivíduos e a todas as famílias, de modo a resultar-lhes aceitável e a seu alcance e com sua plena participação.

Nisto consiste, na realidade, a "atenção primária da saúde", que constitui o meio indispensável para alcançar a saúde para todos no ano 2000, conforme ressaltou a Conferência sobre Atenção Primária da Saúde, celebrada em Alma-Ata, na Rússia, em 1978.

Esta mesma Conferência publicou uma Declaração, formulando um veemente apelo para que se empreendam no plano internacional e de cada país "uma ação urgente e eficaz destinada a desenvolver e aplicar a "atenção primária da saúde" em todo o mundo, em particular nos países em desenvolvimento, segundo em espírito de cooperação técnica e em harmonia com uma nova ordem econômica internacional".

Muitos Estados-membros da OMS já começaram a responder a este apelo e estão elaborando estratégias para atingir este desiderato, através de uma nova política de desenvolvimento da saúde, baseada naquela atenção

prioritária. Fazem-no cada um desses Estados-membros de per si para seus próprios povos e, também, coletivamente, para assegurarem o apoio regional e mundial para as suas estratégias nacionais. Isto, porém, é apenas o começo de uma longa caminhada, porque essas estratégias precisam converter-se em planos de ação que, por sua vez, precisarão entrar em execução no curso dos dois próximos decênios. Mas já é um feliz augúrio o empenho em que se tenha "Saúde para Todos".

Quanto a nós, o desafio é penoso mas estimulante. Apesar das dificuldades que enfrentamos, urge, por parte do Governo, assumir o compromisso de colimar esta meta. Podemos triunfar. Devemos triunfar. E se não triunfarmos, nossos filhos e nossos netos nunca nos perdoarão.

Infelizmente, ainda estamos bem longe de atingir a meta da "Saúde para Todos".

Em dezembro do ano passado, o Ministro Waldir Arcoverde, da Saúde, reconhecia, em Manaus, no encerramento do Encontro Nacional de Secretários de Saúde dos Estados, que "40 milhões de brasileiros vivem à margem do progresso, longe de uma assistência médica condizente com as suas necessidades", e recebeu naquela oportunidade o "Documento da Amazônia" em que os Secretários de Saúde propõem que cinco por cento da parcela retirada pela União seja destinada às Secretarias dos Estados através do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, para garantir a munutenção da rede básica de saúde nos Estados brasileiros.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o diagnóstico sanitário que podemos fazer, com base nos últimos dados estatísticos oficiais de 1981, pouco difere do triste diagnóstico de menos de dez anos atrás e que revela ser, ainda, o Brasil um país doente.

Segundo o Anuário Estatístico do IBGE, de 1981, o obituário nacional é aterrador. Morreram nas capitias brasileiras, em poucos anos, mais pessoas do que o número de habitantes de cidades como Pelotas, Ribeirão Preto ou Teresina. E muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas se tivéssemos um sistema eficaz de saúde pública e de assistência médico-hospitalar. E o que é pior, quase todas essas mortes foram causadas por doenças, como dissemos, muitas delas já erradicadas nos países desenvolvidos, como a gastroenterite, a esquistossomose, a tuberculose, o sarampo, entre outras doenças dos países subdesenvolvidos.

O Sr. Almir Pinto — V. Ext me permite um aparte?
O SR. MÁRIO MAIA — Com prazer, concedo o aparte ao nobre Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto - Nobre Senador Mário Maia, agradeco a delicadeza de V. Ext em me conceder este aparte. V. Ext, como medico e representante no Senado do Estado do Acre, presta, nesta hora e neste plenário, uma homenagem justamente ao dia que é consagrado à saúde. E ninguém melhor do que um médico poderia, na oportunidade, falar sobre o assunto, porque, como V. Ex*, eu também sou médico até poderia dizer somos bicolegas, colegas no Senado Federal e colegas na Medicina, como médicos que somos. Mas, o que vem acontecendo, dentro das estatísticas que V. Ex* pôde coligir, é que, de uma década até hoje, a situação da saúde, em todo o Mundo, tem piorado. Há poucos dias, a imprensa dava notícias que, no Brasil, por exemplo, em determinados lugares, a mortalidade, principalmente a infantil, estava acentuando-se em virtude de gastroenterites, pneumonias e sarampos, finalmente de moléstias infectocontagiosas. Sei bem que o Ministério da Saúde vem desenvolvendo um trabalho primoroso que valeu ao Brasil - é preciso que se acentue — ocupar a presidência da Organização Pan-americana de Saúde um médico nordestino, um médico piauiense, um médico que foi Secretário de Saúde do Piauí quando este seu humilde colega era Secretário de Saúde do Ceará, o Dr. Carlyle, que é um técnico em saúde pública. Pelo seu trabalho, pela sua competência, pela sua inteligência, pela sua cultura científica, S. Ext foi eleito presidente daquela Organização. Felicito V. Ext por, nesta oportunidade, estar falando sobre o dia que é de toda essa gente que habita o grande universo. E precisamos olhar com mais cuidado a saúde do povo brasileiro, nesta hora muito bem entregue aos cuidados do Ministério da saúde, cujo titular é o Sr. Ministro Arcoverde. Por conseguinte, nobre Senador Mário Maia, minhas congratulações pela sua lembrança e a oportunidade do assunto que vem tratar na tribuna do Senado da República.

O SR. MÁRIO MAIA — Agradeço a V. Ext. nobre Senador Almir Pinto, a interferência com o seu aparte, que vem abrilhantar o meu discurso e concordo com V. Ext que, de fato, no Mundo inteiro o problema de saúde tem-se agravado.

E é de se perguntar, em vez dos grandes empreendimentos, a conquista do espaço, as grandes somas de recursos que se empregam em pesquisas que são válidas, porque significam o progresso da humanidade, se não seria melhor se fizesse uma divisão equitativa da captação desses recursos mundiais para que a fome, a subnutrição, enfim, a saúde tivesse um melhor quinhão na face da terra.

"De cada mil crianças que nascem no Brasil, 120 não atingem o primeiro ano de vida". Esta informação nos é dada pelo próprio Ministro Arcoverde, em recente palestra proferida para os estagiários da Escola Superior de Guerra. É, ainda, o próprio Ministro da Saúde que reconhece que as grandes endemias, como a malária, a febre amarela silvestre e a Doença de Chagas, provocadas pela pobreza e a desnutrição, "continuam sendo o principal problema de sáude nas regiões de baixa renda do País".

Milhares de brasileiros são subnutridos e moram em precariíssimas habitações. Os serviços de saúde (preventivos e de cura) enexistem praticamente em grande parte das áreas rurais e mesmo urbanas das regiões Norte e Nordeste do País, que vêem sua situação sanitária agravada pela desigual distribuição dos recursos humanos e materiais.

Muitas das crianças brasileiras morrem de doenças preveníveis e facilmente curáveis, por falta de recursos dos pais e por causas associadas à desnutrição e à falta de saneamento básico. Entre nós, estarrece-nos saber que as causas principais da mortalidade infantil provêm de doenças respiratórias infecciosas (pneumonia, bronquite e até gripe) e das doenças alimentares das regiões subdesenvolvidas como são as diarréias infecciosas.

Com uma população de mais de 120 milhões de habitantes, o Brasil conta apenas com 11.985 estabelecimentos públicos de saúde e com pouco mais de cento e seis mil leitos em centros públicos de saúde.

Por outro lado, além de ser bem grande o desafio que o Governo tem que enfrentar no setor da saúde pública propriamente dito, muitos problemas sanitários vão depender diretamente de sua política econômica e social, já que um sistema eficiente de saúde quase nunca antecede a um major desenvolvimento econômico e social de um país, sendo, comumente, consequência deste. Assim, para melhorar os padrões gerais de saúde no Brasil, será preciso, antes de tudo, melhorar os padrões e a qualidade de vida dos brasileiros. Esta opinião do sanitarista Carlos Gentile de Melo é compartilhada pela maioria dos sanitaristas, pela Organização Mundial de Saúde e pelo próprio Ministério da Saúde que reconhece no documento Política Nacional de Saúde que, "em consequência do seu grau de desenvolvimento sócioeconômico, o País apresenta-se ainda com elevada mortalidade de pessoas jovens, principalmente crianças com menos de cinco anos".

Na década de 70, em cada 100 pessoas que morreram no Brasil, 72 desapareceram antes dos 50 anos, enquanto a taxa de mortalidade infantil foi estimada em 120 óbitos por mil nascidos vivos elevando-se para mais de 180 por mil no Nordeste.

As conclusões da investigação interamericana sobre a mortalidade da criança, realizada recentemente, pela Organização Pan-Americana de Saúde revelaram que a subnutrição em quatro cidades brasileiras (Recífe, São Paulo, Ribeirão Preto e Franca) foi responsável — como causa primária ou associada — por mais de 59% das mortes de crianças com menos de cinco anos. No Brasil, como se sabe, mais de 12 milhões de crianças são portadoras de carências nutricionais em suas diversas formas.

Entre os países subdesenvolvidos e os em desenvolvimento, como o Brasil, o programa saúde, além de ter de combater as doenças endêmicas e transmisíveis, é sobremodo agravado com o problema angustiante da desnutrição, que, por sua vez, se acha intimamente ligado ao problema do baixo poder aquisitivo de grande parcela da população e às dificuldades e falhas de educação da maioria da população brasileira.

Não há descoberta médica capaz de exercer influência sobre os fatos observados nas áreas em que predominam a subnutrição, a ignorância, o alcoolismo, os baixos salários, todos indicadores de uma desagregação social e cultural profunda.

É generalizada entre os nutricionistas e sanitaristas a convicção de que o nível de saúde de um povo depende diretamente de seu estado nutricional e de que a fome absoluta, a fome crônica e a desnutrição devem ser consideradas um fenômeno não só de natureza geocultural, como também uma resultante das falhas da política social e econômica, notadamente do setor agrícola, cujo desempenho para alguns produtos básicos destinados à formação da dieta do brasileiro infelizmente não experimentou uma evolução satisfatória, como comprovam dados estatísticos do IBGE.

O proprio Presidente do Banco Central, Prof. Geraldo Langoni, reconhece este fato ao afirmar, textualmente, no jornal O Globo, que se a agricultura foi eficiente em alguns poucos produtos em que contou com estimulos substanciais de preços, "a verdade é que a agricultura voltada para o mercado interno claramente teve um desempenho que diríamos bastante fraco".

Ao denunciar a existência de milhões de raquíticos no país em decorrência da desnutrição, o pediatra paulista Eduardo Marcondes, diretor do Instituto da Criança, do Hospital das Clínicas de São Paulo, defendeu perante a CPI da Fome, na Câmara dos Deputados, uma "grande e intensa campanha pela revalorização do leite materno, substituído maciçamente nos últimos anos pelo leite artificial". Mas se a revalorização do leite materno poderá contribuir para a solução do grave problema da desnutrição do País, ele "não irá resolver totalmente o problema", disse aquele ilustre médico paulista. Para ele "só existe uma saída global para a desnutrição que é a distribuição da riqueza nacional".

"A insuficiencia de renda gera fome", reconhece o Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), Bertoldo Kruse, o primeiro a manifestar seu ceticismo quanto à capacidade daquele órgão para resolver, sozinho, o problema da fome em nosso País. Para ele, "o problema é mais amplo e repousa não no caráter supletivo do INAN, mas nas políticas de produção e comercialização de alimentos, paralelamente a medidas mais justas de distribuição de renda".

Baixa renda é igual a baixo consumo. Por isso, a maioria dos nutricionistas está convencida de que o baixo nível de renda de nossa população é a variável determinante do triste perfil alimentar de mais de 40 milhões de brasileiros.

São ainda do Presidente do INAN estas palavras: "é a insuficiência de renda de parcela ponderável de nossa população o fator limitante da capacidade de satisfazer aquelas necessidades mínimas, mesmo a nível de subsistência. Esta é a razão por que, atualmente, o conceito de

desnutrição extrapola o campo médico para refletir, clara e insofismavelmente, a manifestação das conseqüências de uma política social e econômica ainda defeituosa."

Referindo-se a Recife, por exemplo, o Presidente do INAN declara que "se mantêm estacionária ou mesmo tendendo ao agravamento a prevalência da desnutrição".

"Dois terços da população brasileira não consomem o número adequado de calorias necessárias ao desenvolvimento do organismo, informou o professor Walter Santos, presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição. A pior situação é a da região de fronteiras, onde apenas 12,9% da população têm uma alimentação adequada, de acordo com estudos feitos pelo Banco Mundial.

Entre os brasileiro, 18,6% têm um déficit de 200 calorias, 31,3 consomem entre 200 e 400 calorias a menos que o necessário e 17,3% apresentam um déficit superior a 400 calorias.

O mais importanmte na dieta alimentar, explicou o Professor Santos durante o 1º Congresso Brasileiro da Indústria de Rações, é o valor protéico consumido, Nesse caso, também o brasileiro é deficitário. O ideal seria consumir 60 gramas/dia de proteína, sendo que pelo menos metade de origem animal. No Rio de Janeiro, que apresenta uma das médias mais altas do País, as classes mais baixas consomem apenas 43,17 gramas de proteínas. Só quem ganha acima de 5 salários mínimos para sustentar uma família de quatro pessoas consegue aproximar-se da média desejada, com um consumo "per capita" de 67,21% de proteínas por dia. Entre todos os brasileiros, os que têm a dieta mais adequada em termos protéicos, são os paranaenses, catarinenses e gaúchos as classes mais baixas chegam a consumír, diariamente, 61,43 gramas de proteinas por dia.

A má alimentação do brasileiro, na opinião do Prof. Santos, não se deve à qualidade do alimento consumido: o que importa é a quantidade. Era preciso aumentar o poder aquisitivo da população de baixa renda.

Os efeitos das deficiências calóricas na alimentação dos brasileiros se reflete naturalmente, e de maneira dramática, nas gestantes. De acordo com dados oficiais de 1978, na região do Nordeste brasileiro, Srs. Senadores, a média das gestantes apenas suprem em 50% suas necessidades alimentares calóricas. Quando isto ocorre, a deficiência nutricional é global, posto que, independente da riqueza da alimentação ingerida, as gestantes, em média, não conseguem superar a metade da quantidade de alimentos de que necessitam. Naturalmente que as repercussões sobre o feto poderão causar cicatrizes difíceis de serem corrigidas, entre as quais, a mais grave se dá no sistema nervoso, em prejuízo do desenvolvimento mental da criança.

A desnutrição proteico-calórica, comum na população de baixa renda, foi a principal responsável por 6,3% dos casos de mortalidade infantil no ano de 1979 e de 6,5% nos casos fatais registrados no Rio Grande do Sul, em 1980, somente na faixa etária de zero a um ano. Isto aconteceu entre crianças de um a quatro anos de idade, este percentual se elevou, atingindo a média de 8,5% naquele período de dois anos.

A informação é da colega médica Madalena Altraiter, da equipe materno-infantil da Secretaria da Saúde, adiantando o que este tipo de desnutrição ocorre por carência de alimentação rica em proteínas, como a carne e o leite.

A médica Jane Vasconcelos, Coordenadora Nacional do Movimento Contra a Carestia, depondo na CPI da Fome, na Câmara dos Deputados, declarou que a fome no Brasil já atingiu "um estado de calamidade pública" e sua persistência e agravamento requerem uma avaliação rigorosa e medidas urgentes e enérgicas, a fim de se evitar o que ela classificou de "catástrofe de uma geração de

desnutridos", trazendo consigo terríveis sequelas, sobretudo o retardamento físico e mental.

Citando uma série de exemplos que "vêm demonstrar o caos econômico e social em que se encontra a maioria da poputação brasileira", a Coordenadora Nacional do Movimento Contra a Carestia revelou que a situação è tão dramática que "hoje em Salvador já existe até a profissão de catadores de lixo institucionalizada: os badameiros".

Da. Luíza Távora, ilustre Senhora do nosso eminente Senador Virgílio Távora, revelou, não faz muito tempo, a uma emissora de TV, que "as crianças da miserável favela do Lagamar, no Estado do Ceará, comem gato e rato para não passarem fome". Esta trágica revelação feita pela ex-primeira dama do Estado cearense, quando chefiava o programa de desfavelamento do Norte-Nordeste do Brasil nos entristece, nos envergonha e nos revolta.

Daí por que não podemos concordar absolutamente com a assertiva do Sr. Presidente da República, João Figueiredo, feita, em dezembro de 1981 perante uma comissão de 20 presidentes de federações de trabalhadores de São Paulo, segundo a qual "somente depois de resolver os problemas econômicos é que poderemos achar soluções para os problemas sociais."

Sr. Presidente, "O homem não foi feito para o econômico e, sim, o econômico para o homem", já dizia o grande João XXIII.

Quando se poderá esperar a solução de problemas sociais angustiantes como a fome em nossa terra, com a total e humilhante submissão do País à dívida externa e às exigências de seus credores?

O Brasil parece que esqueceu as recomendações de Cancun, no México. 700 economistas de todo o País estiveram há menos de dois anos reunidos em Pernambuco e aí assinaram a "Carta do Recife" onde constatam a gravidade da situação econômica do Brasil com o desemprego aberto atingindo cerca de 10% da força de trabalho, com a inflação de três dígitos penalizando cada vez mais a população, com o crescimento negativo do Produto Interno Bruto.

Hoje, 27 milhões de famílias brasileiras participam da aflição de 2,1 milhões de trabalhadores que perderam o emprego, dos 11 milhões que permanecem subempregados, de 1 milhão e meio ainda em busca do primeiro emprego e de quase 20 milhões com medo de perderem o emprego.

Já houve quem dissesse a respeito dessa tragédia que desabou sobre tantas famílias brasileiras que "o desemprego é a maior iniquidade da engenharia social feita de litros, metros, quilos e cifrões".

Não é admissível, Sr. Presidente, que, o governo brasileiro obcecado por uma política voltada toda ela para a exportação, însista em exportar alimentos básicos, enquanto cerca de 450 mil crianças, das 4 milhões e meio que nascem anualmente em nossa terra morrem antes de completar um ano em consequência da desnutrição. Isto representa mais de 50 mortes por hora, ou quase uma morte por minuto.

O Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Luciano Mendes de Almeida, ao depor na referida CPI da Fome, da Câmara, afirmou que "só haverá uma transformação séria no País quando houver uma mudança comportamental de toda a sociedade e especialmente do regime político vigente".

"O justo salário, frisou Dom Luciano, é a verificação concreta da situação sócio-econômica de um País e a alimentação não é uma doação, mas um direito à vida, obtido com dignidade pelo trabalho e pela remuneração condigna."

"O problema da fome, continuou o Secretário-Geral da CNBB, é estritamente político; resulta de falhas políticas e, por isso, o Brasil não pode orgulhar-se de ser o 6º produtor de armas do mundo." A mesma opinião de Dom Luciano é esposada pelo economista Joelmir Beting ao afirmar que "o poderio econômico não garante a qualidade do social, assim como a pobreza endêmica não justifica a má distribuição de renda entre os homens. O problema é político e não físico".

Hoje, a situação entre nós é tão grave, que, segundo dados recentes do próprio IPEA do Ministério do Plane-jamento e do INAN, 63% das famílias brasileiras não têm condições de adquirir a dieta mínima necessária a um bom estado nutricional, com base na distribuição de renda.

Pesquisas realizadas em São Paulo e reveladas pelo Prof. Flávio Luiz Valente, da Universidade da Bahia, mostrám que a desnutrição de terceiro grau - o último estágio da desnutrição - só desaparece em grupos sociais que tenham renda "per capta" maior do que meio salário mínimo, e de segundo grau — a desnutrição moderada — em grupos cuja renda por pessoa seja maior ou igual a um salário mínimo e meio. "Portanto, como frisou o Prof. Flávio Valente, levando-se em conta o tamanho médio da família brasileira, de cinco membros, isto implicaria uma renda mínima de mais de sete salários mínimos. Comparativamente, o Brasil acrescenta uma taxa de formas moderadas a graves de desnutrição acima da média da América Latina (30,9 por cento dos menores de sete anos) e próxima às observadas na África". Estes dados nos devem cobrir de indignação ao contemplarmos a desenfreada política monumentalista do governo esteriotipada em tantas obras suntuárias e perfeitamente adiáveis.

E que dizer do problema da saúde em seu relacionamento com as precaríssimas condições de saneamento básico, que, como o próprio nome revela, deve ser considerado como um componente do setor da saúde?

E que dizer da alta prevalência de doenças transmissíveis, dos elevados coeficientes de mortalidade e natimortalidade infantil, do baixo consumo de nutrientes que chega, muitas vezes, a menos de 2.400 calorias-dia, e da crescente mortalidade causada pelas doenças dos aparelhos respiratório e circulatório, pelas doenças infecciosas e parasitárias, pelos tumores e por outras causas externas?

No Brasil, de acordo com o Centro Estatístico e Econometria do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, as classes de renda até um salário mínimo consomem apenas 1951 calorias e 43% de proteinas e os que percebem de um a quatro salários médios (o grosso dos assalariados brasileiros) só consomem 1952 calorias e 54,5% de proteínas, taxas manifestamente insuficientes para se manter a higidez do organismo.

As doenças do aparelho respiratório são responsáveis por 20% da mortalidade no Norte, de 25,2% no Nordeste, de 35,5% no Sudeste, de 35% no Sul e de 22% no Centro-Oeste.

As doenças infecciosas e parasitárias são responsáveis por 27,7% da mortalidade no Norte, de 23,2% no Nordeste, de 8,5% no Sudeste, de 8,1% no Sul e de 15,3% no Centro-Oeste.

Nos últimos anos, em decorrência da instalação indiscriminada e, não raro, criminosa de indústrias poluentes nos centros urbanos, tem aumentado consideravelmente as doenças do aparelho respiratório, hoje, responsáveis por 10,8% da mortalidade em todo o País.

Mas, não pára aqui o cortejo tétrico de tantos males a aflingirem a população brasileira, notadamente a de menor renda.

Num país, como o Brasil, aínda com um índice de analfabetos superior a 16% e com um percentual bem maior de mal-informados em matéria de higiene e de medidas profiláticas para a preservação da saúde, é evidente que a incidência de tantas doenças não pode decrescer sem grandes esforços do governo e a destinação de maciços recursos materiais para o setor da saúde.

Existe, ainda, uma parcela ponderável da população brasileira que sequer sabe identificar suas necessidades primordiais que é totalmente carente de orientação e ajuda para detectar as causas mais comuns de certas doenças; que ainda não dispõe de meios para proteger-se contra muitas doenças transmissíveis; que não pode utilizar-se de serviços sanitários oferecidos, quer pela Saúde Pública, quer pela Previdência Médica.

Todos sabem que, pelo menos, 40% de nossa população vivem em áreas rurais e em pequenos núcleos urbanos afetados por condições tipicamente rurais, onde os serviços de saúde pública e assistência médica são os mais deficientes, quando não inexistentes.

A doença, de acordo com o ciclo econômico (ciclo de Horwirz) revela claramente suas causas comuns e mais facilmente detectáveis:

- a) na carência ou însuficiência de assistência médica:
- b) no pauperismo;
- c) nos baixos padrões de higiene;
- d) na ignorância de medidas preventivas contra determinadas doenças;
 - e) na desnutricão

Esses cinco agentes de morbidez humana continuam a fazer suas vítimasno meio de nossa população mais carente.

A Doença de Chagas, pesquisada há pouco mais de três anos, em apenas 907 municípios, acusa o elevado número de 5.637 infectados, tendo ocorrido o aumento de 2.231 casos comparativamente ao ano de 1977.

O Ministério da Saúde estima o total de chagados entre 3 a 4 milhões de habitantes, mas estimativas menos otimistas chegam a apontar entre 6 milhões e meio a 10 milhões de infectados pelo mal já detectado em mais de 1 mil e trezentos municípios brasileiros.

A cardiopatia chagástica é a forma responsável, nas zonas endêmicas, pela morte súbita de pessoas com apenas 25 a 30 anos de idade. Um dos graves aspectos da Doença de Chagas é precisamente sua elevada taxa de mortalidade em grupos etários jovens. Entre os 35 e 44 anos, ela matou 180 em cada 100 mil habitantes e entre os 45 e 54 anos, o total passou para 234 por 100 mil, segundo revelou recente pesquisa feita em Ribeirão Preto, São Paulo

Aproximadamente 12 milhões de brasileiros são portadores da esquistossomose mansônica, numa área contínua que vai do Maranhão ao Paraná. 80% desses doentes se localizam no Nordeste (principalmente Sergipe e Alagoas) onde a doença é grandemente endêmica, sendo que quatro milhões foram encontrados em Pernambuco e Bahia e mais de um milhão em Minas Gerais.

O combate à esquistossomose entre nós não prevê, infezlimente, o saneamento básico, sua principal causa.

Inexistem, pelo que sabemos, projetos de obras de saneamento nos municípios mais atingidos pela doença, restingindo-se a empanha de sua erradicação quase que a instalações de minipostos de saúde, organizados pelo Serviço de Extensão Rural. Esta mesma Campanha, porém, tem encontrado entrave para sua instalação, em virtude da dificuldade de se encontrar pessoal especializado em serviços de saúde pública. Insuficientes são, também, os exames coproscópicos que estão sendo realizados.

Um outro grave problema tem surgido no combate à esquistossomose: são as grandes obras de construção de barragens e projetos de irrigação que, como informam vários sanitaristas, "poderão trazer resultados desastrosos do ponto de vista médico- sanitário, com o surgimento de novos e grandes focos da doença. Já foi mesmo constatada a introdução da esquistossomose em áreas anteriormente livres da doença e o seu agravamento nas áreas endêmicas, após a instalação de obras de irrigação e barragens.

A facilidade de propagação de esquistossomose, na opinião do ilustre sanitarista Simões Barbosa, decorre, ainda, da destruição sistemática da floresta tropical de encosta e sua substituição pela extensa agricultura da

cana-de-açúcar, e da situação sócio-econômica em que vivem as populações nordestinas. Não é de adimirar-se pois, que o Nordeste brasileiro tenha sido o centro de expanção desta terrível verminose, já que as conhecidas correntes migratórias internas do Brasil fazem com que os nordestinos continuem a procurar trabalho em regiões mais prósperas do País, af disseminando a doença.

A malária, cujo combate é dificultado pela expansão econômica, ainda atinge dez Estados brasileiros, inclusive o polígono das secas, em Minas Gerais.

Enquanto o Ministério da Saúde não acompanhar de perto a expansão das atividades econômicas na Amazônia, problemas endêmicos, como o da malária, jamais serão solucionados. Essa é a opinião dos pesquisadores de Belém, no Estado do Pará, sobre esta doença, a mais séria para quase 24 milhões de pessoas distribuídas por uma área superior a três milhões de quilômetros quadrados, onde o mal representa uma ameaça permanente às suas populações.

Nesta vasta área (mais de um terço do território nacional), está incluído o polígono das secas em Minas Gerais. Há mesmo extensas áreas de Estados brasileiros consideradas totalmente maláricas. Cerca de 35% daquela superfície encontra-se sob vigilância epidemiológica.

Um entrave fundamental a um planejamento eficiente da campanha antímalárica é a falta de informações sobre a expansão das frentes econômicas nacionais. O Ministério da Saúde nunca sabe quando as fazendas vão fazer desmatamentos ou quando estão recrutando mão-de-obra.

A política ministerial tem sido reconhecidamente confusa e inoperante no combate à malária. O programa de sua erradicação, à base de aplicação de DDT, produz efeitos colaterais negativos, desencadeando sérios problemas brônquicos e cardiovasculares.

Há técnicos que afirmam que a área malárica do Brasil ainda atinge cerca de 7 milhões de quilômetros quadrados, correspondentes a 85% do território nacional. Apenas o Rio Grande do Sul e Fernando de Noronha não registraram casos de malária. Segundo esses técnicos, 22 milhões de brasileiros vivem, ainda, em zonas de franca incidência de malária.

Esta grave doença parasitária chega a custar ao País 9 milhões de homem-dia de trabalho. Sua recidiva é permanente em regiões cosideradas já livres de sua presença.

Ao lado dessas doenças, há o cortejo macabro de milhares de portadores de filariose (elefantíase) e de leishmaniose humana tegumentar. Há pouco mais de quatro anos, foram registrados 156.958 casos de hanseníase, tendo sido socorridos em ambulatórios, 89.926 leprosos. Sobem aos milhares os casos de tétano, de sarampo, de tuberculose, de difteria, de meningite e de raiva. Esta última doença, de natureza endêmica em várias localidades, constitui um sério problema, devido aos seus índices de mortalidade e aos altos gastos decorrentes da assistência preventiva necessária ao seu combate.

Notícias da Região Amazônica dão conta da falta de um maior incentivo à pesquisa médica, responsável pelo aumento da incidência de doenças como hansenfase, febre amarela silvestre, febre negra, síndrome hemorrágica e hepatite. No meu Estado, o índice de hanseníase atingiu, há pouco tempo, 10 habitantes por mil, enquanto, em certas localidades, chegou a 16 pessoas por mil.

Quanto às doenças mentais, o espetáculo não é menos desolador.

Existe no País cerca de 10 milhões de doentes mentais, predominando as psicoses, neuroses, o alcoolismo e o retardamento mental, conseqüência direta de más condições sócio-econômicas de grande parcela da população.

Para enfrentar esse quadro, os doentes são internados em massa, solução considerada dispendiosa e até mesmo ultrapassada há mais de 30 anos pelos países mais adiantados, ainda mais se considerarmos que não existem tria-

gem nem critérios adequados para a internação desses doentes.

O Brasil conta apenas com pouco mais de 80.000 leitos especializados para a psquiatria, nos quais são gastos, aproximadamente, 90% das verbas destinadas à recuperação dos doentes, havendo Estados que não utilizam recursos em ambulatórios.

Além disso, a rotatividade dos leitos hospitalares é pequena e o número de doentes reinternados chega a alcançar mais de 60% do total das admissões, o que demonstra a ineficiência do tratamento posto em prática. Enquanto isto, cerca de 40% dos doentes permanecem internados durante mais de um ano, prazo considerado excessivo pelos psiquiatras. No conjunto, a oferta global de serviços psiquiátricos só atinge 20% da população necessitada.

Acresce que certos métodos, como os eletrochoques, utilizados ampla e indiscriminadamente em vários hospitais psiquiátricos, representam, para grande parte dos especialistas, o mesmo que a tortura nas cadeias. Isto porque a doença mental, sendo um mal social, não justifica o uso da cela-forte ou quartos terapêuticos e do choque elétrico, utilizados sem critério em vários manicômios nacionais.

O que é certo é que, de acordo com denúncias feitas através da imprensa e da televisão, muitas pessoas enviadas aos manicômios judiciários são submetidas a processos de degradação e de desumanização. Inúmeros médicos, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais têm tentado mudar esse quadro considerado atentatório à dignidade humana de pacientes submetidos ao uso de choques elétricos e do Anatensol.

Sr. Presidente, li nos primeiros dias de março, na Folha de S. Paulo, "as doenças são a causa de metade das aposentadorias no Brasíl".

Nada menos que um milhão, cento e oitenta e nove mil, duzentos e vinte e nove brasileiros recebem pensão do INPS por invalidez, ou seja, todas essas pessoas tiveram — ou têm — doenças que as deixarem difinitivamente incapacitadas para o trabalho. Esse número, fornecido pela Superintendência Regional do INPS, em São Paulo, é surpreendente, porque representa quase a metade dos aposentados no País (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e uma pessoas recebem o benefício por tempo de serviço e velhice, ainda segundo dados do INPS, em São Paulo). No total de inválidos não estão incluídos os aposentados devido a acidentes de trabalho, que somam trinta e dois mil, setecentos e noventa e nove no País, e merecem classificação especial nas estatísticas da Previdência. Estão incluídas apenas as pessoas que ficaram doentes fora do local de trabalho.

Um número tão grande de aposentados por invalidez mostra uma realidade óbvia: as condições de vida da população são péssimas e a assistência médica é deficiente.

E é preciso chamar a atenção para o fato de que nem todos os segurados incapacitados para o trabalho por doença recebem o benefício a que têm díreito.

Segundo denúncias do advogado Anibal Fernandes, professor de Direito Previdenciário da Universidade de São Paulo, e do médico Márcio dos Santos Melo, do Departamento de Medicina do Trabalho da Associação Paulista de Medicina, os critérios utilizados pelo INPS para a concessão do benefício "são muitas vezes arbitrários; os exames médicos a que são submetidos os segurados doentes são superficiais e incompletos, não podendo, portanto, provar se a pessoa está incapacitada ou não. Assim, muita genta doente vem sendo prejudicada".

Para o médico Márcio dos Santos Melo, a quantidade de pessoas aposentadas por velhice e tempo de serviço deveria ser muito superior à de aposentados por invalidez, e não quase igual, como ocorre. Isto porque um indivíduo com 60 ou 65 anos deveria, teoricamente, ter condições de saúde para continuar ativo.

E o doutor Márcio Melo destaca, ainda, que há carência tanto ao nível da falta de cuidados médicos como de reabilitação ou adaptação para outra função oferecidos às pessoas que tiveram sua capacidade laboral reduzida em função de doenças ou acidentes do trabalho.

"Um trabalhador braçal de 50 anos, que começa a ter problemas cardíacos sérios, poderia, em tese, continuar trabalhando, se fosse readaptado para um trabalho leve, recebendo um salário que assegurasse a manutenção de sua família.

"Ocorre que se oferecem poucas chances para que se faça essa reablitação. O Centro de Reabilitação do INPS, por exemplo, atende a uma parcela mínima de trabalhadores", revela o doutor Márcio Melo.

Técnicos do INPS admitem, igualmente, que o número de aposentados por invalidez é assim expressivo "porque a população brasileira é doente demais". Essa é, também, a opinião do médico José Augusto Nigro Conceição, chefe de equipe da Coordenadoria Regional de Perícias Médicas, em São Paulo, para quem "a população brasileira é de baixa renda, vive em condições precârias de habitação e alimentação, tendo, portanto, muitas chances de ficar doente".

Ilustrando o que afirma, o doutor Augusto Nigro Conceição revela que, em 1979, realizou um levantamento que comprova que o número de pessoas aposentadas por invalidez ou recebem auxílio-doença (benefício concedido aos incapacítados temporariamente para o trabalho) é maior nos Estados mais pobres. Na Paraíba, por exemplo, para cada grupo de mil segurados ativos do INPS, em 1979, cento e sessenta e um estavam parados, dos quais, setenta e nove por incapacidade temporária e oitenta e dois por incapacidade definitiva.

Já em São Paulo, onde as condições de vida são melhores, para cada mil segurados ativos naquele ano, 61 estavam parados, sendo que 27 por incapacidade temporária e 34 por incapacidade definitiva.

A propósito, o mesmo matutino paulista comenta sob o título "Sem explicação" esta estarrecedora informação de vários médicos patrícios, e afirma: "Custa imaginar que esta situação encontre paralelo em outros países.

A década de 70 registrou enorme avanço da população abrangida pela Previdência Social. Em princípio, essa expansão quantitativa dos segurados deveria traduzir-se numa melhoria do quadro financeiro do sistema previdenciário. Isso porque, tendo em vista a baixa idade, como média, dos novos contigentes incorporados, naturalmente passariam anos contribuindo até que tivessem acesso aos benefícios. Assim, o lógico seria que as receitas da Previdência crescessem mais que as despesas, à medida que esta fosse cobrindo parcelas maiores da população.

No entanto, em 1981, o esquema financeiro da Previdência teve de ser alterado diante da iminência de um colapso. A saída encontrada foi um aumento nas alíquotas de contribuição, sem que fosse dada a público, até hoje, uma explicação convincente do porquê do crescimento acelerado das despesas previdenciárias.

Dentre as muitas razões possíveis, certamente terá peso o número de aposentadorias injustificadas. Injustificadas seja porque a política de aposentadorias por invalidez escapa a qualquer critério dígno de confiança, seja porque o quadro sanitário da população brasileira alcança um grau de deterioração incompatível com o estágio de desenvolvimento que alcançamos.

Em qualquer caso, não podemos ficar à espera de nova crise financeira da Previdência, a ser superada através de maiores arrecadações. Principalmente agora quando a recessão impõe dificuldades à receita e provavelmente irá pressionar por maiores dispêndios.

Antes que ocorra uma nova crise financeira na Previdência Social, o novo Congresso deverá buscar meios de exercer uma fiscalização eficiente, tanto sobre o orça-

mento previdenciário, como sobre toda a política social do governo."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a saúde no Brasil vem, na realidade, apresentando anos após ano um balanço negativo que precisa urgentemente ser modificado. Pois, com tantas falhas, com tantas deficiências, com tanto descaso administrativo, a saúde pública brasileira dificilmente logrará pôr em prática as estratégias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde, que nos adverte sobre a necessidade de nosso País empenhar-se em proporcionar "saúde para todos os brasileiros no ano 2000", e que a contagem regressiva já começou para que possa atingir esta meta.

Este lema do "Dia mundial da Saúde" do corrente ano, Sr. Presidente, deve constituir um brado de alarme para o nosso governo e para todos os responsáveis pela saúde de nosso povo, para que se disponham a considerar a saúde meta prioritária de sua administração.

A saúde do povo não pode ser considerada um artigo supérfluo, sobretudo num País, como o Brasil, onde treze "doenças de massa" continuam a ceifar todos os anos milhares de vidas, onde os índices biostatísticos da mortalidade e natimortalidade de nossas crianças se situam entre as maiores do mundo, onde a falta de assistência médica implica em que, nas regiões mais pobres do País. até mesmo milhares de óbitos fiquem sem diagnóstico de causa, onde os coeficientes de mortalidade por gastroenterite são os mais alarmantes do nosso Continente, onde o câncer tem aumentado no grupo das doenças crônicas, principalmente nas capitais do Sul do País, onde as lesões vasculares do sistema nervoso central têm seus mais altos índices justamente nas três capitais de maior desenvolvimento industrial, onde a mortalidade materna domina a nosologia das regiões mais carentes, onde, em virtude da associação de fatores biológicos, sanitários, econômicos, sociais e ecológicos adversos, a esperança de vida média da maioria dos brasileiros se assenta em tábuas pouco ascendentes:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, somos um País em cuja vasta extensão territorial existem, de maneira bem caracterizada, acentuadas diversidades geológicas, climáticas, sócio-econômicas e, até mesmo, étnicas, refletindo um panorama sanitário bem diferenciado. Não pode haver, portanto, uniformidade de técnicas e estratégias, quer na adoção de medidas preventivas, quer no tocante ao combate, propriamente dito, às doenças e enfermidades que afligem nossas populações.

O desenvolvimento sócio-econômico de um país é a condição básica para a configuração dos quadros nacionais de saúde de sua população. Infelizmente, este desenvolvimento se tem mostrado lento e insuficiente, entre nós, mormente, hoje, com a nossa economia subordinada ao tação das duras exigências que nos impuseram nossos credores estrangeiros.

Nada obstante, faz-se necessário a formulação e aplicação de uma política sanitária mais eficiente, baseada em modernas técnicas sanitárias, em campanhas racionais de vacinação em massa, sobretudo na alocação de recursos maciços para o setor da saúde, isto porque, como lucidamente dizia o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek: "Não menos que os problemas de educação, os de saúde se prendem em conexão intima ao processo do desenvolvimento nacional."

Na realidade, Sr. Presidente, um país doente e com sua população desnutrida jamais pode aspirar a ser um país desenvolvido, porquanto é do estado sanitário de suas populações que dependerá o rendimento de trabalho e a produção de sua população economicamente ativa.

Sr. Presidente, Srs Senadores, estamos apenas a 17 anos do ano 2000 das expectativas de cumprimento, pelo Brasil, do lema do "Dia Munidial da Saúde" que hoje se comemora, são as mais pessimistas possíveis. E isto porque as autoridades sanitárias brasileiras não se decidiram, até hoje, pela "ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SAU-

DEL" encarecida pela Organização Mundial da Saúde, como condição fundamental para que haja saúde para todos os brasileiros.

O ano 2000 está à porta e "já começou a contagem regressiva" para que haja em nossa terra "saúde para todos".

Já é tempo de o governo pôr em prática a advertência feita há mais de um século pelo Primeiro-Ministro inglês Disraeli: "A saúde de um povo constitui a base de sua felicidade e de seu poder como Estado".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes, na forma do inciso V, letra a, do art. 16 do Regimento Interno.

O SR. SEVERO GOMES (Em explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. senadores, na tarde em que aqui esteve o Exmº Sr. Ministro da Fazenda, para o debate do qual participamos, eu tive a ocasião de colocar uma questão fundamental, que era a de que, por não terem sido submetidos ao referendo do Congresso, os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional, não eram eles eficazes, que o País não estava obrigado ao cumprimento dos seus termos.

Na tarde de ontem, o ilustre Senador José Lins discursou nesta Casa, colocando argumentos contrários a esta posição à questão que eu coloquei, no sentido da defesa do interesse nacional da nossa soberania e da credibilidade da vida interna do Congresso. Disse ontem o Senador José Lins:

"Quando o Ministro da Fazenda foi convocado, há poucos dias, aqui ao Senado, como era de se esperar, muitos Senadores fizeram perguntas, questionaram as posições de S. Ext. E o nobre Senador Severo Gomes, ao questionar algumas informações do Ministro, que estava no plenário, informou ou disse claramente — e são palavras do Senador Severo Gomes:

"a compreensão clara da Lei e dos fatos mostra que os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional, por não terem sido referendados pelo Congresso Nacional, são eles ineficazes. Quer dizer, o Brasil não está obrigado ao cumprimento dos seus termos."

Continua o Sr. Senador José Lins:

"Considero, Sr. Presidente, que uma afirmação de tamanha gravidade, feita por um Senador da República, pode causar danos irreparáveis às negociações que o País vem realizando, nesse momento de grande dificuldade para a economia brasileira."

O Sr. Senador José Lins coloca a sua argumentação da seguinte maneira;

"O assunto FMI, Sr. Presidente, para ser melhor examinado, deve ser dividido em dois pontos princinais:

— primeiro, o Convênio Constitutivo do Fundo, com suas alterações;

— segundo, os empréstimos solicitados pelo Brasil ao organismo financeiro internacional. Esses dois aspectos, embora interligados, são inteiramente diversos."

Entende o Sr. Senador que, para a afirmação do Convênio, o Congresso Nacional deve ser ouvido; quanto aos empréstimos, não. E tem toda a razão. Acontece que os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional não são simples empréstimos. Todos aqueles que tomaram conhecimento da Carta de Intenções conhecem de que modo o Brasil se compromete a não só moldar o seu orçamento, moldar o comportamento dos seus investimentos, a ação das empresas estatais, a mudança da lei salarial, a mudança da lei de remessa de lucros, a mudança da lei que regula o pagamento de royalties e assistência têcnica, leis que foram debatidas amplamente nas

Casas do Congresso e que são questões fundamentais do povo brasileiro.

Quer dizer, esses acordos não são pura e simplesmente a realização de empréstimos, mas significam aquilo que, por essa razão, a Carta Magna estabelece que deva ser referendado pelo Congresso Nacional. E por quê? Porque são aquelas questões que comprometem o futuro do povo brasileiro.

Mais ainda. Diz o nobre Senador José Lins:

"Como se vê, torna-se fora de propósito que o nobre Senador Severo Gomes, um ex-Ministro de Estado, um ex-Diretor do Banco do Brasil, afirma nesta Casa, com a resonsabilidade do mandato que o povo lhe concedeu, que tais atos "são ineficazes" que o Brasil não está obtigado ao cumprimento dos seus termos!"

Ora, é exatamente pela responsabilidade que eu tenho com este mandato, fui votado em São Paulo porque defendia a soberania nacional, porque defendia a dignidade do Congresso Nacional, da representação popular. E tenho consciencia dessa responsabilidade, é por isso que eu venho aqui procurar responder às palavras do Senador José Lins que, além do mais, procura mostrar que a minha infeliz declaração, aliás, "é lesiva aos interesses nacionais e à credibilidade do Congresso Nacional".

Quero mostrar — e acho que estou mostrando sobejamente — que hoje a defesa dos interesses nacionais e da credibilidade do Congresso Nacional está no meu lado e não do Senador José Lins. Mais ainda, se se tratasse apenas de empréstimos, eu gostaria de lembrar que o Decreto-lei que estabelece as condições para a realização de empréstimos por parte do Tesouro e do Poder Executivo, que é de fevereiro de 1974, diz o seguinte:

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a contratar créditos ou dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, junto a entidades oficiais ou privadas, destinados ao financiamento compensatório de desequilíbrio de balanço de pagamentos ou a promover a formação de adequadas reservas internacionais em moeda estrangeira, observando o limite de 30% (trinta por cento) sobre a média anual do valor das exportações brasileiras realizadas nos últimos 3 (três) anos anteriores ao da contratação do financiamento.

Parágrafo único. Não se compreenderá nas limitações deste artigo as renegociações de dividas no exterior, que representará simples prorrogações dos prazos de liquidação.

Se nós nos lembrarmos do nível da dívida externa brasileira, ao tempo desse decreto-lei e o que temos hoje, podemos estar seguros de que realmente houve um extravasamento de poderes no sentido até da simples contratação de empréstimos. No entanto, a questão fundamental desses acordos com o Fundo Monetário Internacional é essa de que, hoje, toda a política econômica nacional, que vai da exportação de peles de animais selvagens ao investimento das empresas estatais, está tudo jungido a uma camisa de força desses acordos. Querer argúlir nesta Casa, dizer que esses acordos são apenas empréstimos e não acordos que comprometam o futuro do País, realmente não sei como se pode defender. Essas são as palavras que tinha a dizer. (Multo bem!)

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a palavra para responder ao nobre Senador Severo Gomes, já que fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O Senador Severo Gomes já falou para uma explicação pessoal para responder a V. Ex[‡]

O Sr. José Lins — Então, Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins, como Líder.

O SR. JOSÉ LINS (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem, realmente, dei exaustivas explicações sobre os entendimentos firmados sobre as mútuas responsabilidades assumidas pelo Brasil e pelo Fundo Monetário Internacional. Mostrei, claramente, Sr. Presidente, que houve um acordo constitutivo do Fundo ao qual o Brasil aderiu, e do qual todas as modificações subsequentes foram aprovadas pelo Congresso Nacional. Em função disso e da jurisprudência resulta que o Executivo tem o poder de implementar seus direitos e deveres sem mais consultas ao órgão legislativo que o autorizou previamente.

Disse mais, Sr. Presidente, que os empréstimos contratados pelo País o foram também com a autorização do Congresso Nacional. O nobre Senador Severo Gomes deve saber disso. Sobre isso fiz anexar ao meu pronunciamento de ontem toda a lesgislação pertinente à matéria. Ora, tendo em conta que o País atravessa uma fase difícil de sua vida financeira, por todos conhecida, tendo em vista que o País recorreu a negociações com o Fundo Monetário Internacional, do qual é participe...

O Sr. Severo Gomes — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Darei o aparte a V. Ex* logo que concluir o meu raciocínio.

...levando-se em conta que o País usou, sem dúvida, de um direito que lhe foi outorgado pelo Congresso Nacional, considerei, Sr. Presidente, que, nesse momento, a dúvida de um Congressita, um Senador, quanto à validade de um compromisso internacional dessa natureza seria grave, seria uma posição lesiva ao conceito do Senado, porque punha em dúvida a responsabilidade da instituição.

A questão estava a merecer uma explicação. Hoje, S. Ex* o nobre Senador Severo Gomes comenta o meu pronunciamento. Antes, porém, de prosseguir eu concedo com muito prazer o aparte que S. Ex* me pede.

— O Sr. Severo Gomes — V. Ext, Senador José Lins, está fazendo referência aos empréstimos. A nossa discussão é com relação aos compromissos assumidos para a obtenção dos empréstimos, compromissos esses que não estão absolutamente — vamos dizer — enquadrados dentro da execução do convênio. E V. Ext até teve o cuidado de juntar nos seus documentos o Parecer do Consultor-Geral da República, A. Gonçalves de Oliveira, no qual ele mostra que realmente a simples execução do que ficou pactuado, entrou em vigor, com a aprovação legislativa e a sua promulgação. Realmente, com isso não tem que se discutir nada. O que se tem de discutir é o espírito do constituinte, os compromissos que são assumidos, compromissos esses que afetam a vida das gerações futuras e que não passaram pelo Senado.

O SR. JOSÉ LINS - V. Ex*...

O Sr. Severo Gomes - Permite-me completar?

O SR. JOSÉ LINS — Pois não.

O Sr. Severo Gomes - Mas ainda nós temos convênios firmados com a Organização Internacional do Café, com a Organização Internacional do Trabalho. E todos os acordos posteriores, os quais vêm e implicam em qualquer tipo de modificação, eles são aprovados aqui pelo Senado Federal. Eu tive o cuidado de pedir ao PRODASEN, só não trouxe documentação porque iria embaraçar a passagem aqui dos Srs. Senadores, tal o volume desses acordos, os quais são sempre submetidos à apreciação e ao referendo do Senado. Não se trata de um empréstimo. Trata-se dos compromissos que assumimos para a realização desses empréstimos. E são os compromissos de executar toda uma política econômica de acordo com a vontade de burocratas do Fundo Monetário Internacional. Não estou aqui contrariando o interesse nacional; ao contrário, estou defendendo o interesse nacional. Por quê? Porque a Nação inteira está estarrecida com o fato de termos hoje toda uma política que, na minúcia ou no horizonte maior, está toda ela submetida à vontade estrangeira.

- O SR. JOSÉ LINS V. Ext facilita muito a minha tarefa. Primeiro porque V. Ext já admite, que o Executivo em nada falhou quanto ao cumprimento do Acordo Constitutivo firmado com o Fundo Monetário Internacional. Segundo. que não errou, absolutamente, quanto aos empréstimos. Os empréstimos são fatos normais. O Executivo não só está autorizado, pelo acordo a recorrer ao Fundo, mas está igualmente autorizado, dentro de limites determinado, como bem disse V. Ext, a contrair empréstimos com outras entidades.
- O Sr. Severo Gomes O problema é a contrapartida do empréstimo que é sumição nacional. Essa que é a questão.
- O SR. JOSÉ LINS V. Ex* sabe disso. Mesmo porque, quando no Executivo V. Ex* também assinou vários empréstimos. Tenho aqui dois decretos dessa natureza assinados por V. Ex* O nobre Senador Severo Gomes, quando no Executivo, evidentemente, usou de todas as prerrogativas daquele Poder para administrar o País em sua política financeira e econômica. Aqui estão dois decretos assinados pelo nobre Senador Severo Gomes com o Presidente Ernesto Geisel, um o de nº 78.838, de 25 de novembro de 1976, de 2 bilhões e trezentos milhões de dólares, e outro, o de nº 79.075, de 30 de dezembro de 1976, no valor de 150 milhões de libras esterlinas. Vê V. Ex* como essa questão diz respeito a simples operacionalização de convênios, acordos ou de autorizações do Congresso...
- O Sr. Severo Gomes Mas, eu não estou discutindo os empréstimos, nobre Senador.
- O SR. JOSÉ LINS a são atos absolutamente normais. V. Ext me facilita demonstrar que não tem razão, quando reconhece como legítimos, tanto o cumprimento do Acordo Constitutivo do Fundo, como os emprestimos realizados.
- E V. Ex* porém levanta uma questão interramente à parte, a respeito das condições compactuadas entre o Banco Central e o Fundo Monetário Internacional. Li para V. Ex* ontem, li para este Plenário, as autorizações do Congresso ao Banco Central, para que cuidasse dessas coisas.

Mas, nobre Senador, quando V. Ex* diz, quando V. Ex* assimila, quando V. Ex* compara com um convênio internacional, uma Carta de Intenção, então V. Ex* chega ao cúmulo do absurdo na confusão das coisas. Uma carta de Intenção significa, intenção unilateral de cumprir alguma coisa. Não há nenhum acordo, nobre Senador, e V. Ex* sabe disso. A Carta de Intenção foi publicada em toda parte, todos nós a conhecemos. Agora, querer V. Ex* atribuir a mesma natureza de uma carta de intenção, um mero instrumento de decisão unilateral, à natureza de um convênio internacional, tenha paciência, nobre Senador, V. Ex* não tem razão nenhuma.

- O Sr. Pedro Simon V. Ext me permite um aparte?
- O SR. JOSÉ LINS E eu fico satisfeito.
- O Sr. Pedro Simon Pelo amor de Deus!
- O SR. JOSÉ LINS Pelo amor de Deus, não. V. Ext pode pedir normalmente. Não se trata de nenhum favor maior a V. Ext V. Ext tem o direito de apartear.
- O Sr. Pedro Simon V. Ext afirmou que a Carta de Intenção é uma decisão unilateral.
- O SR. JOSÉ LINS É claro que sim, pelo próprio nome. Uma Carta de Intenção não é nenhuma obrigação bilateral. É uma intenção. Agora, se V. Ext quer dar a sua interpretação pessoal, nada posso fazer. Mas todo o País tem conhecimento disso. Foram publicados os documentos. Direi mais a V. Ext que, o Congresso autorizou o Governo brasileiro a participar do Fundo Monetário, concedeu implicitamente, ao País, autorização para aceitar o Regimento daquele Fundo. Então V. Ext não tem, absolutamente, nenhuma razão e nem o nobre Senador Severo Gomes, para alegar que o Governo está ultrapassando os termos da delegação que lhe foi dada.

- O Sr. Severo Gomes V. Ext me permite?
- O SR. JOSÉ LINS Com o maior prazer.
- O Sr. Severo Gomes O item V da Carta de Intenção díz o seguinte:
 - "5. Apoiando este programa de política econômica, que será descrito mais pormenorizadamente a seguir, o Governo do Brasil, pela presente, solicita acesso aos recursos financeiros do Fundo Monetário Internacional..."
 - E mais ainda, todo o corpo da Carta de Intenções diz:
 - "No segundo e terceiro anos do acordo, e mais ainda durante o primeiro ano do acordo..."

Quer dizer, são todas as questões colocadas. Primeiro esta política assim descrita serve de base para solicitação do empréstimo. E o que se fará no primeiro, no segundo e no terceiro ano do acordo? De que acordo se trata, Senador José Lins?

O SR. JOSÉ LINS — Do acordo do Fundo Monetário Internacional, e V. Ext sabe disso. É esse é o objeto da discussão.

Senador Severo Gomes, V. Ext acaba exatamente de matar a questão. Há uma Carta de Intenção que descreve a política do Governo para este ano, para o seguinte, e para mais outro ano, mostrando que esta política é uma política coerente, capaz de ajudar a resolver os problemas do País. E não é outra coisa que a autoridade ...

- O Sr. Severo Gomes Todos desejam um melhor futuro para o País!
- O SR. JOSÉ LINS Pelo que eu vejo, V. Ex* não deseja, nobre Senador.
- O Sr. Severo Gomes Mas desejam a compreensão de ceder primeiro às prerrogativas do Senado, tão humilhado, no que foi castrado na sua história, e procurar dizer que isto é reduzir a credibilidade do Senado quando se procura restaurá-la. É quando tudo isto que está significa acordo: primeiro, segundo, terceiro ano dos acordos ampliados!?
- O Sr. Pedro Simon E acordo não unilateral, pelo que me consta.
- O SR. JOSÉ LINS Não há esse acordo; não se invoca a palavra acordo, nobe Senador. V. Ex* está criando a palavra a seu gosto.
- O Sr. Severo Gomes Está aqui!
- O SR. JOSÉ LINS V. Ext está querendo mascarar os fatos. Não houve acordo a não ser o "Constitutivo", nobre Senador
- O Sr. Severo Gomes O segundo e terceiro ano do acordo, e as autoridades brasileiras visarão fazer isso.
- O SR. JOSÉ LINS Qual é o título desse documento?
 - O Sr. Severo Gomes "Carta de Intenção."
- O SR. JOSÉ LINS Sr. Presidente, não houve, no caso, acordo internacional entre o Governo brasileiro e nenhuma autoridade, nesse sentido. Há uma Carta de Intenção descrevendo a política nacional, que V. Ex, com todo bom senso de que dispõe, não pode assinalar um acordo bilateral entre o Governo brasileiro e outro governo, entre o Governo brasileiro e uma entidade externa.
- O Sr. Severo Gomes Mas se não existe acordo, qual a preocupação de V. Ext com o fato de nós afirmarmos que este acordo não tem validade jurídica? V. Ext dísse que isso aí prejudicava o crédito do País. Ora, se não há acordo, não há nada a prejudicar.
- O Sr. Pedro Simon E nada a ser cumprido.
- O SR. JOSÉ LINS Senador Severo Gomes, acordo há, mas apenas o relativo ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional...

- O Sr. Severo Gomes O Convênio Constitutivo não gera obrigação alguma.
- OSR. JOSÉ LINS Vou ler as palavras de V. Ex.:
 - "a compreensão clara da lei e dos fatos mostra que os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional...
- V. Ex* sabe que só há um acordo firmado como Fundo Monetário Internacional. Ou melhor, há um acordo e mais dois complementares que foram que modificaram o estatuto do Fundo. Então, se V. Ex* chega neste Congresso e diz alto e bom som, que-
- "a compreensão clara da lei e dos fatos mostra que os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional, por não terem sido referendados pelo Congresso Nacional, são eles ineficazes...
- e que isso quer dizer que o Brasil não está obrigado a cumpri-los, V. Ex* está assumindo uma grave responsabilidade. O Brasil atravessa um momento difícil da sua vida financeira, recorre aos meios normais lá fora existentes, e.V. Ex* ê o primeiro a pôr em dúvida...
- O Sr. Severo Gomes Eu tenho uma grave responsabilidade, Senador José Lins.
- O SR. JOSÉ LINS ... legitimidade da autoridade ou a validade da decisão do Governo brasileiro!
- O Sr. Severo Gomes Eu tenho a grave responsabilidade de denunciar, de mostrar que essa decisão não foi submetida à apreciação do Congresso Nacional.
- O SR. JOSÉ LINS É isso, nobre Senador, que vim aqui contestar. V. Ext, certamente, como homem bem informado, sabe que o "Convênio Constitutivo" foi o único acordo firmado. Quando V. Ext usa a palavra acordo, eu não posso pensar noutra coisa. Não posso pensar em uma simples Carta de Intenção. Eu nada mais tenho a dizer, Sr. Presidente. Não tenho porque essa é uma incoerência muito maior.
- O Sr. Severo Gomes V. Ext afirma que o Brasil não tem nenhuma responsabilidade firmada com a Carta de Intenção?
- O SR. JOSÉ LINS Ao contrário, foi V. Ext quem afirmou que o Brasil não tem essa responsabilidade.
- O Sr. Severo Gomes V. Ext diz que a Carta de Întenção não é um acordo, não obriga a nada...
- O SR. JOSÉ LINS Uma carta de intenção não é um acordo bilateral, nobre Senador Severo Gomes. É porém claro que o País tem responsabilidade quando define sua política, pelo menos moralmente auto assumiu a obrigação de cumpri-la.
- V. Ex* pode criticar a decisão do Governo de traçar aquela política, pode. Mas não pode dizer que o País firmou um acordo com o Fundo Monetário porque simplesmente o que a autoridade fez foi emitir uma Carta de Intenção. Nesse sentido V. Ex* não tem razão.
- O Sr. Severo Gomes Pergunto a V. Ext: o Brasil está obrigado aos termos da Carta de Intenção?
- O SR. JOSÉ LINS Se V. Ext disser que promete pautar a sua vida por alguma norma, V. Ext se sente, pelo menos moralmente, consigo mesmo, obrigado a cumpri-la? A não ser que as condições mudem, e V. Ext tem essa obrigação. Deixo então ao arbítrio de V. Ext a resposta.
- O Sr. Pedro Simon V. Ext já deu a resposta; é uma obrigação moral, mas não é uma obrigação legal.
- O SR. JOSÉ LINS Sr. Presidente, fica claro que o que eu quis dizer, realmente, e contestar, foram as palavras do nobre Senador Severo Gomes, quando disse que os acordos firmados pelo País com o Fundo Monetário Internacional não são válidos, são ineficazes e que o Brasil não tem obrigação de cumpri-los.

Sr. Presidente, mostrei ontem, e mostrarei em qualquer oportunidade, que todos os acordos firmados pelo Brasil com o Fundo Monetário o foram com autorização do Congresso Nacional e que o Brasil pretende honrar esses compromissos. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coetho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna, na qualidade de Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, para registrar a passagem, hoje, do septuagésimo-quinto aniversário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, que tem a presidi-la, neste momento, a figura ímpar desse grande brasileiro, desse provado homem público que é Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

Valho-me do ensejo, Sr. Presidente, para registrar também, com júbilo, a nova constituição do Comitê de Imprensa desta Casa, que tem a presidi-la o jornalista Esaú de Carvalho, tendo como vice-presidente o jornalista Evandro Paranaguá, secretário-geral o jornalista Sebastião Rodrigues e segundo-secretário a jornalista Nilza Portocarrero.

Sr. Presidente, desde a mocidade, nos aprendemos aquele verso da nau catarineta: "Alvíssaras, meu capitão, meu capitão, meu capitão-general, já vejo terras d'Espanha, areias de Portugal!"

Quando li hoje que o Sr. Ministro Dessim Netto se preocupava com o problema do seguro-desemprego, eu busquei, entre os meus guardados, o Projeto de Lei nº 230, de 1976, e que nesta Casa sugeria a criação do seguro-desemprego, a cargo do INPS, e dava outras providências. Esse projeto soi rejeitado, mas agora, Sr. Presidente, já vemos "terras d'Espanha, areias de Portugal".

O Sr. José Lins - V. Ex* me permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO - Com muita honra.

O Sr. José Lins - Nobre Senador Nelson Carneiro, queria participar da manifestação de regozijo que V. Ext pela posse da nova diretoria do Comitê de Imprensa do Senado Federal. Juntamente com nosso-caro Presidente, assistimos, na quinta-feira passada à posse do jornalista Esaú de Carvalho, que pertence à Organização Brasileira de Notícia, Cine-TV Produções, e que representa em Brasília também a Tribuna do Ceará, entre vários outros órgãos da imprensa do País. O Vice-Presidente, como V. Exª sabe, é o ilustre jornalista do Estado de S. Paulo, Evandro Paranaguá. O Secretário é o repórter fotográfico Sebastião Batista da Silva, do Correio Braziliense, e suplente a jornalista Nilza Portocarrero, da Rádio Clube de Goiás e Rádio Jornal de Goiás. Quero participar, em nome do meu Partido, o PDS, dessa manifestação de regozijo que V. Ex* expressa e desejar à diretoria uma eficiente gestão e um efetivo apoio da Mesa do Senado.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito obrigado a V. Ex* Acredito que a Mesa ouvirá o apelo de V. Ex* e já a presença do Sr. Presidente na solenidade de instalação demonstra o apreço que a Mesa tem pelo Comitê de Imprensa desta Casa.

O Sr. Pedro Simon - Permite V. Ext um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Pedro Simon — Também em nome do PMDB, queremos levar a nossa solidariedade à nova diretoria a esperança de que continuarão o excepcional trabalho que fazem de cobertura dos trabalhos desta Casa, bem como as felicitações à diretoria que terminou seu mandato e que com tanto brilho o exerceu. Nossa solidariedade, portanto, aos jornalistas e a nossa solidariedade ao pronunciamento de V. Ex.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, assim ficou marcada nesta Casa uma efeméride, 75 anos de

atividade da Associação Brasileira de Imprensa, como registro da posse da nova diretoria do Comitê de Imprensa desta Casa.

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que queria fazer nesta oportunidade. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:
Altevir Leal — Eunice Michiles — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Carlos Alberto — Hum-

berto Lucena — Albano Franco — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Benedito Canelas — José Fragelli — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação das seguintes matérias:

- Requerimentos nºs 328 a 337, de 1983;e
- Projetos de Resolução nºs 8 e 9, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Antes de dar início à Ordem do Dia a Presidência comunica ao Plenário que, com referência ao item 14 da pauta, e em virtude de erro gráfico, ali verificado, os Srs. Senadores deverão considerar a expressão "art. 371, alínea c do regimento interno" e não art. 371, alínea b, como está transcrito.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. I°-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO № 520, DE 1983

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 21 seja submetida ao Plenário em 1º lugar.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1983. — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação o requerimento que vem de ser lido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria de fazer um apelo ao nobre Senador Itamar Franco, no sentido de que o requerimento de sua autoria se referisse à preferência para o segundo projeto, deixando que, afinal, se votasse o empréstimo da cidade de Alagoinhas, que é a terra da minha infância, na velha Bahia, onde, apenas para ilustrar esses comentários, já que o nobre Senador Itamar Franco recorda o Agapito, eu poderia contar que lá ocorreu um dos episódios marcantes da minha vida, porque me foi contado pelo meu avô. E era funcionário da estrada de ferro.

Era o "seu" Coelhinho, porque tinha um parente, o "seu" Coelho, que era mais graduado. Esse é um episódio a que tenho me referido nesta Casa. Um dia ele foi convidado por Romão, um companheiro de trabalho, para o almoço. Romão era um viúvo que tinha 8 filhos. Foram almoçar. Sentaram-se à mesa os dois e os oito filhos; servidos os dois adultos, Romão deu um brado de guerra: "Avança Romãozinho". Quando declarou "avança Romãozinho", aqueles oito meninos se jogaram sobre os pratos e quem comia, comia; quem não comia, ficava sem comer.

Esse aspecto me lembra sempre alguns momentos da vida política brasileira, em que há esse grito "Avança Romãozinho", e muita gente come e muita gente fica sem comer.

Isso ocorreu na cidade de Alagoinhas, e é por isso que trago o episódio à baila, quando estou pedindo para que não se retarde mais a concessão desse empréstimo à cidade de Alagoinhas, onde nasceu minha mãe e onde vivi dias melhores da minha vida. Gostaria que o Senador Itamar Franco alterasse o seu pedido, e que ele fosse votado em segundo lugar. (Muito bém!)

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palayra ao nobre Senador Itamar Franco, autor do requerimento.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, não há como deixar de atender à solicitação do Senador Nelson Carneiro. Recebendo também uma solicitação do Líder Murilo Badaró, eu pediria a V. Ext que a Ordem do Dia fosse alterada, colocando o Acordo Nuclear no número 3

O Sr. Lomanto Júnior — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lomanto Júnior, para encaminhar a votação.

O SR. LOMANTO JÚNIOR (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Agradeço muito sensibilizado ao eminente Senador Itamar Franco, que atendeu ao apelo deste homem que para nós é um símbolo da Bahia, que nós emprestamos ao Estado do Rio de Janeiro e até hoje não nos foi devolvido que é o Senador Nelson Carneiro.

Fui seu discípulo dos mais modestos, mas aprendi com ele ensinamentos de coerência, ensinamentos de resistência, ensinamentos de democracía; se não fui o discípulo dileto, pelo menos procurei aprender das suas convicções, da sua pertinácia, do seu espírito público, lições que me serviram muito na longa caminhada da minha vida pública.

Quero agradecer ao Senador Nelson Carneiro também pelo seu amor que é uma flama permanentemente no seu coração pelo velho torrão natal.

Alagoinhas fala muito perto ao seu coração. Eu diria mesmo que Alagoinhas é combustível a aquecer aquela chama ardente, quando os anos vão passando e ele continua a aquecer, nos mandatos brilhantes que tem representado, os mais jovens que dele aprenderam muitas lições. É também uma homenagem, Sr. Presidente, ao Senador Lourival Baptista, filho de Entre Rios, cidade limítrofe com Alagoinhas, a terra em que o seu progenitor viveu áureos dias de sua vida, e onde ele recebeu os primeiros ensinamentos. Acredito mesmo que Sergipe tenha sido o grande estimulador da sua caminhada na vida pública, mas Alagoinhas foi a primeira escola de civismo onde ele aprendeu as lições de amor à Pátria. É uma homenagem também a ele.

Sr. Presidente, nós estamos votando esse projeto com um atraso enorme. Este projeto serviu de cobaia no ano passado, e o ex-prefeito de Alagoinhas quantas vezes esteve aqui e viu frustrada a sua esperança em ter os recursos para realizar alguma obra naquela terra. Pois bem, presto uma homenagem àquele ex-prefeito na pessoa do seu adversário, Sr. Presidente, que está aqui presente, o meu velho e querido amigo, um dos mais brilhantes jornalistas de minha terra, o hoje Prefeito de Alagoinhas, Sr. Judélio do Carmo. Pois bem, ele está aqui para assistir à aprovação do seu projeto, ele que é um homem do PMDB, eleito pelo PMDB, marcadamente de Oposição. Queremos com o nosso gesto manifestar ao PMDB que nós aqui olhamos acima de tudo o interesse público, principalmente em que consagrei uma vida inteira a serviço da emancipação e do fortalecimento dos munici-

Queremos prestar esta homenagem, e o Sr. Prefeito vai assistir à aprovação do projeto e que se faça justiça ao dinâmico ex-Prefeito Miguel Fontes que tanto lutou, e era do PDS, e não conseguiu ver vitoriosa a sua pretensão.

Vai voltar V. Ext para a sua Alagoinhas, Sr. Prefeito, a minha Alagoinhas querida. A caneta com que assino os atos nesta Casa, e ainda há pouco assinei vários atos como Presidente da Comissão de Redação, eu a recebi, no dia da minha posse no Governo, do povo de Alagoinhas. Ela continua guardada como um símbolo da minha aliança com aquela terra querida que tão bem me recebeu, da qual tantos carinhos tenho recebido.

Diga a Alagoinhas que o Senador Lourival Baptista rejubilou-se; diga que o Senador Nelson Carneiro também se rejubilou - foi o primeiro a pedir ao Senador Itamar Franco, que com aquela lhaneza, com aquela elegancia que caracteriza os homens que nasceram nos altos, os homens que têm a Serra da Mantiqueira, os homens que têm as Alterosas como o símbolo de uma terra admirável, como ê Minas Gerais; com o apoio do Senador Jutahy Magalhães, que jutou ao meu lado para que esse projeto realmente entrasse em pauta; com o apoio do Senador Luiz Viana, da Bahia, que tem tão profundas vinculações à terra e ao povo de Alagoinhas; com a ajuda do Líder Aloysio Chaves; e ninguém mais se vai rejubilar do que este baiano que hoje preside o Senado (Risos.) - não direi isso em Pernambuco, para não criar casos a V. Ex*, mas todos nós sabemos que o Rio São Francisco não separa a Bahia de Pernambuco - e tenho dúvidas se V. Ex* nasceu em Petrolina ou em Juazeiro.

Agradeço, Sr. Presidente, e quero agora assistir à aprovação, para sair daqui feliz, pois enquanto não se fizer a reforma tributária, o Congresso Nacional não pode negar empréstimos a esses desgraçados municípios que recolhem apenas as migalhas do banquete orçamentário do País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Retificado o requerimento de inversão pelo autor, a solicitação é para que o item nº 21 seja apreciado em terceiro lugar.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) - Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 126, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 793, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA) a elevar em Cr\$ 497.499.000,00 (quatrocentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 794, 795, 1.348, 1.349 e 1.350, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade da emenda de plenário e da subemenda da Comissão de Economia, com voto vencido do Senador Hugo Ramos;
- de Municípios, 1º pronunciamento: favorável ao projeto; 2º pronunciamento: favorável à emenda de plenário e à subemenda oferecida pela Comissão de Economia; e
- de Economia, 2º pronunciamento: favorável à emenda de plenário, com subemenda que apresenta.

A matéria teve sua discussão encerrada na sessão do dia 21-10-81, com a apresentação de emenda de plenário (substitutivo).

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, sem prejuízo da subemenda oferecida pela Comissão de Economia.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

É o seguinte o substitutivo aprovado

EMENDA Nº 1 (Substitutivo)

Ao Projeto de Resolução nº 126, de 1981

Substitua-se a atual redação do Projeto de Resolução nº 126, de 1981, pela seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO № 126, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA) a elevar em Cr\$ 392.967.320,00 (trezentos e noventa e dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 392.967.320,00 (trezentos e noventa e dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado à implantação do Programa CURA, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação a subemenda da Comissão de Economia.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

-Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a subemenda aprovada

Subemenda nº 1-CE

Acrescente-se, no Substitutivo de Plenário, o seguinte: "Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) - Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 187, de 1983, de autoria do Senador Aloysio Chaves, solicitando, nos termos do art. 418, item I, do Regimento Interno, a convocação do Senhor Amaury Stábile, Ministro de Estado da Agricultura, a fim de prestar, perante o Plenário do Senado, informações sobre os termos do contrato da empresa CAPEMI para o desmatamento da Bacia Hidrelêtrica de Tucuruí.

De acordo com o disposto no inciso II, letra c, do art. 322, combinado com o art. 328 do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo nominal.

Tendo havido, entretanto, acordo entre as Lideranças, a matéria será submetida ao Plenário simbolicamente. Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias à convocação do Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — De acordo com a deliberação do Plenário, passa-se à apreciação do item nº 21.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 127, de 1982, que aprova as conclusões e recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978.

Em discussão o projeto, em turno único. Tem a palavra o nobre Senador Milton Cabral. O SR. MILTON CABRAL (Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dando confinuidade à exposição sobre o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, vamos hoje prosseguir na leitura das conclusões da III Parte, relativa à Política Nuclear.

27. A utilização da energia nuclear no Brasil foi um objetivo comum a todo os Governos a partir da administração do Presidente Dutra.

Portanto, o ingresso do Brasil na era nuclear foi uma atitude longamente pensada, e veio consolidar uma antiga aspiração nacional. Esta decisão resultou do consenso natural entre todos os governantes, o que nos leva a concluir, a priori, que se trata de um processo histórico irreversível.

28. Mas o objetivo maior, como não podia deixar de ser, era a específica autonomia tecnológica e industrial, o que nos foi negado pelos Estados Unidos (como se deduz com bastante clareza dos seis Acordos bilaterais assinados de 1965 e 1972), apesar de terem sido colocadas à sua disposição nossas reservas de minerais estratégicos, em condições privilegiadas e nos momentos mais críticos. Daí a resposta à indagação: Por que o Acordo com os alemães?

A amplitude oferecida pela cooperação alemã fez precipitar a decisão brasileira da escolha do parceiro para a difícil e custosa empreitada que o País estava determinado a realizar. Portanto, não restou ao Governo brasileiro senão o caminho aberto pela República Federal da Alemanha para obter a necessária cooperação técnica e industrial na realização do seu Programa Nuclear. Assim, em apenas seis anos, o Brasil obteve da Alemanha o que não conseguira em vinte e sete anos de pacientes negociações com os Estados Unidos e outros países.

29. O Acordo Nuclear celebrado em 1975 estabeleceu condições de participação e mútuas obrigações para pessoas jurídicas alemãs e brasileiras, objetivando implantar no Brasil uma indústria nuclear integrada, com qualidade e desempenho dos produtos semelhantes aos padrões obtidos na Alemanha.

Pelas condições estabelecidas, admitiu-se a possibilidade de alcançar o objetivo central da transferência de tecnologia associada a uma capacitação nacional de elaboração de projeto (conceitual, básico e executivo), e de fabricação de componentes com elevada nacionalização. A questão maior passou a ser a execução do que foi planejado e estabelecido com base na colaboração alemã.

- 30. Os mútuos condicionamentos impostos pelas partes estão assim definidos: o Governo da Alemanha e as empresas alemães envolvidas comprometeram-se a realizar completa transferência de tecnologia, com a cessão de patentes de que são possuidores e o correspondente financiamento dos suprimentos; e o Governo do Brasil, com as empresas participantes, contribuirá para o atendimento das necessidades alemás de combustível nuclear, e adquirirá dos alemães os equipamentos e serviços relativos às quatro primeiras usinas (de 1.200 MW). com complementação nacional. Nas 4 unidades seguintes, as partes alemãs serão complementares às fornecidas pelo mercado brasileiro. É importante deixar aqui registrado que este número de oito unidades resultou de proposição brasileira, e não de imposição alemã.
- 31. A linha de reatores adotada no Brasil PWR, de água leve e urânio enriquecido seguiu a orientação da maioria dos países, uma vez que até o presente (março de 1982), quando foi concluído este relatório das 582 unidades (pesquisas e comerciais) em operação, em construção e encomendadas no mundo, 316 são reatores do tipo PWR. Os reatores com urânio natural e água pesada têm participação inferior a 10%. Esses números falam por

32. Quanto ao sistema empresarial montado pelo Governo, a NUCLEBRAS representa um complexo industrial apto a realizar os dois objetivos básicos; eliminar a dependência externa do combustível nuclear, e construir no Brasil os reatores nucleo elétricos que necessitamos.

A constituição da NUCON, para assumir a administração da construção civil de usinas nucleares, foi correta decisão, face às experiências conhecidas em Angra I e nas fundações de Angra II.

Inegavelmente, a NUCLEP poderia ter sido constituída com investimento menor do que os US\$ 226 milhões previstos até 1983. A indústria privada, devidamente reforçada, teria condições de atender à fabricação de certos componentes pesados constantes da linha de produção da NUCLEP. Por outro lado, a dimensão da NUCLEP possibilita uma produção de tal porte que, provavelmente nos próximos anos, se houver descontinuidade no Programa Nucleoelétrico, ela entrará em ociosidade e, nesse caso, a sua produção terá de ser forçosamente reprogramada. A produção de turbogeradores de médio e grande portes abriria certamente uma nova e promissora frente de diversificação.

Quanto à política adotada em relação às empresas engajadas no ciclo de combustível, estas foram constituídas com dimensionamento adequado, isto é, numa primeira etapa em escala de demonstração.

33. Quanto aos aspectos de saúde, meioambiente e segurança, reconhecemos que foi montada no País uma estrutura de defesa e proteção adotando procedimentos de natureza técnica baseados na experiência internacional, regulados e fiscalizados pela CNEN, para garantir os mais elevados padrões de qualidade como requisito fundamental à segurança das instalações.

Reconhecemos igualmente que o País conta hoje com uma organização sistêmica voltada para proteger o homem e o meioambiente, na qual se integram todos os organismos oficiais e privados de algum modo relacionados com o campo nuclear (SI-PRON, COPRON, CNEN, IBQN e IDR).

Mais uma vez, advertimos que a questão em si não está nos organogramas nem na importância das instituições criadas na forma de Lei, mas fundamentalmente na eficiência das administrações, na qualidade dos materiais e produtos, na competência do pessoal que opera as instalações, enfim, em tudo o que se reflete nos índices de segurança.

Indiscutivelmente, os índices de segurança alcançados no mundo inteiro são muito altos, tanto que, nos 106 reatores — 106 reatores comerciais — atualmente em operação regular (final de 1981), alguns já com 25 anos de utilização, jamais aconteceram acidentes fatais. A probabilidade é remotíssima. E a Cada ano são introduzidos aperfeiçoamentos. O que importa, como conclusão, é que a usina nuclear para geração de eletricidade se apresenta com segurança suficiente para merecer confiabilidade.

- 34. Sob o aspecto econômico, duas questões avultam: necessidade real de eletricidade e a capacidade de investimento do País face à política antiinflacionária. A Política Nuclear terá forçosamente de se enquadrar nos condicionamentos impostos pela situação econômico-financeira.
- 35... A respeito dos aspectos administrativos na formação das empresas binacionais na área nuclear, concordamos com o entendimento de que o interesse brasileiro é não permitir aos alemães qualquer pretexto para se isentarem de seus compromissos de garantir aos produtos aqui fabricados com sua tecnologia o mesmo padrão de qualidade e desempenho que é obtido na Alemanha. Discordamos da fórmula criada para os Comitês Técnicos, sem a paridade de representação. Julgamos que outra forma deveria ter sido adotada, sem prejuízo dos mesmos objetivos. Como o processo de substituição de ale-

maes por brasileiros está se realizando, como previsto, em todas as empresas do Grupo NUCLEBRÁS, acreditamos não ser embaraçoso renegociar este item nos correspondentes contratos.

- 36. Em relação à transferência de tecnologia, a política adotada seguiu os procedimentos comuns dos países mais avançados: num primeiro tempo a fase de absorção, com as mesmas garantias de qualidade e desempenho dos bens e serviços originais; e, num segundo tempo, o desenvolvimento autônomo.
- 37. O índice de nacionalização dos equipamentos, a ser atingido na execução das unidades previstas no Acordo Nuclear, satisfaz ao interesse nacional de conquistar a autonomia tecnológica no setor em prazo conveniente, sem prejuízo de um esforço maior para ultrapassar os índices previstos, começando por 36,6 e terminando com 85% na última unidade. Na construção de obras civis, a nacionalização em projeto e execução deverá alcançar praticamente 100% na 4º usina, descontada tão-somente a assistência técnica.
- 38. A Política Nuclear, tal como estruturada sob as atuais Diretrizes de Governo, em continuidade à do Governo anterior, tem condições de proporcionar ao País a realização de seus objetivos específicos de:
- assegurar a tranferência de tecnologia prevista no Acordo Nuclear com a Alemanha;
- viabilizar a fabricação de componentes e a produção de combustíveis nucleares;
- consolidar a capacidade nacional de engenharia de projeto, construção e montagem de centrais nucleares;
- acelerar a prospecção de minerais radioativos, físseis e férteis, com tecnologia própria;
- possibilitar à CNEN cumprir as suas atribuições, podendo situá-la melhor num plano de absoluta isenção em relação aos organismos envolvidos com a execução de Programas de utilização da energia nuclear;
- preparar recursos humanos em quantidade e qualidade;
- assegurar a implementação do plano e projetos relativos à garantia e controle de qualidade;
- estabelecer instrumentos de proteção à saúde, ao meio ambiente e segurança radiológica da população;
- enfim, realizar a aspiração nacional da autonomia tecnológica, fundamental para garantir ao
 País a plena utilização da energia nuclear na geração de eletricidade em tempo hábil, de forma racional, quando se avizinhar o esgotamento dos recursos hídricos economicamente aproveitáveis, previsto dentro dos próximos 25 a 30 anos, bem como o
 pleno aproveitamento das técnicas nucleares em benefício das atividades do Homem na defesa e proteção à sua saúde e ao meio ambiente.
- Sr. Presidente e Srs. Senadores, vamos, a seguir, entrar na quarta parte, referente ao Programa Nuclear.

IV - Programa Nuclear

- 39. A escolha do local Praia de Itaorna, em Angra dos Reis resultou de prolongado e abrangente estudo, inclusive ratificado por consultora norte-americana de grande experiência nesta especialização, seguindo critérios internacionais que regulamentam a seleção de sítios para instalação de reatores de potência.
- 40. Aquela área, de 1.457 hectares, foi apontada como a que exigia menor investimento para o seu desenvolvimento. Este dado foi realmente o que mais pesou πa decisão de 1970.
- 41. A longa pesquisa na faixa litorânea entre Cabo Frio e Parati, no Estado do Rio de Janeiro, teve sempre como objetivo a construção de uma unidade pioneira de 500 MW. Somente com a concorrência para aquisição

- dessa unidade é que surgiu a cogitação de usinas adicionais, tanto que o projeto do canal de escoamento foi feito admitida esta hipótese. A determinação de instalar mais uma unidade, logo depois alterada para duas, com o aproveitamento de Itaorna, consolidou-se em 1974, por ocasião da discussão preliminar do Acordo Brasil e Alemanha. Os dados referentes ao citado aproveitamento foram exatamente os mesmos levantados para a primeira unidade.
- 42. Enquanto o posicionamento da Usina Angra I em Itaorna foi devido à existência, na área, de solo que possibilitava a construção de fundações diretas do Edificio do Reator, com relação às outras 2 usinas maiores, Angra II e III, a localização, admitida desde logo ao lado da primeira unidade, foi resultado das facilidades do cânteiro, aproveitamento do canal de escoamento das águas de refrigeração já constituído, e do molhe de proteção do cais, etc. Isto é, aproveitamento da infraestrutura já existente, construída para Angra I.
- 43. Descidido o posicionamento de Angra II e III, que implicaria em fundações indiretas de grande altura em solo adverso, não consta que tivesse havido, antes do início das obras, estudo comparativo entre custos das referidas fundações se transferidas para outro local mais distante da Unidade I, como acabou sendo feito, com o deslocamento da Unidade III para Ponta Grande, no extremo oposto à posição de Angra I. Anote-se que o menor custo das fundações de uma única unidade justificou a remoção.
- 44. Está claro que o longo tempo gasto na execução das fundações indiretas de Angra II e o deslocamento de Angra III para local que permite fundações diretas mostram que FURNAS não levou em conta a experiência de obras precedentes, a exemplo da usina de Hartlepool, na Inglaterra, com 1.320 MW, construída sobre fundações de 42 metros de altura, com solo e subsolo em condições muito semelhantes às de Itaorna, inclusive com matações. A execução dessas fundações tomou apenas 2 anos.
- 45. Se o local Ponta Negra, ao norte do Rio de Janeiro, tivesse sido melhor estudado, admitida como foi a construção de maior número de usinas, a diluição do custo da infra-estrutura teria mostrado a vantagem de sua economicidade e, portanto, ali teria sido provavelmente o local preferido para a implantação da primeira central nuclear do Brasil.
- 46. Outro aspecto do problema que não pode deixar de ser considerado é que a baía de Angra dos Reis apresenta contorno exclusivo e de rara beleza no mundo, tornando-se por isso de incomensurável potencial turístico internacional, cujo aproveitamento muito interessa à economia brasileira.

Com a localização de 3 usinas nucleares, qualquer acidente no funcionamento de uma única, por menor expressão e inofensivo que seja, vindo ao conhecimento público, adquirirá inevitável e ampliada repercussão, com intensa exploração política, tal como se registra em toda parte. Isto faria reduzir consideravelmente, ou até comprometer por longo prazo, o interesse pela exploração turística e área de lazer da privilegiada baía, significando enorme prejuízo para o País. Na Ponta Negra tal hipótese jamais alcançaria semelhante repercussão e prejuízos. Em nossa opinião, a baía de Angra dos Reis não é um tocal para instalação de centrais nucleares. Por isso, julgamos necessário que toda a zona seja considerada não conveniente à instalação de novas centrais.

Concluímos pela necessidade do Governo proceder estudos de zoneamento das áreas susceptíveis de serem aproveitadas, ao longo do litoral, para implantação de instalações nucleares.

47. Os problemas surgidos na construção de Angra I, que levaram a sucessivos adiamentos de prazos, foram consequentes, em grande parte, de problemas de natureza administrativa originados da ação empresarial da proprietária FURNAS e do fornecedor do projeto e equipa-

mentos — a Westinghouse. É inaceitável o açodamento em começar a execução de obras de tamanha envergadura e complexidade em local onde não existia infraestrutura adequada e com projeto reconhecidamente incompleto.

- 48. Causa estranheza a variedade desses problemas, como assinalados no período de 1972 a 1976, culminando com um quadro de dificuldades no canteiro de obras e alojamentos, agravado pelas divergências entre equipes da proprietária e das contratadas. As pessimas condições médico-sanitárias, do início das obras até 1978, significaram pesado ônus para os trabalhadores, obrigados a exercerem suas tarefas em condições subumanas. As tradições de FURNAS como executora de grandes projetos ficaram maculadas.
- 49. FURNAS demorou em transferir à Westinghouse a responsabilidade pela programação, coordenação e controle técnico das obras e serviços, o que lhe teria permitido melhores condições de exigir o cumprimento dos prazos acertados em contrato. Somente a partir de maio de 1977, quase 5 anos depois de iniciada a execução do projeto, é que FURNAS promoveu tal transferência.
- 50. Devemos dar maior importância ao fato de que a má "performance" construtíva alcançada na execução da unidade pioneira não atingiu a qualidade e segurança dos serviços, que são atestados pelas inspeções das consultoras internacionais e da CNEN.
- 51. Os contratos assinados entre FURNAS, a Westinghouse/EBE, e a Construtora Norberto Odebrecht, exibiram evidentes fragilidades em vários de seus dispositivos (prazos, conceitos e fórmulas de remuneração, transferência de responsabilidade, etc), tanto que numerosos aditamentos mudaram profundamente a regra do jogo, como estabelecida inicialmente para efeito de seleção de concorrentes.

È claro que tais alterações forçaram substanciais aumentos dos custos, e não fizeram antecipar, nem mesmo cumprir, qualquer prazo, inclusive os renovados.

- A justificativa dos empresários é que tiveram remuneração média (12%) abaixo da recebida em outras obras de grande porte, sob regime de administração (15, 20, 25% e mais).
- 52. Se as empresas, ao exercerem suas atribuições, perseguiram melhores resultados, cabia à proprietária tudo fazer para que seu empreendimento fosse realizado completamente, atendendo aos postulados qualidade, prazos e custos.
- 53. Curiosamente, e felizmente, as falhas apontadas pela reportagem da revista Der Spiegel nas obras de Angra I não foram confirmadas. Como elas atingiam mais a qualidade técnica dos trabalhos, foi para nós um alívio constatarmos que não existiu nenhum edificio afundando como um saca-rolhas, não ficou o turbo-gerador fora de alinhamento, e não houve tubos supérfluos na execução do estaqueamento. Comprovadamente, a Der Spiegel deixou-se levar, no caso, por falsas informações. As falhas observadas na execução de Angra I, de natureza diversa das apontadas pela revista alemã, foram puramente administrativas, que afetaram prazos e custos.
- 54. A compra do reator PWR, de 626 MW, à Westinghouse, pelo sistema "turnkey" (na forma de "caixapreta"), não pode merecer aceitação nesta CPI, porque resultou de nítida acomodação das autoridades do setor, que poderiam ter adotado o mesmo critério de nacionalização de Angra II e III, partindo de um mínimo de 30% de componentes nacionais. Os estágios de conhecimento e capacidade da indústria nacional entre 1971 e 1974, embora não fossem os mesmos em 1976, sem dúvida alguma permitiriam que Angra I tivesse sido contratada com maior índice de nacionalização dos equipamentos do que os 8% admitidos.
- 55. A intervenção, em 1974, da Logos Engenharia, no gerenciamento das obras civis, sob a responsabilidade

- da Construtora Norberto Odebrecht, não nos pareceu convincente porque, quando o ato se materializou, as causas que estavam originando os atrasos e desentendimentos entre a proprietária e a referida construtora estavam realmente sanadas. A infra-estrutura local tinha ficado pronta, e FURNAS alterado as condições de pagamento através de adiantamentos, o que removeu as duas principais causas que perturbavam o andamento das obras.
- 56. Um fato positivo no projeto de Angra I, que não pode deixar de ser ressaltado, é que os contratos de construção e fornecimento de equipamentos foram realizados por concorrência, mesmo tendo em conta o caráfer absolutamente pioneiro do empreendimento. Devemos, por fim, ressaltar que nenhum dos problemas comentados resultou do regime de licitação adotado para a execução das obras e serviços.
 - 57. Do valor estimado na época da concorrência, em 1972, de US\$ 510 por kw instalado, passou a ser, em junho de 1981, de US\$ 2.090, tendo o investimento global atingido US\$ 1.328.007.000. Como até junho de 1982, a usina não deverá entrar em operação comercial, e como os custos indiretos não cessam até começar a produzir energia, provavelmente esta unidade de 626 mw virá a ter um custo final próximo de 1,5 bilhão de dólares, e um custo por kw instalado de 2.300 a 2.400 dólares.

Abro aqui um parêntese, para lembrar aos Srs. Senadores que este comentário foi feito à época da redação e naquela ocasião as nossas previsões não poderiam ultrapassar a junho de 1982. Mas, recentemente, informações da direção de Furnas já admitiam que o custo de Angra I atingiria a importância de 1 bilhão e meio de dólares, o que vem confirmar uma previsão do nosso relatório feito um ano antes, conforme está aqui mencionado.

- Continuando:
 - 58. Na melhor das hipóteses, Angra I terá testes de carga de até 70% no decorrer deste ano, quando, se tudo correr bem em relação ao sistema gerador de vapor, a usina entrará em operação comercial ainda com capacidade reduzida. Espera Furnas que, dentro de mais um ano, a Westinghouse dê final solução ao problema de segurança encontrado neste SNGV. Completará neste ano, dez anos de construção, um dos maiores períodos observados no mundo, na construção de uma usina deste porte.
 - 59. No que se refere ao último adiamento de entrada em operação, agora em 1982, para permitir revisão no sistema gerador de vapor, trata-se de medida preventiva com base na experiência de reatores semelhantes em outros países, que não se relaciona propriamente aos trabalhos aqui executados de construção e montagem. É problema de concepção de projeto no SNGV, da responsabilidade do fabricante, definida em contrato.

Angra I começará com 5% de sua capacidade, subindo gradativamente a 30%, 50% e 100%. Entretanto, deverá parar para introduzir modificações no vaso gerador de vapor, conforme inovações no projeto que farão evitar o vasamento de águas do circuito primário para o secundário.

- 60. A KWU não colaborou suficientemente com Furnas no atendimento de informações que permitissem uma mais aproximada avaliação do custo dos investimentos nas usinas de Angra II e III. Os dados fornecidos foram parciais, alguns negados sob o pretexto de serem confidenciais, em contraste com os termos contratuais, que asseguravam o acesso de Furnas aos detalhes do empreendimento.
- 61. A adaptação do projeto da KWU às condições brasileiras não foi a melhor solução. Ao contrário desse procedimento, se o projeto tivesse levado em conta, desde logo, essas condições, certamen-

te o prazo e o custo da obra seriam menores, além de abrir oportunidade de maior participação à engenharia nacional.

- 62. As análises feitas em Furnas, sobre a proposta de fornecimento de serviços e de equipamentos da KWU, mostraram que houve um sobrepreço da ordem de US\$ 144 milhões, ou 20% a mais, o que foi considerado sem explicação. Entretanto, o parecer da NUCLEBRÁS sobre as mesmas ofertas as situou no mesmo nível de preços de usinas semelhantes construídas na Europa e nos Estados Unidos.
- 63. Este sobrepreço, como admitido por Furnas, face o objetivo maior de obter-se a transferência de tecnologia, teria sido melhor compreendido desde que os elementos da proposta tivessem sido claramente exibidos e não ficassem embutidos, sem identificação.
- 64. Constatamos que houve uma deficiência indesculpável: não houve nenhum parecer elaborado por pessoas de comprovada experiência em análise de projeto de usina nuclear. Pelo vulto, complexidade e pioneirismo do empreendimento, julgamos que o caminho certo teria sido a constituição de uma comissão mista, com "experts" de outros países, para oferecer uma fundamentada análise sobre os custos. Conformamo-nos com os pareceres de um Grupo de Trabalho de Furnas, cuja conclusão foi considerada deficiente pela própria empresa, e com a opinião da NUCLEBRÁS, que limitou-se a uma comparação de custos internacionais tendo justificado o maior custo do projeto com as diferenças das especificações que seriam impostas pelas condições locais.
- 65. A KWU soube muito bem comercializar seus produtos. Furnas não soube comprar melhor porque não sabia ao certo o custo de mercado do produto que estava adquirindo.
- 66. As novas condições do Contrato 3.763 para execução das obras civis, em relação ao anterior, 2.182, procuraram efetivamente melhorar a remuneração da empreiteira, assegurando-lhe resultados positivos, em torno de 12%, sobre o faturamento global, como alegam os diretores da CNO. A comparação desta taxa à de outros contratos por administração, tanto no serviço público como privado, mostra que esse valor realmente está abaixo da média. Embora as alterações tenham efetivamente beneficiado a CNO, nem por isso a construtora conquistou situação de privilégio em relação a este ponto.
- 67. A decisão da adjudicação das obras de Angra II à CNO, embora legal, não foi explicada ou justificada convincentemente. As razões de natureza têgnica e a invocada urgência para início das obras não podem ser acatadas. As vantagens alegadas para continuidade das obras pela CNO, com assessoria da Hochtief, poderiam ter sido asseguradas por qualquer outra empresa de porte têcnico e esperiência em grandes obras complexas, também com assessoria estrangeira. A melhor política é ainda a concorrência pública.

A criação da Nucon e as medidas já adotadas por esta em relação às obras de Angra III transformando os contratos de administração por empreitada, com preço e prazo fixados e com abertura à participação de outras empresas construtoras, em concortência pública, comprovam o acerto desse entendimento.

68. A notória e única especialização da CNO, reforçada pelos conceitos altamente favoráveis de confiabilidade técnica e financeira exibidos nos pareceres de Furnas, que a situavam como empresa que oferecia a melhor disposição para obras pesadas, melhor assistência técnica estrangeira, maior capacidade de absorção e mudanças organizacio-

nais para atender obras complexas, não se harmonizam com as exigências do Sr. Ministro das Minas e Energia de reforço técnico e financeiro.

- 69. A rigor, justo é reconhecer, a CNO lutou por seus interesses agiu como empresa que persegue resultados positivos e de forma pragmática. A direção de Furnas é que se acomodou à situação, preocupada em minimizar suas tarefas, por ser mais fácil deixar as obras com a CNO do que abrir uma concorrência porque os projetos estavam incompletos, e muitas incertezas induziam à conveniência da continuidade das obras com a empresa que já estava -instalada no canteiro. De fato, as obras de Angra II foram autorizadas com o projeto ainda carente de detalhamento. Foi exatamente a falta de dados um dos argumentos utilizados para justificar a decisão da adjudicação das obras à CNO em contrato por administração. Como disse o Diretor-Tecnico de Furnas, Engo Candeias, "as circunstâncias tornaram desaconselhável um contrato de preço unitário".
- 70. As fundações, íniciadas com base em anteprojeto, constavam de 783 estacas. As obras estão sendo terminadas com 1.613, ou perto deste número (há discrepâncias entre os dados da CNO e de FUR-NAS). As obras civis deveriam começar em agosto de 1976 e terminar em junho de 1981 ou seja, 4 anos e 10 meses. Na realidade, começaram em outubro de 1977, e só as fundações de Angra II levaram 3 anos e 7 meses. A previsão de conclusão é para 1988.
- 71. O custo direto do kw instalado em Angra II, levando em conta os valores exibidos por FURNAS (US\$ 2.200/kw junho de 1981) e avaliações da NUCLEBRÁS, apontam US\$ 1.548 + US\$ 333 já investidos por FURNAS + custo indireto, totalizando em torno de US\$ 2.400/kw, valor este aproximado do kw de Angra I. Este custo está em evolução, podendo alcançar US\$ 2.500 a US\$ 2.700/kw.

Nesta hipótese, o investimento mais otimista de Angra II atingirá US\$ 3 bilhões ou Cr\$ 420 bilhões, e US\$ 2400/kw (US\$ 1.00 = Cr\$ 140,00, ao final de fevereiro de 1982).

Abro aqui um parênteses para esclarecer que esse valor de 420 bilhões de cruzeiros foi calculado com o dólar a 140 cruzeiros, ao final de fevereiro de 1982.

São cifras fantásticas na presente conjuntura, porém próximas da realidade. No futuro, com o esgotamento das reservas hidráulicas de exploração mais barata, os custos nucleares não mais impressionarão. De qualquer modo, precisar número é impossível, porque ninguém poderá prever qual a evolução ou involução do índice inflacionário entre 1982 e 1988. O aumento dos custos tornou-se um sério obstáculo ao programa de usinas, sobretudo tendo em conta a limitação da capacidade de investimento do País. Este é um problema mundial.

Um dado interessante para compreender-mos melhor esses valores está no custo de geração elétrica. Para FURNAS, a estimativa é de US\$ 60 mills/kWh, no barramento da usina de Angra I. Não é custo final para o consumidor, que será fixado pelo DNAEE, conforme o Decreto nº 86.250, de 30-7-1981, que limita o pagamento da tarifa de eletricidade de fonte nuclear àquela que seria para como se a mesma fosse produzida por fonte hidrelétrica.

A NUCLEBRÁS, entretanto, calcula para a usina Angra III (sem as distorções de Angra II), em construção sob a responsabilidade da NUCON, entre US\$ 42 a 45 mills/kWh, em comparação com os US\$ 26,85 mills/kWh da hidrelêtrica de Tucuruí (PA) com 3.960 MW, e sistema de transmissão de 1.200 KM como informado pela ELETRONORTE.

Provavelmente, o custo do kW a ser gerado em Angra II se aproxime do valor que será obtido em Angra I, isto é, US\$ 60 mills/KWh.

- 72. Com o fator de carga de 50% nas hidrelétricas e 70% nas nucleares, a diferença diminui consideravelmente. O custo da geração nuclear será competitivo logo que as oportunidades de aproveitamento hidrelétrico mais barato forem sendo realizadas. A tendência inevitável é crescer o custo da geração hidrelétrica, enquanto a geração nucleoelétrica é manter-se, ou até decrescer.
- 73. De tudo o que foi observado no processo de adjudicação, o aspecto legal da decisão ministerial não merece reparos. Esteve corretamente enquadrado no parágrafo único do art. 2º, do Decreto nº 73.140. Em que pese a legalidade da decisão, o melhor caminho teria sido o da concorrência pública e, em última análise, o do consórcio, de forma compulsória, e não deixada a critério da empresa adjudicada.

Quanto ao aspecto da probidade, nada conseguimos apurar que maculasse a honorabilidade das pessoas envolvidas nas decisões referentes à negociação e execução de contratos, pelo menos com base nos elementos que chegaram ao nosso conhecimento.

As falhas, erros, negligências e fatos negativos da administração das empresas estatais devem ser julgados pelas autoridades superiores do Governo.

- 74. Os elevados custos de Angra I e II não podem servir de parâmetro, tal o acúmulo de problemas que fizeram alongar o tempo estimado de construção e encarecer as obras. Talvez com a nova orientação adotada, de entregar a usina a uma empresa nacional, como a NUCON, assumindo o planejamento, coordenação, construção e montagem, possamos ter em Angra III um custo médio escoimado de excessos que não deveriam ter pesado no custo das unidades anteriores, mesmo sendo elas pioneiras.
 - 75. Tudo em Angra II foi feito até bem pouco tempo sob o regime de urgência, o que, ao final, criou uma situação vexatória: os equipamentos fornecidos pela KWU ficaram prontos de acordo com o cronograma inicialmente estabelecido e aceito por FURNAS, porém defasados em relação às obras civis, ficando estocados no porto de Hamburgo. A não obediência dos prazos não permitiu que houvesse correspondência entre os cronograms das obras e do suprimento dos equipamentos. Angra II deverá ficar concluída para entrar em operação com 10 anos e 6 meses de construção, de outubro de 1977 a meados de 1988.
 - 76. Quanto à qualidade e segurança na execução das fundações de Angra II, não há o que pôr em dúvida na resistência às cargas e nas condições de suportar os mais fortes esforços dinâmicos, sem qualquer ameaça à continuidade operacional da unidade. É o que atestam a CNEN e as empresas consultoras de FURNAS.
 - 77. Lamentavelmente, das três condições básicas: qualidade, prazo e custo, somente a primeira foi satisfatória. O que é curioso em tudo o que aconteceu até agora é que a experiência adquirida na execução de Angra I não foi suficientemente aproveitada em Angra II. Os resultados ilustram essa afirmativa.
 - 78. A tecnología nuclear é monopólio de poucos países. Para se adquirir conhecimentos no exíguo mercado, é preciso vencer enormes obstáculos principalmente de natureza política, sempre colocados à frente sob pretexto da não proliferação de tec-

nologias sensíveis que possam favorecer a fabricação de armas nucleares.

Trata-se da mesma e velha política colonialista aplicada à transferência de tecnologia. Não é fácil abrir o monopólio e ignorar as pressões. O Brasil rompeu essas barreiras com o Acordo Nuclear com a Alemanha.

- 79. A conquista de uma autonomia tecnológica é, portanto, a essência do referido Acordo, e o objetivo central do Programa Nuclear Brasileiro.
- 80. Reconhecemos que o País conta com razoável infra-estrutura de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), evidentemente ainda carente de aparelhagens e recursos humanos do mais alto nível para complementar as boas equipes já em trabalho. Impõe-se o reforço dessa infra-estrutura, em prazo adequado à consecução dos objetivos, de modo que faça abreviar o domínio da tecnologia da forma mais extensa possível. Este é o foco da questão nuclear.
- 81. No processo de transferência de tecnologia, as partes mais sensíveis, que têm sido objeto de severas restrições das potências nucleares, são as concernentes ao enriquecimento e ao reprocessamento de urânio. No Acordo Nuclear com a Alemanha está incluída, sob a garantia do Governo deste país, a completa transferência de conhecimentos para o Brasil tornar-se auto-suficiente nestas duas partes do ciclo do combustível.

O método adquirido, do jato centrífugo, segundo o consumo específico de eletricidade, de 8.447 kW/UTS, na usina de demonstração que entrará em operação em 1986, deverá oferecer melhor eficiência, de 3.600 kW/UTS na usina industrial, com produção de 1.000.000 UTS; e de 2.850 kW/UTS para 2.000.000 UTS. Estes valores são estimados. Os investimentos estão escalonados assím US\$ 238 milhões para a unidade de demonstração com 288 estágios e produção de 90 UTS; e US\$ 800 milhões na unidade industrial, com produção próxima a 1.000.000 UTS.

A usina de reprocessamento, pelo processo PU-REX, está com seu projeto concluído, estando a NUCLEBRÁS aguardando oportunidade para executá-lo.

- 82. No processo de transferência de tecnologia, exerce papel preponderante a aplicação de rigorosos critérios que implicam em Garantia e Controle de Qualidade, na forma de programas e ações sistemáticas e planejadas. No Brasil este programa já está em prática. Funciona sistematicamente uma organização especializada, exigindo em todas as fases da indústria nuclear a obediência aos princípios da Garantia de Qualidade.
- A NUCLEN, NUCLEP, NUCLEI, NUCON, enfim, todo o complexo industrial da NUCLEBRÁS, trabalham absolutamente com os métodos praticados nos países de maior capacitação tecnológica. Nesse sentido vamos bem, o que é de grande significação para elevar e assegurar os índices de segurança, eficiência e desempenho dos equipamentos.
- 83. A transferência de tecnologia no campo nuclear é processada sob controle permanente da AIEA, através da aplicação de Salvaguardas. O Brasil, como os demais países não signatários do TNP, segue o sistema de Salvaguardas da Agência. Assim, todos os Acordos de Cooperação, como este com a Alemanha, estão submetidos às suas regras. Para isso, é assinado Acordo trilateral entre o Brasil, a Agência e o País cedente da tecnologia.
- A CNEN, o órgão encarregado de atender os compromissos consequentes destes Acordos de Salvaguardas, vem cumprindo satisfatoriamente essa finalidade.

84. O alcance da suficiência energética, com autonomia tecnológica caracterizada pela segurança e eficiência das instalações, depende da quantidade e qualidade dos recursos humanos mobilizados para o setor. O Programa de Formação de Recursos Humanos, sob a sigla PRONUCLEAR, tem todas as condições de assegurar ao País a formação e o treinamento de pessoal, nos vários níveis de qualificação e variedade de cursos.

A execução do PRONUCLEAR tem oferecido resultados interessantes, porém ainda carece de melhoramentos, principalmente no que diz respeito à elevação dos requisitos de qualidade do ensino e treinamento.

Das necessidades de 10.000 especialistas até 1985, em diversos níveis, previstas na época da assinatura do Acordo Nuclear, em 1980 foi admitida nova avaliação, em 7.200. Agora, em 1982, prevê-se alcançar tão-somente 4.250. De 1977 até 1981, foram preparados 1.653 pessoas, das quais, 40 doutores, 164 diplomados em cursos de mestrado de engenharia nuclear, e 154 técnicos de nível médio.

A previsão da média anual, no período 1982/1985, será de 655, dos quais 25 serão doutores, 60 técnicos em treinamento na Alemanha, e 240 em nível médio.

- 85. A tecnologia do tratamento e armazenamento do rejeito nuclear ainda não está definida na NUCLEBRÁS. Trata-se de problema ainda em equacionamento, como também não está escolhido o local onde ficarão as instalações definitivas.
- 86. A parte do Programa referente ao Acordo Nuclear com a Alemanha, como previsto até o ano 2000, deverá alcançar, inclusive os custos indiretos, entre 24,8 (estimativa NUCLEBRÁS) a US\$ 31,0 bilhões (estimativa deste Relator), dos quais apenas 25% correspondem às partes importadas, o restante será em moeda nacional. Estes custos compreendem as 8 usinas de 1.245 MW, a unidade pioneira Angra I, e o ciclo de combustível em escala industrial.

O custo médio atual do kW instalado de fonte nuclear, para efeito de planejamento do setor energético, está bem próximo de US\$ 2.500 a US\$ 2.700.

Srs. Senadores, assim, concluo a parte expositiva referente às conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo, a seguir, a ler a parte mais importante, que se refere às recomendações, para as quais peço a maior atenção dos Srs. Senadores.

- O Sr. Luiz Cavalcante V. Ext me permitiria uma breve intervenção, Senador Milton Cabral?
- O SR. MILTON CABRAL Pois não, nobre Senador Luiz Cavalcante.
- O Sr. Luiz Cavalcante V. Ext disse, há pouco, que o custo total na sua estimativa seria de US\$ 31,000,000,000?
- O SR. MILTON CABRAL Perfeito.
- O Sr. Luiz Cavalcante Parte em dólares e...
- O SR. MILTON CABRAL Vinte e cinco importados e o restante em moeda nacional.
- O Sr. Luiz Cavalcante Ah! vinte e cinco importados. Era este número que en não tinha percebido. Muito obrigado a V. Ex.
- O SR. MILTON CABRAL -

Recomendações

1. No planejamento da ação governamental, deverá ser considerado como de relevante interesse nacional o emprego extensivo dos usos pacíficos da energia nuclear. Por ser irreversível (conforme o consenso mundial), o Brasil deverá realizá-la com o completo domínio tecnológico. Este empenho terá de ser aberto à cooperação dos países que assegurarem, sem restrições, os suprimentos de conhecimento e participação de riscos.

- 2 A despeito da redução do ritmo de construção de usinas termonucleares, observada na presente conjuntura energética mundial, o Brasil deverá acompanhar a tendência universal de complementar as necessidades de eletricidade de fontes convencionais com a utilização de usinas da linha PWR, de 2ª geração.
- 3. A Política Energética, para assegurar a consecução dos objetivos fixados nas diretrizes do atual Governo, deverá ainda considerar:
- medidas de poupança e de substituição de combustíveis importados, acentuando-se a utilização da eletricidade, carvão mineral, gás natural e derivados da biomassa, com estímulos específicos:
- promover a exploração de fontes alternativas na geração de eletricidade.
- estimular a iniciativa privada a aproveitar os minipotenciais hidroelétricos.
- 4. Diante da impraticabilidade da aplicação extensiva do último Acordo de Cooperação assinado com os Estados Unidos em 1972, sobretudo no que se relaciona com a transferência de tecnologia em áreas sensíveis, recomendamos a sua renegociação possibilitando viabilizar de fato a integração de esforços, com sólidos propósitos comuns na plena utilização pacífica da energia nuclear.
- 5. A revisão de alguns atos decorrentes do Acordo Nuclear com a Alemanha mostra-se necessária para melhor definir e ajustar ao interesse brasileiro os Acordos de Acionistas. Esta necessidade se evidencia principalmente quanto à possibilidade de reduzir o condicionamento da transferência de tecnologia ao maior número de usinas construídas; de manter as mesmas proporções de capital de risco alemão no desenvolvimento das empresas quando as unidades atingirem escala industrial, notadamente as de enriquecimento e reprocessamento de urânio; e de redefinir a situação e composição dos Comitês Técnicos nos estatutos das empresas.
- 6. A NUCLEBRÁS, ao assumir a responsabilidade pela transferência de tecnologia nuclear aplicada à fabricação de reatores e ao ciclo de combustível, deverá empenhar-se para concluir o referido processo ao final da construção da 4º usina nucleoelétrica.
- Na execução de obras civis de usina nuclear, não deverá ser autorizado o início da construção sem que tenham sido atendidas previamente as seguintes condições;
 - a) completo e exaustivo estudo do local;
 - b) projeto de engenharia completo e detalhado;
- c) estimativa realista do orçamento de custos diretos: e
 - d) existência de infra-estrutura na área.
- 8. As obras civis deverão sempre ser entregues a construtoras que se habilitem através de concorrência pública. Em casos de evidente excepcionalidade, poder-se-á admitir a seleção dirigida, com a formação de consórcio, assim mesmo, através de anúncio público, na forma da Lei.
- 9. Para que a ação governamental possa atingir os objetivos a que se propõe, como definidos na Política Energética em curso, torna-se imperioso que acabem as divergências internas no setor quanto ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, em termos físicos e de custos. É preciso que se consolide um consenso sobre as oportunidades de utilização intensiva dos recursos hidrelétricos (inclusive os quantitativos que poderão integrar os sistemas interligado e isolado) e a viabilidade econômica, da transferência de excedentes do Norte para o Nordeste e Sudeste, bem como definir a época mais provável de esgotamento das reservas hidráulicas, também a nível de sistema interligado. Precisamos de números que não sejam objeto de contestações. Os Planos 90, 95 e agora este 2000, não espelham um consenso em relação a essas indagações.

- 10. É igualmente imperioso que sejam feitos aprofundados estudos da expansão do consumo de eletricidade na Região Norte, tendo em conta as iniciativas da província mineral de Carajás, Projeto Jari, metalurgia dos não-ferrosos, desenvolvimento agroindustrial, etc., a fim de oferecer correta avaliação de excedentes possíveis de serem transformados para outras regiões, e o real custo desse transporte.
- 11. Face á expectativa do retorno da inflação a níveis suportáveis nos próximos anos, e à necessidade de uma política de contenção dos investimentos conciliados os suprimentos energéticos com segura disponibilidade de recursos financeiros, a ação governamental mais adequada seria transferir para 1985 as decisões sobre o cronograma das 4 usinas nucleares da Alemanha.
- 12. Até 1985, o Governo teria melhores condições para definir também a programação das usinas termoconvencionais (a carvão). Julgamos recomendável a criação de divisões específicas dentro da NUCLEN e da NUCON, dedicadas ao planejamento e coordenação do projeto, construção civil, fabricação e montagem de unidades de médio e grande portes.

Assim, o nosso País contaria com um sistema centralizado em planejamento e execução, com o máximo de nacionalização, para explorar as diversas fontes energéticas para geração de eletricidade por via térmica, utilizando a capacidade tecnológica adquirida pelas subsidiárias da NUCLEBRÁS.

- 13. Com o potencial de urânio já identificado e medido, mais as promissoras perspectivas de novas reservas, a NUCLEBRÁS, ao conquistar a autonomia tecnológica na produção de urânio enriquecido, deverá empenhar-se na exportação de excedentes, evidentemente subordinada ao interesse de garantir a auto-suficiente ao parque gerador nacional.
- 14. Com relação ao prosseguimento do programa de construção de usinas nucleares atém das previstas no Acordo com a Alemanha, assim como à ampliação das unidades do ciclo do combustível para escala industrial, seria recomendável que as decisões do Governo nesse sentido fossem tomadas por volta do ano de 1990, quando estaria já consolidada o domínio da tecnologia e, ao mesmo tempo, se poderia vislumbrar com mais nitidez a estrutura de consumo dos anos 2000/2010 e a provável época de esgotamento do potencial hidrelétrico.
- 15. Por ser de grande interesse a diversificação do aproveitamento de fontes energéticas, é recomendável que não seja a energia nuclear excessivamente beneficiada nas atenções governamentais em detrimento de outras formas de energia, sobretudo aquelas que possam, a curto prazo, substituir derivados de petróleo.
- O Governo deverá, firme e continuadamente, dar o mais decidido apoio aos programas de substituição dos derivados de petróleo por combustíveis nacionais. Entretanto, a preferência deverá ser reservada, onde for o caso, para a eletricidade, observando-se a competitividade de preço nas aplicações específicas.

Para cada bilhão de dólares economizados na importação de petróleo, resulta, em contrapartida, substancial aumento da capacidade de investimentos internos, inclusive no próprio setor energético.

- 16. Como o objetivo principal da Política Nuclear é a autonomia tecnológica, julgamos necessário que se imprima um novo delineamento no Programa Nuclear para fixar, de forma muito distinta, sua divisão em dois subprogramas:
- I um, industrial, compreendendo todos os compromissos resultantes do Acordo Nuclear com a Alemanha, basicamente a implantação do parque gerador de eletricidade de fonte nuclear e do ciclo do combustível:

II — outro, inteiramente independente do anterior, compreendendo as atividades de pesquisa e desenvolvimento, não só em relação à geração de eletricidade, como também às aplicações radiológicas de interesse da Medicina, Agricultura, Indústria e Meio Ambiente.

Estes subprogramas, subordinados a uma organização sistêmica, seriam capitaneados, em cada campo específico, pela NUCLEBRAS e pela CNEN.

17. Para a CNEN exercer suas funções normativas e fiscalizadoras com absoluta isenção e independência em relação aos organismos envolvidos com programas de utilização prática da energia nuclear, inclusive impulsionar a pesquisa e desenvolvimento nos diversos Ministérios com interesses afins no uso de fonte radiológica, terá aquele órgão de situar-se em plano administrativo fora do Ministério das Minas e Energia.

A solução ideal seria incluir a Comissão na estrutura da Presidência da República, tendo apenas as vinculações naturais de efeito administrativo (nomeação dos dirigentes e alocação de recursos financeiros), com prestação de contas ao Tribunal de Contas da União e nomeação dos dirigentes, mediante prévia autorização do Senado Federal.

- 18. Reservar no orçamento do Programa Nuclear, pelo menos 5% para investimento em pesquisa (básica e aplicada) e desenvolvimento sob a responsabilidade da CNEN e da NUCLEBRÁS, além de situar em posição privilegiada as solicitações de participação e financiamento das demais fontes especificamente criadas para promover a pesquisa científica e tecnológica.
- 19. Cabe ao Governo apoiar decididamente a execução de projeto de moderno centro de pesquisas, a fim de aparelhar-se em recursos materiais e humanos para, entre outras tarefas, projetar e construir o protótipo de reator rápido auto-regenerador, desenvolver formas alternativas de enriquecimento de urânio, bem como, dominar a tecnologia da fusão nuclear. Idêntico apoio deverá ser dado à construção de laboratórios de testes para componentes e circuitos utilizados em instalações nucleares.
- 20. Aprimorar a qualidade dos cursos de formação e treinamento do PRONUCLEAR, tendo sempre em mira antecipar e sustentar uma extensiva capacitação tecnológica no mais alto nível.
- 21. Especial atenção deverá ser dada ao pleno funcionamento da NUCLEP, a fim de consolidar o processo de desenvolvimento tecnológico na fabricação de reatores. A lenta produção de conjuntos de componentes pesados, por força de eventual reprogramação de centrais nucleares, poderá ser complementada com a intensificação do índice de nacionalização da fabricação de turbogeradores de média e grande potências, inclusive atender ao programa de usinas termo-convencionais a carvão de 330 MW.
- 22. Esta pretendida normalidade da NUCLEP deverá compor-se com as disponibilidades técnicas e de produção do sistema empresarial privado, a fim de que não se estabeleça qualquer favorecimento à participação da empresa estatal em detrimento da capacidade já instalada da Indústira de bens de capital. A NUCLEP deverá, em qualquer hipótese, situar-se de forma complementar na produção de componentes pesados.
- 23. O fator segurança deverá merecer especial atenção no planejamento e execução das atividades de pesquisa. Os aperfeiçoamentos dos sistemas de segurança, bem como a redução dos efeitos da radioatividade no meio ambiente, deverão ser constantemente perseguidos na programação do desenvolvimento tecnológico do setor.

A maior segurança possível no funcionamento das instalações, o que pressupõe garantir maior pro-

teção à população, é condição básica prioritária e acima de qualquer interesse de natureza econômica.

24. O Senado Federal deverá solicitar, através do Tribunal de Contas da União, auditoria contábil em FURNAS, a fim de conferir e esclarecer dados referentes aos seguintes aspectos:

I — custo global de Angra I, com valores separados dos custos diretos e indiretos, e qual o crescimento relativo sobre o valor contratado; inclusive os acrescimos resultantes do atraso da entrada em operação e substituições do gerador de vapor.

II — custo final da compensação financeira à Westinghouse por conta da transferência da montagem de tubulações dos Estados Unidos para o canteiro de Itaorna, destinados à usina Angra I. E esclarecer se o fornecimento deste material estava incluído no conjunto da usina ou se estava separado;

III — montante do desembolso efetuado por FURNAS, com efeito retroativo, sobre contas pagas às empreiteiras de Angra I;

IV— crescimento dos custos das obras devido à aplicação dos Adiantamentos ao Contrato 1934. Quanto representaram em relação aos valores e qual a relação do aumento com o crescimento do índice inflacionário;

V — custo direto das fundações de Angra II, esclarecendo, separadamente, número final e custo das estacas construídas, custos do reforço e da laje de encabeçamento. Que outros custos foram debitados às obras de Angra II e III. Qual o aumento do custo financeiro provocado pela espera de decisão e prazo de execução do reforço do estaqueamento;

VI — remuneração mêdia paga aos empreiteiros de serviços de engenharia e montagem em Angra I, II e III, em relação ao faturamento global que obtiveram:

VII — conferir, no INPI e Banco Central, os valores pagos à República Federal da Alemanha, França, Itália, Austria e Estados Unidos, por conta de transferência de tecnologia e assistência técnica relacionadas com a energia nuclear, a partir de 1970 e até 1981, particularizando o contrato nº 5 entre a NUCLEN e KWU.

Continuando, passo às últimas recomendações:

- 25. Conhecidos os dados da auditoria referida no item anterior, deverá a Comissão de Minas e Energia opinar sobre os novos elementos conhecidos.
- 26. Sendo a Política e o Programa Nuclear Brasileiro totalmente voltados para usos pacíficos, as autoridades do setor deverão promover amplos programas de comunicação com o povo, a fim de capacitá-lo a entender e acompanhar os esforços do Governo no campo nuclear. O Ministério das Minas e Energia deverá anualmente remeter às duas Casas do Congresso Nacional detalhado relatório sobre a questão energética.
- 27. O processo de desenvolvimento nacional deverá ser redirecionado para atingir maior incidência no interior do País. O objetivo é promover uma forte civilização rural, apta a competir com a urbana. É evidente que o desenvolvimento só será integrado com o progresso equilibrado das regiões, e sem grandes desnivelamentos entre interior e litoral, causa principal da migração desordenada para os grandes centros urbanos. A nova investida, com base no binômio Alimento e Energia, poderá provocar a explosão de progresso no meio rural, e com ela a expansão considerável do padrão de vida de expressivos contingentes populacionais.
- O Sr. Murilo Badaró Permite V. Ex* um aparte?
 O SR. MILTON CABRAL Pois não, nobre Senaor.

O Sr. Murilo Badaró — No momento em que V. Ex* encerra a leitura do seu relatório, nós, seus companhei-

ros da Maioria, não podemos deixar de consignar os mais sinceros e calorosos aplausos pelo trabalho que V. Ex* realizou como Relator dessa Comissão. Já é do conhecimento público o relevo do trabalho que essa comissão desenvolveu, estudando um dos problemas mais sérios deste País, que é o problema da energia nuclear. Antes, o Senador Jarbas Passarinho, depois V. Ex*, Relatores da matéria, foram extraordinaríamente dedicados ao tema, pesquisaram de forma profunda todos os ângulos dessa questão, e aí está o relatório, que honra não só V. Ex*, mas a Comissão Especial de Inquérito requerida pelo Senador Itamar Franco. Quero dar a V. Ex* os meus parabêns, em nome dos seus companheiros de Bancada.

O SR. MILTON CABRAL — Agradeço as gentis palavras de V. Ex* e declaro, neste instante, que realmente a minha única compensação foi a satisfação do dever cumprido.

28. — Finalmente, é recomendável que as falhas, erros, equívocos, negligências e demais fatos negativos observados e comprovados na execução do Programa Nuclear sejam examinados em profundidade pelo Governo e sobre eles adotadas as medidas apropriadas e corretivas, que façam conduzir os administradores a alcançarem melhores níveis de qualidade em cada setor específico e, naturalmente, tendo em conta os condicionamentos da conjuntura econômica, a obterem os melhores resultados em prazos curtos.

Muito obrigado pela atenção. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 19-Secretário.

É lida a seguinte

Emenda nº 1 (de Plenário) AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 127, DE 1982

Dê-se ao artigo 2º a seguinte redação:

- "Artigo 2º A Mesa do Senado Federal, tendo em vista as conclusões, recomendações e o que demais consta do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Resolução nº 69, de 1980, tomará as providências cabíveis e notadamente:
- I Solicitará ao Poder Executivo que proceda, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a uma reavaliação global do programa nuclear, especificamente no tocante aos aspectos científico, econômico e técnico, remetendo os estudos e conclusões a esta Casa.
- II Instará o Poder Executivo a encetar negociações com as autoridades competentes da República Federal da Alemanha tendo em vista a renegociação dos termos do conjunto de atos e contratos que consubstanciam a cooperação no campo nuclear entre os dois países de sorte a:
- a) limitar em duas o número de usinas a serem adquiridas Angra II e Angra III.
- b) inserir o princípio da obrigatoriedade de concorrência para a aquisição de equipamentos e serviços;
- c) eliminar todas as disposições que tenham por objetivo assegurar a predominância dos sócios alemães em organismos societários;
- d) assegurar paridade de tratamento entre os sócios quando forem necessários aumentos do capital societário;
- e) responsabilizar de forma efetiva os titulares da tecnologia transferida no caso de falha, ineficiência ou ausência de economicidade do sistema bem como no de falta de cumprimento das obrigações contratuais:
- f) permitir às autoridades brasileiras amplo acesso a todas as informações julgadas necessárias para o regular desenvolvimento da cooperação;

g) preservar, de um modo geral, um justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

Relatório conclusivo sobre as negociações será enviado à Casa no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

III — Enviará à Procuradoria Geral da República cópia de todos os atos e contratos que estabeleçam vínculos jurídicos para a administração direta ou indireta a fim de que seja apreciada a respectiva legalidade, com eventual adoção de medidas cabíveis, em especial as seguintes:

a) acordos societários que tenham por objetivo assegurar privilégios técnicos, administrativos, econômicos, financeiros ou de qualquer outra espécie ao sócio estrangeiro:

b) contrato firmado entre FURNAS — Centrais Elétricas S/A e a Westinghouse Eletric Corporation associada à Westinghouse Sistemas Elétricos Ltda., e a EBE — Empresa Brasileira de Engenharia Ltda., bem como os respectivos aditivos, para fornecimento de equipamentos e serviços eletromecânicos referentes à usina de Angra I;

c) contrato firmado entre FURNAS — Centrais Elétricas S/A e a Construtora Norberto Odebrecht S/A para execução das obras civis de Angra I, II e III:

d) contrato que permitiu a intervenção da Logos Engenharia S/A no gerenciamento do projeto de Angra I.

IV — Remeterá à Procuradoria Geral da República para responsabilizar quem de direito:

a) os elementos comprobatórios "das pessimas condições médico-sanitárias" existentes no canteiro de obras de Angra I bem como da prática de "atos de violência":

 b) dados necessários para a determinação da culpa pelo atraso do funcionamento da usina de Angra I."

Justificação

Quando se tornou público a teor de um documento afrontoso à dignidade dos membros oposicionistas da CPI Nuclear, egresso de um órgão "segurança" do Ministério das Minas e Energia, entendemos necessário ouvír o responsável pela matéria a fim de que eventuais medídas saneadoras fossem adotadas. A obstinada determinação da majoria em acobertar a "comunidade de informações" levou a bancada do PMDB a retirar-se da Comissão em sinal de protesto contra o estado de arbítrio que passou a imperar. A partir daquele momento ficou sob a exclusiva responsabilidade da representação governista a condução dos trabalhos visando investigar o "Acordo Nuclear Brasil - Alemanha". Sentimo-nos hoje, por esta razão, cerceados quanto à possibilidade de emitir um juízo de valor definitivo. Não obstante esta circunstância limitativa, entendemos oportuno, com base no relatório apresentado, sugerir a adoção de algumas medidas concretas a fim de que as irregularidades constatadas não permaneçam incólumes.

Infere-se da leitura do relatório que o parceiro alemão, valendo-se de uma suposta falta de alternativa do governo brasileiro em relação ao problema da transferência de tecnologia nuclear, impôs condições extremamente gravosas no conjunto de atos firmados. Alude-se à existência de um denominado. "Protocolo de Brasília" que, juntamente com um outro "Protocolo de Bonn", estariam a condicionar todo o programa nuclear brasileiro até o final do século. Estes documentos, dado o caráter sigiloso que lhes imprimiu o Executivo, não foram submetidos à devida aprovação parlamentar, fato que por si só impossibilitou um amplo aprofundado exame prévio. Encetamos assim um programa de transferência de konw how cuja confiabilidade técnica é, na melhor das hipóteses, duvidosa. Restou inequivocamente reconhecido que outras alternativas de geração de energia encontram-se disponíveis, sendo muito provável que até o final do século a tecnologia da fusão nuclear ou do aproveitamento da energia solar estejam em estágio de utilização industrial

tornando obsoleta a que ora é vendida ao Brasil. As deficiências com relação à escolha do local bem como no que concerne à segurança de certos equipamentos preocupam sobremaneira. A economicidade do projeto como um todo é colocada em dúvida em razão dos inúmeros contratempos havidos no curso da execução.

Entendemos que, constatada a ocorrência de fatos de tamanha gravidade, torna-se imperioso proceder a uma reavalizção global do programa nuclear brasileiro. Os elementos técnicos apurados pela CPI foram colhidos no curso de depoimentos tomados ao longo dos últimos quatro anos. Algumas informações diretamente recebidas das fontes oficiais encontram-se hoje ultrapassadas. Por outro lado, a rapidez com que vem evoluindo a tecnologia no setor energético torna ineficaz qualquer avaliação feita com base em dados históricos. Assim, independentemente da remessa anual "às duas Casas do Congresso Nacional de detalhado relatório sobre a questão energética", como propõe o item 26 (vinte e seis) das Recomendações Finais, entendemos oportuno proceder, de imediato e num praxo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a uma reavaliação atualizada do programa nuclear como um todo. Com base no referido estudo conclusivo poderá o Congresso Nacional adotar as medidas legais corretivas que se facam necessárias.

Resultou inequivocamente demonstrado que os interesses fundamentais da Nação não foram devidamente resguardados por ocasião da assinatura do conjunto de atos que consubstanciam a cooperação nuclear entre o Brasil e a Alemanha. Entendemos constituir tarefa inadiável encetar negociações diplomáticas com os tedescos a fim de limitar o número de usinas a serem adquiridas; estabelecer o princípio da obrigatoriedade da concorrência prévia para aquisição de equipamentos e serviços; eliminar todas as disposições que assegurem predomínio estrangeiro nos órgãos societários; determinar a paridade de tratamento no que concerne as eventuais necessidades futuras de aumento de capital; criar mecanismos que possibilitem responsabilizar o autor da tecnologia no caso de falha; ineficiência ou ausência de economicidade do sistema; permitir às autoridades brasileiras amplo acesso às informações tecnológicas; e, finalmente, preservar um justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes. O resultado das negociações deverá ser comunicado ao Congresso Nacional no prazo de cento e vinte

No que tange à implementação dos programas e projetos específicos, constatou-se que a parte brasileira foi sistemática e deliberadamente colocada em posição de inferioridade. Tanto nos aspectos administrativos como técnicos e econômicos, sujeitamo-nos a condições de tal forma gravosas que acreditamos ser lícito questionar a respectiva validade à luz das prescrições contidas na Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. Por seu turno, os contratos para fornecimento de equipamentos, serviços e execução das obras civis apresentam irregularidades de difícil justificação. Basta lembrar, a título exemplificativo, 2"a retroatividade dos reajustamentos adotados em 1975, em relação a serviços executados e pagos desde 1972". O conjunto de fatos apurados recomenda a remessa dos documentos pertinentes à Procuradoria Geral da República que, na qualidade de fiscal da lei e patrono dos interesses da União, saberá adotar as medidas judiciais que se impõem.

Finalmente, duas constatações específicas estão a exigir a responsabilização de quem de direito. Em primeiro lugar, no que se refere às "péssimas condições médicosanitárias" existentes no canteiro de obras de Angra I bem como em relação às práticas de "atos de violência". Ambas as hipóteses configuram delito penal da maior gravidade. Em segundo lugar, o fato da usina de Angra I não poder "ir além de 70% de sua capacidade" em razão "do vazamento de água do circuito primário para o secundário dentro do próprio vaso gerador de vapor". Os danos emergentes e lucros cessantes que resultaram da entrega irregular do empreendimento devem ser amplamente ressarcidos.

Entendemos inadmissível que, após tão árduos e demorados trabalhos, não sejam os responsáveis pela gestão da coisa pública instados a adotar medidas capazes de reparar pelo menos as mais gritantes falhas, deficiências e irregularidades apuradas.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1983. — Itamar Franco.

- O Sr. Itamar Franco Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto e a emenda.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.
- O SR. ITAMAR FRANCO Sr. Presidente, o Líder do Governo quer solicitar uma questão de ordem, e eu, gentilmente, acolho a solicitação de S. Ex*
- O Sr. Murilo Badaró Sr. Prsidente, peço a palavra para um esclarecimento.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró.
- O SR. MURILO BADARÓ (Sem revisão do orador.)
 Sr. Presidente e Srs. Senadores:

É só para esclarecer este assunto, porque se trata de uma emenda a um projeto de resolução de uma Comissão de Inquérito que aprova um relatório. Não existindo mais a Comissão Parlamentar de Inquérito, de vez que o seu prazo já se esgotou, tendo ela se dissolvido, a pergunta é: a que Comissão deve ser encaminhada a emenda do Senador Itamar Franco, que incide sobre o projeto de resolução e mais especificamente sobre o art. 2º do projeto? E salvo melhor entendimento, como o direito de emendar qualquer projeto é amplo, a Mesa não tem, a meu ver, outra alternativa senão dar como recebida a emenda, encaminhando-a à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que a examine quanto a seus aspectos jurídicos, e à Comissão de Minas e Energia, que deverá opinar sobre o seu aspecto técnico, ou seja, quanto ao seu mérito.

Era esta a questão que desejava levantar, Sr. Presidente.

- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) A Presidência acolhe a sugestão do nobre Senador Murilo Badaró...
- O Sr. José Lins Pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. ITAMAR FRANCO (Para discutir. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, veja V. Ex* que a gente querer ser delicado é um problema; V.Ex* havia me deferido a palavra e eu, por uma getileza para com o Sr. Senador Murilo Badaró e inclusive por uma obrigação regimental, pois S. Ex* queria levantar uma questão de ordem
- O Sr. José Lins Sr. Presidente estou pedindo a palavra pela ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO Veja, V. Ex⁸ defere a questão de ordem e eu ia contrapor uma argumentação contrária à do Senador Murilo Badaró. Veja, Sr. Presidente, o absurdo...
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) V. Extem a palavra para contrapor, e se mudar o entendimento da Presidência, esta terá a ombridade de reformular a sua decisão.
- O SR. ITAMAR FRANCO Não tenho dúvidas quanto ao comportamento de V. Ext na Presidência do Senado.

Veja V. Ext que o Senador Murilo Badaró levanta uma questão de ordem e o mal, às vezes, do próprio Senado da República, tem sido esse, infelizmente Sr. Presidente. Ainda não aprendemos a sacudir a poeira que faz com que nossos trabalhos sejam iquais aos de há 30 ou 40 anos; a rotina é quase a mesma. A moderna administração pública avançou na velocidade supersônica e o Senado da República continua ainda naquela velocidade de carroca.

Mas veja o absurdo que levanta o Senador Murilo Badaró. Diz ele — a comissão Parlamentar de Inquérito se extingiu. Mas quem é que decide? Quem é que vai decidir a aprovação, ou não, desse relatório, neste instante? Quem é? É o Plenário do Senado. Evidentemente, é o Plenário do Senado. Veja Sr. Presidente, que nós, Senadores que não fazemos parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, — e eu fiz até um determinado ponto,

quando fui Presidente, com muita honra desta Comissão — veja que qualquer Senador que não fizesse parte dessa comissão e poderia opinar aqui, no plenário do Senado, e não na comissão, porque ele poderia, inclusive, não ter interesse de lá comparecer, por esse ou aquele motivo, ou, até, por falta de tempo, porque estivesse nas outras comissões.

Então, cabe, neste instante, Sr. Presidente, salvo melhor juízo, que o Plenário do Senado é soberano, neste momento, não apenas para decidir uma emenda que apresento ao Projeto de Resolução, que é uma coisa relativamente simples, porque ele vai ser soberano para quê? Para aprovar ou não as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito. Uma coisa muito maior. Se o Plenário não é soberano para examinar, neste instante, uma emenda, quanto mais ele não o será para aprovar as resoluções do digno Relator Senador Milton Cabral.

Então, veja V. Ext que não há que enviar essa emenda ao Projeto de Resolução à Comissão de Constituição e Justiça, a não ser, Ext, salvo melhor juízo, e com o devido respeito, que V. Ext, então, suspendesse os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito ou a análise, pelo Plenário, neste instante, do exame que estamos fazendo.

É o encaminhamento que faço a V. Ex*

- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) A Mesa esclarece ao nobre Senador Itamar Franco, que, no seu entendimento, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito se encerraram. Cabe, soberanamente, ao Plenário decidir com relação ao relatório. Eis que aparece um fato novo, e a boa hermenêutica, a boa interpretação da lei é que, aparecendo um fato novo, a recomendação do Regimento é enviar à comissão específica para decidir com relação ao fato novo, que é a emenda de V. Ex. Nessas condições, lamentando profundamente, mas, dentro do entendimento jurídico que sustentamos, vamos enviar todo o material e deixar de colocar em votação, hoje, a matéria, só o fazendo após o parecer da Comissão de Constituição e justiça.
- O.Sr. José Lins Sr. Presidente, permite V. Ext, pela or-
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador José Lins.
 - O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) A Mesa esclarece ao nobre Senador José Lins que enviará à Comissão de Constituição e Justiça, exclusivamente para ver da oportunidade; se foi apresentada a emenda do nobre Senador Itamar Franco no prazo legal e se ela é válida para um reexame do Plenário.
- A Comissão de Constituição e Justiça vai opinar se há oportunidade de apresentação de emenda em Plenário.

Está decidida a questão de ordem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para continuar a discussão do projeto.

- O Sr. José Lins Sr. Presidente, nos termos do art. 449, recorro da decisão de V. Ext ao Plenário.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) É regimental o requerimento de V. Ext Vou colocá-lo em votação.
- O SR. ITAMAR FRANCO Sr. Presidente, V. Ext vai colocar em votação o quê, por favor?
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Vamos_ordenar os trabalhos. Eu solicitaria ao nobre Senador José Lins que reformulasse o seu requerimento.
- O SR. ITAMAR FRANCO Reformulasse não, Sr. Presidente. V. Ex* tem que pedir por escrito porque nós vamos querer examinar esses absurdos do Senador José Lins.
- O Sr. José Lins Sr. Presidente, V. Ext acolhe uma emenda ao relatório...

- O SR. ITAMAR FRANCO Não é emenda ao relatório.
- O Sr. José Lins ... porque V. Ex* verifica que a emenda não é ao projeto, é ao relatório. Todo o texto da emenda, e aqui tenho em mãos, é uma modificação ao relatório da Comissão. V. Ex* acolheu.
- O SR. ITAMAR FRANCO Sr. Presidente, é uma emenda ao projeto, o Senador José Lins não leu a emenda. É uma emenda ao projeto.
- O Sr. José Lins Sr. Presidente, eu entendo que a emenda do Senador Itamar Franco é um subterfúgio.
- O SR. ITAMAR FRANCO Entender, V. Ext pode entender, mas não está compreendendo.
- O Sr. José Lins O que se pretende é, evidentemente, modificar o texto do relatório. Eu considero que a modificação do texto do relatório de uma Comissão é um atentado contra toda a instituição das Comissões Parlamentares.
- O SR. ITÁMAR FRANCO V. Ex* não está lendo direito.
- Sr. Presidente, não se trata de emenda ao relatório. O Senador José Lins não leu, não quer ler, não quer compreender, não quer entender. S. Ext, hoje, não está nos seus melhores dias.

É claro, é uma emenda ao projeto de resolução, está claro: Emenda ao Projeto de Resolução nº 127 de 1972. Não é emenda ao relatório. V. Exª há de compreender isso. O Senador José Lins talvez não compreenda, mas V. Exª, na Presidência, há de entender perfeitamente qual o objetivo.

- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) O Requerimento do nobre Senador José Lins está estribado no art. 449, do Regimento Interno que diz, *ipsis litteris:*
 - Art. 449. Havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Mesa em questão de ordem, é lícito ao Presidente solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justica sobre a matéria.

Isso seria decidir novamente o que já foi decidido.

- O Sr. José Lins Sr. Presidente, peço a V. Ext que me conceda a palavra, novamente, para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Concedo a palavra a V. Ex* para uma questão de ordem.
- O SR. JOSÉ LINS (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:
- O nobre Líder Murilo Badaró me solicita retirar o pedido de recurso ao Plenário. Tendo em conta a coerência interna da Liderança, eu atendo ao nobre Senador Murilo Badaró. Deixo, entretanto, o meu protesto no sentido de que não se procedam modificações nos Relatórios das Comissões através de subterfúgios dessa natureza.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Continuam em discussão o projeto e a emenda.
- O.Sr. Itamar Franco Sr. Presidente, peço a palavra.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.
- O SR. ITAMAR FRANCO Sr. Presidente, veja o absurdo que se pretendia, ao se negar o exame de uma emenda
- O Sr. PRESIDENTE (Moacyr Dalla. Fazendo soar a campainha.) V. Ext pede a apalavra para discutir a matéria ou para uma questão de ordem?
- O SR. ITAMAR FRANCO Estou discutindo a matéria, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Então, V. Externai me perdoar, mas a Mesa lamenta profundamente, e não pode dar a questão de ordem a V. Externate profundamente, e não pode dar a questão de Constituição e Justica.

- O SR. ITAMAR FRANCO Não estou pedindo questão de ordem a V. Ex*
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Mas já é inoportuna a discussão da matéria, nesta altura.
- O SR. ITAMAR FRANCO Sr. Presidente, estou iniciando a discussão da matéria.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Mas, desde que foi deferida a questão de ordem formulada por V. Ex*, enviando para a Comissão de Constituição e Justiça, o projeto sai da pauta para dar lugar ao seguinte. V. Ex* vai discutir a matéria agora na Comissão de Constituição e Justiça, defendendo a sua emenda, ou na próxima sessão, quando a matéria entrar em pauta novamente.
- O SR. ITAMAR FRANCO V. Ext retirou a matéria de pauta?
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Perfeito. Desde que foi deferida a solicitação do Senador Murilo Badaró, a matéria saiu daqui para a Comissão de Constituição e Justiça.
- O SR. ITAMAR FRANCO Peço a palavra, Sr. Presidente, para pedir uma informação à Mesa, se V. Ex^{*} me permite.
- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para uma explicação.
- O Sr. Pedro Simon Vê V. Ex* como eu tinha razão: se não tivesse dado a questão de ordem para o Senador Murilo Badaró, V. Ex* tinha feito o discurso.
- O SR. ITAMAR FRANCO (Para uma explicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Para uma interpelação a V. Ext solicitei à Mesa do Senado que fosse enviado ao Executivo um pedido de informação acerca das concorrências de Angra III, Peruíbe I e Peruíbe II.

Gostaria de saber de V. Ext se o Gabinete Civil da Presidência da República já respondeu o ofício do Sr. Presidente do Senado.

- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) A Mesa está sendo informada pela sua assessoria, que o requerimento foi encaminhado a S. Ext o Sr. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da Repúblia, no dia 18. Ainda não houve a resposta, mas S. Ext, o Sr. Ministro, está no prazo legal, ainda, para responder ao expediente a este Senado.
- O SR. ITAMAR FRANCO Sr. Presidente, apenas queria pedir a V. Ext, então, que solicitasse novamente ao Gabinete Civil a resposta. E por quê, Ext? Porque é comum, ao Executivo quando nós, parlamentares, solicitamos pedidos de informações, terminando a tramitação do projeto na nossa Casa ou na Câmara dos Deputados deixar de responder.

Eu mesmo, em várias indagações que fiz ao Gabinete Civil, através da Mesa do Senado, tenho recebido as respostas: "o projeto não está mais em discussão no Senado da República, não há o que responder, da Casa Civil". Portanto, insisto com V. Ext, já que entendo que Angra III teve uma concorrência irregular e, muito mais, Peruíbe I e Peruíbe II, totalmente irregulares estas concorrências, creio que o Senado da República deva examiná-las, no contexto do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa esclarece ao nobre Senador Itamar Franco, a respeito do art. 239, que diz:

Em relação ao requerimento de informações serão observadas as seguintes normas:

IX — ao fim de 30 (trinta) dias será reiterado o expediente de solicitação das informações, quando não hajam sido prestadas ou não tenha sido solicitada, pela autoridade competente, a prorrogação do respectivo prazo:

Dentro do prazo previsto pelo Regimento, a Mesa acolherá o pedido de V. Ext e fará reiteração do pedido ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 317, de 1983, do Senador Murilo Badaró, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Requerimento nº 196, de 1982, de sua autoria, que constitui uma Comissão Especial Interna, composta de 7 membros, para, no prazo de 180 dias, realizar estudos sobre reforma tributária.

Em Votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será desarquivada e prosseguirá o seu curso normal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 319, de 1983, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 1979, de sua autoria, que disciplina o exercício da profissão de detetive particular.

Em votação o requerimento:

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 320, de 1983, do Senador Gabriel Hermes, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, de sua autoria, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 6:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 321, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1980, de sua autoria, que acrescenta dispositivo ao art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constante do requerimento que vem de ser aprovado voltará à sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 7:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 322, de 1983, da Senadora Eunice Michiles, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1980, de sua autoria, que revoga o § 1º do art. 178 e o item IV do art. 219 do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, corrigida pela Lei nº 3.725, de 15 de janeiro de 1919.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 8:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 323, de 1983, do Senador Gastão Múller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 1982, de sua autoria, que dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constante do requerimento que vem de ser aprovado voltará à sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 9:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 324, de 1983, do Senador Gastão Muller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1982, de sua autoria, que torna obrigatória a impressão, no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância "benzeno", da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item_10:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 325, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1982, de sua autoria, que veda a fabricação de veículos automotores de passageiros, com potência superior a 180 HP, que não sejam para consumo a álcool, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 11:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 326, de 1983, da Senadora Eunice Michiles, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1982, de sua autoria, que reduz o limite de idade para efeito de adoção, alterando o art. 368, caput, e parágrafo único da Lei nº 3.071, de 1916 (Código Civil), bem como o art. 32, caput, da Lei nº 6.697, de 1979 (Código de Menores).

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constante do requerimento que vem de ser aprovado voltará à sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 12:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 327, de 1983, da Senadora Eunice Michiles, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1982, de sua autoria, que dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de 2 (dois) anos.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR, PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 13:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 455, de 1983, do Senador Lourival Baptista e outros Senhores Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia baixadas pelos Ministros General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca e Brigadeiro Delio Jardim de Mattos, em comemoração ao 19º aniverário da Revolução de março de 1964.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

A ORDEM DO DIA DO EXÉRCITO

É a seguinte, na integra, a ordem do dia do Ministro do Exército, Walter Pires, pela comemoração do 19º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964:

Meus comandados:

Nesta data que elegemos para celebrar o compromisso do Exercito Brasileiro com a democracia, tenho o dever de dirigir-me aos meus subordinados, particularmente aos mais jovens, para testemunhar fatos que, estarrecidos, temos visto serem deturpados por capciosas versões.

As Forças Armadas foram levadas à Revolução de 31 de março pelo clamor da sociedade civil. Este alerta, tão bem traduzido nas "marchas da família com Deus pela liberdade", era produto das seguintes ameaças:

— ao direito à propriedade, através de pregação de reforma agrária e desapropriações industriais e urbanas sem justa indenização;

— ao direito à livre representação política, pela pretensão de fechar o Congresso Nacional, eliminar os partidos políticos e substituí-los por uma "república sindicalista", para uns, e pela própria ditadura comunista, mascarada de "república popular", para outros;

— ao direito ao trabalho, pelo desencadeamento de greves políticas forçadas por piquetes armados, pelo incêndio criminoso de lavouras no campo, pela destruição de bens móveis e imóveis nas cidades para impedir o acesso da população ordeira aos locais de trabalho;

— ao direito à paz e à ordem, através de motins e revoltas de que foram vítimas as próprias Forças Armadas, cujos escalões inferiores eram incitados a destruir os sagrados princípios da hierarquia e da disciplina, segundo os quais são constitucionalmente organizadas.

Tudo isto apoiado e orquestrado por um Governo fraco, contraditório, minado por comunistas e aproveitadores que desempenhavam cargos-chaves nos Poderes da República, na imprensa e nas organizações trabalhistas, algumas publicamente filiadas ao comunismo internacional.

Atendendo ao clamor público, desencadeou-se a Revolução de 31 de março. Pacífica, ordeira, onde os castigos limitaram-se à perda de cargos e de direitos políticos. Não houve aqui, paredões para execução após farsas de julgamentos, método então vígente nos países que haviam sucumbido aos mesmos adversários.

Após três anos, no final do Governo do saudoso Marechal Castello Branco, estava a Nação reorganizada, e uma nova Constituição, a de 1967, votada pelo Congresso Nacional.

Novamente, em 1968, as forças aliciadas pelos agentes do comunismo internacional contra-atacaram com maior força, violência e total desprezo pelos direitos humanos:

 atos de sequestros de inocentes autoridades estrangeiras;

- atos de terrorismo indiscriminado, como a bomba no Aeroporto de Guararapes;

— atos de sequestros de aviões comerciais lotados de civis, mulheres, velhos e crianças;

 atos de assaitos armados a bancos e empresas públicas e privadas; — greves, passeatas, depredações, atentados e outros atos de vandalismo horrorizavam a Nação.

Mais uma vez, reagimos com o respaldo da maioria ordeira, pacífica e democrática, com o rigor e os meios que as violências praticadas nos impunham, visando ao restabelecimento da necessária ordem e respeito às instituições nacionais.

Durou cinco anos a luta interna, travada nos porões do submundo terrorista, nas cidades, nas matas e nas caatingas infiltradas de autênticos guerrilheiros de cérebros lavados e treinados pelas ditaduras socialistas de esquerda.

Os comunistas eram quase todos brasileiros e o pavor de cometer injustiças tolhia as iniciativas. Muitos companheiros tombaram metralhados, apenas porque pediram uma identidade ou bateram à porta de uma residência, transformada em valhacouto de bandidos "políticos"

Comandantes de tropa, comandem sentido. Apresentar armas. Executem o toque de silêncio. Bradem aos ceus as cornetas e os clarins: nossa homenagem aos heróis que tombaram em defesa da democracia no Brasil.

Como fizeram Caxias e Osório no passado, lamentemos também a perda das vidas imoladas por causa espúria, a perda de brasileiros que, aliciados pelo comunismo internacional, se levantaram em armas contra os ideais democráticos de sua Pátria.

Em 1974, a paz interna estava consolidada: Apesar da ameaça sofrida, o desenvolvimento econômico e social não fora interompido. Partimos, então, para o processo de abertura política.

Hoje, vemos, com o orgulho dos que lutaram por um ideal nobre, a paz, a ordem e a democracia caminhando de mãos dadas neste imenso País. Representantes do povo, escolhidos livremente em voto direto e secreto, tomaram posse nos mais diversos cargos dos poderes Legislativo e Executivo.

Que outra nação, por mais democrática, pode ostentar entre os membros da mais alta câmara de representantes do povo, todas as camadas sociais de classe, raça, religião e sexo existentes na população?

Mas saibam todos que o Exército brasileiro, irmanado à Marinha e à Aeronáutica, jamais esquecerá o seu compromisso com a democracia e empregará toda a sua força sempre que for necessário defender os direitos humanos no Brasil.

Brasília, 31 de março de 1983. — General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, Ministro do Exército.

A ORDEM DO DIA DA MARINHA

É a seguinte, na íntegra, a ordem do dia do Ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, pela comemoração do 19º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964: Marinheiros:

É importante recordar que o movimento desencadeado em março de 1964 pelas Forças Armadas foi consequente de verdadeiro clamor público, quando os mais expressivos segmentos de nossa sociedade, especialmente a mulher brasileira, tiveram papel destacado, exigindo o fim do verdadeiro caos em que a nação estava sendo mergulhada.

Não podem ser negados os grandes êxitos que se seguiram, quando presenciamos notável progresso em diversos setores como, por exemplo, nos transportes e comunicações, a par de um expressivo desenvolvimento industrial e agricola, disto tudo resultando, inclusive, o aumento da credibilidade do Brasil junto às demais nações. No campo social não foram menores os êxitos do período pós-Revolução. Para comprovar, ai estão o apoio ao homem do campo através do Funrural; os diferentes programas de assistência social, particularmente o programa habitacional, do qual já resultou a construção, somente no atual Governo, de mais de I milhão de unidades residenciais populares, sendo importante mencionar que nesse total estão incluídas cerca de 15 mil unidades destinadas ao pessoal da Marinha; a recente implantação do Finsocial; e, finalmente, a distribuição gratuita, só nos últimos quatro anos, de mais de quinhentos mil títulos de propriedade de terra, correspondendo a uma área superior à de alguns Estados brasileiros ou países da Europa.

Vencidas as etapas que tinham como propósito repor a Nação no caminho da ordem e do progresso, foi iniciada aquela relativa ao aperfeiçoamento político, que se constituia no principal objetivo da Revolução, e visava à consolidação de um verdadeiro regime democrático, invulnerável aos extremismos.

Apesar do prenúncio de dificuldades, consequência de verdadeira crise econômica internacional com seus inevitáveis reflexos no Brasil, a firme determinação do Presidente Figueiredo vem levando adiante o processo de redemocratização de nossas instituições. Muitos duvidavam das eleições, e elas foram realizadas num perfeito ambiente de liberdade e de ordem. Os mesmos, em seguida, duvidavam da posse dos eleitos e, com satisfação, presenciamos no dia 15 próximo passado uma verdadeira festa nacional, também dentro da mais perfeita ordem

Atualmente, contudo, vemos a ação de alguns que, na falta de bandeiras oposicionistas mais significativas, imputam, em pleno gozo de total liberdade, a responsabilidade de todas as eventuais dificuldades que ora enfrentamos ao regime temporário, instalado em 64. Em que pese ser do conhecimento de todos que muitos deles, naquela oportunidade, detinham importantes parcelas do Poder, e ainda mais, que alguns desses a ele ora retornam, é preciso que, deixando de lado revanchismos estéreis, sejam os espíritos desarmados, e sem o abandono de convicções próprias, atendam-se aos convites formulados pelo Chefe Supremo da Nação no sentido da união das forças do pensamento popular para serem vencidas as dificuldades do momento.

Tudo o que foi mencionado, leva-nos a concluir que o momento inspira reflexão, sendo muito oportuno relembrar as palavras do grande pensador hispano-americano Jorge Santayana; "A nação que esquece sua História terá que repeti-la".

Mas do que nunca, é preciso crer e confiar, não podendo o Brasil prescindir, neste momento, da contribuição honesta e sincera de todos os seus filhos, formando um especto de variados matizes, que isoladamente pouco representam, mas juntos, certamente darão cores definitivas ao quadro da reconstrução nacional elaborado pelo eminente Presidente João Figueiredo.

Meus comandados:

A Marinha, única e exclusivamente dedicada aos seus afazeres profissionais, vive momentos de fundadas esperanças em um futuro de paz e prosperidade, tão desejado por nossa gente, porém, norteada pelos mesmos ideais da Revolução de 31 de março de 1964, mantém-se vigilante, como sempre esteve, a tudo aquilo que, de alguma maneira, possa vir a prejudicar nossa caminhada na trilha da democracia e do progresso. — Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha."

A ORDEM DO DIA DA AERONAUTICA

É a seguinte, na integra, a ordem do dia do Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, pela comemoração do 19º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964:

"Governo é Governo, Oposição é Oposição, mas a crise é de todos.

Querer, nesta altura dos acontecimentos, restringir o debate ao plano das responsabilidades, buscando, como sempre fez, ao longo de nossa História, um inimigo público para expiar todas as culpas e aplacar as frustrações coletivas é, no mínimo, uma postura imatura e demagógica.

O componente externo do problema é por demais conhecido; os desvios internos, também, não podem ser negados; mas o que, em verdade, importa, é buscar a saída.

Uma solução que, acima de todos os tecnissismos, leve em conta as peculiaridades do momento político que estamos vivendo, onde, a bem da verdade, o diálogo é a saída de todas as saídas.

Este diálogo, sinônimo de participação e desprendimento, exige uma capacidade de ouvir, ceder e compor e, além disso, uma consciência de que o bem comum ê mais importante que todas as divergências e todos os passados.

Só o diálogo será capaz de restaurar a credibilidade das intenções; só o diálogo permitirá a coordenação dos esforços; só o diálogo emprestará ao comando a criatividade para superar a crise.

A mais irresponsável das críticas é, ainda, muito melhor, para o País, que a atitude passiva e oportunista dos espectadores da crise.

É preciso, entretanto, estabelecer uma ponte efetiva entre o fascinante universo das idéias, onde tudo é só pensar, e o desafiante mundo do fazer, onde tudo é só trabalho.

Não pagaremos nossas dívidas, apenas, com a retórica dos bem-intencionados; não equilibraremos nossa balança, apenas, com o peso das denúncias; não sairemos do negativo apenas, por equações matemáticas.

Que ninguêm se julgue a salvo por si mesmo, porque, juntos ou separados, chegaremos juntos onde quer que seja.

Companheiros.

Fiel ao seu compromisso com a democracia, a Força Aérea comemora, com orgulho, a passagem de mais um aniversário do Movimento de março de 1964, cuja ideologia, da qual nunca nos afastamos, é a mesma que nos sustenta nos difíceis momentos que estamos vivendo. — Délio Jardim de Mattos, Ministro da Aeronáutica"

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 14:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 505, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1979, de sua autoria, que institui o seguro-desemprego e determina outras providências

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. [*]-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 521, DE 1983

Nos termos do art. 350, combinado com o art. 310, alfnea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Requerimento nº 505, de 1983, constante do item nº 14 da pauta, a fim de ser feita na sessão do próximo dia 12.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1983. — Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — De acordo com a deliberação do Plenário, o requerimento sai da Ordem do Dia para a ela retornar na data fixada.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 15:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 194, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN) a elevar em Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões e setenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 195 e 196, de 1982, das Comissões;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado. A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO № 34, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Santana de Matos (RN) a elevar em Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões e setenta e sete mil curzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões e setenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à Construção de um centro de abastecimento, naquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 16:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 276, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Extremoz (RN) a elevar em Cr\$ 8.153.200,00 (oito milhões, cento e cinquenta e três mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 277 e 278, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, Pela constitucionalidade e juridicidade; e

- de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Extremoz (RN) a elevar em Cr\$ 8.153.200,00 (oito milhões, cento e cinqüenta e três mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 8.153.200,00 (oito milhões, cento e cinqüenta e três mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, destinado à construção de uma escola de 1º grau na zona urbana daquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo pro-

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 17:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 287, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Tere-

nos (MS) a elevar em Cr\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua divida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 288 e 289, de 1982, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

- de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrá-la. (Pausa.)

-Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Terenos (MS) a elevar em Cr\$ 13.600.00,00 (treze milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, para contratar empréstimos até o valor acima, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinados à construção de suas (2) unidades escolares de 1º grau em Colônia Nova e no Bairro Vila Jacy, bem como implantação de galerias pluviais, guias e sarjetas, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 18:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 96, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 503, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rialma (GO) a elevar em Cr\$ 38.265.000,00 (trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 504 e 505, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

- de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Rialma (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 38.265.000,00 (trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Rialma, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11

de outubro de 1976, do Senado Federal, outorizada a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 38.265.000,00 (trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à conclusão e equipamento do hospital e maternidade municipal, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 19:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 105, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 543, de 1982), que autoriza a Prefeitura Minicipal de Cumari (GO) a elevar em Cr\$ 3.857.900,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 544 e 545, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

- de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrá-la. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 105, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Cumari (GO) a elevar em Cr\$ 3.857.900,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Artigo 1º É a Prefeitura Minicipal de Cumari, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 3.857.900,00 (três milhões, oitocentos e cinqüenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de galerias pluviais, meios-fios e sarjetas, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

- Artigo 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 20:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 120, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 610, de 1982), que autoriza a Prefeitura da Cidade do Recife (PE) a elevar em Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 611 e 612, de 1982, das Comissões:

 de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

- de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como se encontram. (Pausa.)

Anrovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 120, DE 1982

Autoriza a Prefeitura da Cidade do Recife (PE) a elevar em Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 19 É a Preseitura da Cidade do Recise, Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco mi-Ihões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, destinados à recuperação e ampliação de unidades escolares de 1º grau, implantação de lavanderias/chafarizes públicos e à construção de quadra polivalente, de galpões e aquisição de equipamento de cantina para unidades escolares da rede daquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 22:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1983 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 52, de 1983), que autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Velho (RO) a elevar em Cr\$ 1.024.242.465,90 (um bilhão, vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco cruzeiros e noventa centavos) o montante de sua divida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 53 e 54, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores aue o aprovam queiram conservarse como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO № 6, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Velho (RO) a elevar em Cr\$ 1.024.242.465,90 (um bilhão, vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco cruzeiros e noventa centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Porto Velho, Estado de Rondônia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 1.024.242.465,90 (um bilhão, vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e

sessenta e cinco cruzeiros e noventa centavos), correspondentes a 608.530,7615 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.683,14, vigente em abril de 1982, a fim de contratar uma operação de crédito de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinada a financiar a execução do Projeto CURA — Área Bacuri, naquela Capital, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 23:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1983 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 55, de 1983), que autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP) a elevar em Cr\$ 388.960.840,88 (trezentos e oitenta e oito mílhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 56 e 57, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

de Muncípios; favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra,
declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação. É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP) a elevar em Cr\$ 388,960.840,88 (trezentos e oitenta e oito milhões, novencentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta cruzeiros e oltenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Paulínia, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 388.960.480.88 (trezentos e oitenta e oito milhões, novencentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta cruzeiros e oitenta e oito centavos), "correspondentes a 219.045,25 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.755,71, vigente em maio de 1982". a fim de contratar operação de crédito de igual valor, junto à -Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, detinada à construção de Hospital Geral, com capacidade para noventa e oito leitos, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a Ordem do Dia.

Concedo da palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Perdeu o Pará um de seus ilustres filhos: Otávio Mei-

Advogado brilhante, tendo se diplomado com láurea aos 20 anos de idade, sendo o orador da turma. Um ano após sua formatura, fez o 1º concurso público para livredocente de Direito Administrativo, obtendo o 1º lugar e sendo nomeado um mês após. Em 1935, fez concurso

para Catedrático da mesma cadeira, ocasião em que apresentou um magistral trabalho sobre desapropriação.

Professor de Direito, foi citado por mestres como Clóvis Bevilácqua, Temístocles Cavalcanti, entre outros.

Projetou-se na cena política durante a Revolução de 30. Em 1934, foi eleito Deputado. Filiou-se à corrente do Sr. Magalhães Barata; com o golpe do Estado Novo, permaneceu afastado da política. Voltou e foi interventor no Pará, de 1946 a 1947, onde destacou-se pela serenidade.

Em 1948, foi nomeado Presidente do Banco da Borra-

Em 1948, foi nomeado Presidente do Banco da Borracha, cargo que exerceu com eficiência até 1950, quando foi substituído pelo orador (Senador Gabriel Hermes).

Pertenceu ao Partido Popular. Afastou-se da política. Continuou, a destacar-se como advogado e professor de Direito. Presidiu a OAB, Seção Pará, aos 28 anos de idade, função que desempenhou durante 10 anos.

Não tendo se reconciliado politicamente com o PSD de Magalhães Barata, permaneceu à margem, fora da política.

Nos últimos anos, dedicou-se a escrever inclusive as memórias dos acontecimentos, lançando o livro "Memórias do Quase Ontem", em que narra a atuação do PSD no Pará.

Foi Presidente do Banco do Estado do Pará, no Governo Jarbas Passarinho.

Era Otavio Meira membro de tradicional família paraense, sendo filho do ex-Senador Augusto Meira, que se destacou no Senado Federal pelas campanhas nacionalista, combatendo a internacionalização da Hiléia Amazônica.

Deixa irmãos, cientistas e intelectuais que se destacam no cenário nacional, sendo um o Jurista Silvio Meira, que é suplente do Senador Aloysio Chaves e, autor de várias obras sobre Direito Romano, estudos jurídicos e biografías.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite V. Ex* um aparte?
O SR. GABRIEL HERMES — Com o maior prazer.

O Sr. Aloysio Chaves - Quero associar-me ao pronunciamento de V. Ex* para lamentar a grande perda que o nosso Estado sofreu com o falecimento do Dr. Otávio Meira. A ele ligavam-me laços profundos de amizade. Fomos colegas na Faculdade de Direito, integramos, durante muitos anos, a mesma congregação e, posteriormente, na Universidade, como membro que ele o foi, do Conselho Universitário. Um grande professor de direito, um notável advogado, um extraordinário homem público, interventor do Pará, Presidente do antigo Banco da Borracha, hoje, Banco da Amazônia, do Banco do Estado do Pará, o Dr. Otávio Meira deixou a sua passagem assinalada na vida pública, no Pará, de uma maneira brilhante e indelével. Pertence a uma ilustre família de origem nordestina, que como a minha, se trasferiu, no fim do século passado para o Norte, para o Pará, e deixa uma descendência ulustre. V. Ext acaba de mencionar, entre os irmãos do Dr. Otávio Meira, o Professor Silvio Meira, que é o meu suplente no Senado da República, mais o Profesosr Clóvis Meira, eminente catedrático da Faculdade de Direito, catedrático de Medicina Legal; o seu irmão Dr. Cécil Meira, catedrático de Direito Judiciário CiviL, já falecido, o seu irmão Dr. Augusto Meira, grande historiador, que tinha um amor extraordinário por Belém; o seu irmão, Dr. Ruy Meira, pintor laureado na Bienal de São Paulo, em várias exposições do Pará, fora do nosso Estado e, até fora do Brasil. Tem dois filhos também, que lhe honram o nome e as suas melhores tradições de cultura, Dr. Paulo Meira, Procurador da República no Estado. Chefe da Procuradoria da República no Pará e Dr. Alcir Meira, professor, arquiteto e engenheiro. A sociedade paraense pranteia a morte do Dr. Otávio Meira e o Pará, enlutado, hoje, deplora a perda deste grande filho. Associo-me, portanto, como Senador pelo Pará, como amigo que fui do Dr. Otávio Meira, durante tantos anos, à justa homenagem que V. Ext hoje, em nome de todos nós, tenho certeza, está tributando a esse nosso eminente conterrâneo.

O SR. GABRIEL HERMES — Agradeo o aparte de V. Ex* e, realmente, la concluir o meu discurso, fazendo referência ao nome do nosso estimado Líder e, também,

de todos os companheiros, mas o aparte de V. Ex* honra e me comove.

O Sr. Helio Gueiros — Permite V. Ext um aparte?

O SR. GABRIEL HERMES — Com muito prazer, ouço o aparte de V. Ext, Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Helio Gueiros - Eminente Senador Gabriel Hermes, desejo, também associar-me à justa homenagem que V. Ext está prestando à memória de um grande paraense falecido ontem, em nossa Capital. V. Ext já fez, em rápidos traços biográficos, um desenho da vida primorosa de Otávio Meira. É muito difícil, na vida pública, um político atravessar tantos anos e manter intacta uma tradição de honradez, de dignidade, de devoção à terra, de amor aos paraenses, como Otávio Meira. Ele também, foi ligado, muito intimamente, à minha família. porque ele, como interventor do Estado, escolheu a meu pai como seu secretárioi-geral e, naquele tempo, só existia um secretário. Então, eles sempre marcharam juntos e, exatamente, eu, per causa da proximidade dele com meu pai, pude testemunhar, mais de perto, a vida e a dedicação de Otávio Meira ao Pará e aos paraenses. Desejo aqui, nesta oportunidade, fazer um registro de um detalhe especial, que V. Ext pode, perfeitamente, corroborar. O Dr. Otávio Meira era pessoa da mais alta estima do General Magalhães Barata, que foi um dos grandes chefes políticos que o Pará já teve até hoje. E Magalhães Barata fez tudo para que Otávio Meira viesse a desempenhar um mandato fora do Estado, como representante federal, naquele tempo, no Rio de Janeiro. O Dr. Otávio Meira nunca aceitou o insistente convite de Magalhães Barata porque nunca quis que nem ele e nem seus filhos se desvinculassem da terra paraense. Ele achava que um representante federal é sempre tentado a fazer novas raízes fora de sua terra e não quis passar por essa tentação: preferiu permanecer no Pará, para manter os seus filhos sempre enraizados no Pará. E é verdade, norque ele deve ter falecido com 72 anos de idade e nunca aceitou encargo nenhum fora do Estado do Pará. É, portanto, um dos maiores paraenses que este século já teve, e V. Ext faz-lhe um preito de justica quando, aqui, faz o registro do seu falecimento. Apenas eu me permitiria acrescentar que ele foi Presidente do Banco do Estado do Pará no Governo Aurélio do Carmo, do PSD, ao qual o Coronel Jarbas Passarinho sucedeu. Não há nenhuma intenção a não ser de retificar um pouco o histórico da vida dele. Foi o então o Governador Aurélio do Carmo, que entregou a Otávio Meira a tarefa de implantar e solidificar o Banco do Estado do Pará, e depois o Governador Jarbas Passarinho manteve e prestigiou Otávio Meira na direção do Banco do Estado. Eu me associo e eu creio que o faço até em nome do meu Partido, o PMDB, porque Otávio Meira foi um dos políticos mais sérios e mais dignos do Pará, e eu creio que o PMDB não tem por que deixar de homenagear a memória de um grande político, ontem falecido. Muito obrigada a V. Ext.

O SR. GABRIEL HERMES — Agradecendo o aparte de V. Ext, fico satisfeito com o final, que vem exatamente corroborar aquela que era uma das qualidades extraordinárias de Otávio Meira, equilibrado e sereno. Por isso ele pôde passar de um governo distituído pela Revolução, para outro, conservando-se no mesmo cargo com o mesmo respeito dos que saíam, dos que continuavam.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo e levando à viúva, aos cultos e destacados filhos de Otávio Meira, os nossos sentimentos, em nosso nome e no de seus amigos do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Nobre Senador José Fragelli. (*Pausa.*)

S. Ex. desiste da palavra.

Com a palavra o nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Apenas, num rápido registro, para mostrar que o Congresso Nacional precisa, urgentemente, recuperar a sua condição de órgão independente, e agilizar melhor os seus trabalhos.

Em 1980, Sr. Presidente, precisamente a 13 de março de 1980, apresentava eu ao Senado da República o seguinte Projeto de Lei:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os preços dos derivados de petróleo e do álcool, adquiridos para consumo próprio por motoristas profissionais autônomos, serão sempre inferiores a 20 por cento em relação aos fixados para os demais consumidores, quando o fornecimento for realizado por intermédio de cooperativas, sindicados, ou quaisquer outras entidades capacitadas a realizar essa atividade.

Parágrafo único. Os postos revendedores de derivados de petróleo poderão se integrar, atendida a conveniência de cada um, à rede instituída no *caput* deste artigo.

Art. 2º O Conselho Nacional do Petróleo, no prazo de 120 dias a contar da data de publicação desta Lei, definirá as normas necessárias ao seu cumprimento.

Veja, Sr. Presidente, que apresentei este projeto de lei à Casa em 1980. Fui obrigado, agora, a pedir o seu desarquivamento, e o Executivo, através de um ato do Conselho Nacional do Petróleo, resolve colocar o preço do álcool a um preço inferior, em Cr\$ 8,00, o que demonstra, Sr. Presidente, a tese que tenho defendido desde que cheguei a esta Casa; é que precisamos agilizar os nossos trabalhos.

Lamentavelmente, ainda vivemos sob a hipertrofia do Executivo. Projetos de parlamentares, notadamente de parlamentares da Oposição, às vezes permanecem adormecidos nas gavetas do Senado da República.

Recordo-me, Sr. Presidente, que, por exemplo, a própria Lei do Inquilinato, esse já um projeto do próprio Executivo, permaneceu no Congresso Nacional praticamente durante quatro anos, até que, por unanimidade, aprovamos aqui nesta Casa um projeto extinguindo a chamada denúncia vazia.

É incrível que o Executivo, tomando conhecimento de projetos parlamentares, da Oposição ou da própria Situação, não os leve em consideração.

E o que é mais grave, Sr. Presidente, é que às vezes nossos projetos, por incrívcel que pareça, recebem a assessoria fora do Congresso, para que um relator aqui às vezes proceda à análise do projeto, de acordo com a independência do Congresso Nacional, mas de acordo com os interesses do Executivo.

Esse é o meu registro, nesta tarde, na esperança de que, realmente, um dia possa haver maior independência do Poder Legislativo no Brasil. Que possamos nós, parlamentares, nos libertar do jugo do Executivo, e oxalá o Senado da República possa melhorar a sua estrutura funcional, para que projetos de lei, como esse, não fiquem adormecidos em algum lugar, permitindo que o Executivo utilize o seu mecanismo de poder agilizar melhor seus movimentos, de mostrar, muitas vezes, Sr. Presidente, que eles, do Executivo, trabalham e nós aqui do Parlamento apenas continuamos a falar, a falar sem resultados positivos.

Era, portanto, Sr. Presidente, o registro que eu queria fazer nesta tarde, na esperança de que o Congresso Nacional, e particularmente a nossa Casa, possa amanha ter uma estrutura de acordo com a moderna administração pública.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema. (Pausa.)

S. Ext não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

S. Ext não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

S. Ex* não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O poder de tributar é o mais poderoso instrumento do Estado; igual a ele, porque se exerce sem referendo legislativo, é o poder de emitir moeda. Se, para cobrar um tributo o Executivo precisa de autorização legal — e o princípio da legalídade tributária nasceu com a autonomia do parlamento inglês — o Estado, no entanto, pode emitir moeda, sem autorização legislativa. Pode, igualmente, desvalorizá-la, sem ouvir ninguém.

Foi o que aconteceu, recentemente, quando o Executivo decidiu que o cruzeiro valia trinta por cento menos. Como resultado dessa deliberação, veremos que a inflação, prometida para setenta por cento este ano, ultrapassará a casa dos cem por cento.

Aliás, nos últimos dezenove anos, a política econômico-social, com suas marchas e contra-marchas, passando do "milagre brasileiro" à atual recessão, tem sido, realmente, desastrosa. Seus resultados espantosos podem-se resumir num quadro em que aparecem vinte e oito milhões de crianças desamparadas e subnutridas; oitenta milhões de pessoas subalimentadas; dois milhões de favelados somente em São Paulo, mais de um e meio milhão no Rio de Janeiro e mais de um milhão no Recife; o poder aquisitivo do salário cada vez mais dimínuído, os juros insuportáveis, uma sufocante dívida externa, salários achatados dia a dia, enquanto o desemprego multiplica seus números.

As medidas governamentais tomadas para enfrentar essa situação restam inócuas. O PIS/PASEP, o Programa de Alimentação do Trabalhador, a Merenda Escolar, o FINSOCIAL aparecem como simples derivativos, incapazes de corrigir as distorções criadas pela política econômica governamental.

O problema fundamental é a fome. Continuando o atual estado de coisas, crescerá a mortalidade infantil e a incapacitação dos adultos.

Estudando o problema, o tributarista Rafael Moreno Rodrigues mostra como a ganância tributária contribui para esse quadro, ao sustentar a não tributabilidade dos gêneros alimentícios básicos. Hoje os trabalhadores, pagando os impostos cobrados pelos alimentos, despendem dez por cento dos seus salários mensais. Isso vai sobrecarregar a clientela da Previdência Social e encher os hospitais de subnutridos.

Diante disso, esperamos mereça consideração um trabalho de Rafael Moreno Rodrigues, editado pela Resenha Tributária de São Paulo, sobre a "Intributabilidade dos gêneros alimentícios básicos". Trata-se de matéria digna de meditação.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os recentes distúrbios ocorridos em São Paulo motivam minha presença nesta tribuna para fazer breves reflexões em torno do lamentável episódio.

Na realidade, os acontecimentos dos últimos dias evidenciam fatos sobre os quais todas as autoridades do País, investidas do poder de Governo e independentemente da sua vinculação partidária, devem meditar.

O primeiro deles refere-se à falsa ideia de que possa existir governos de oposição, como bem salientam alguns dos principais articulistas e cientistas políticos. A verdade é que, uma vez empossadas legitimamente na chefia de governos, as forças, antes oposicionistas, se tornam governistas e, por tal, responsáveis pela condução dos negócios públicos, dentro dos imperativos da lei e da ordem. A filosofia e metodologia de trabalho entre as diversas facções políticas que exercem, alternada e demo-

craticamente, o poder, podem ser diferentes; os caminhos e os meios empregados no trato da coisa pública podem variar; as prioridades e os objetivos podem ser inteiramente diversos, mas nenhuma dessas variantes de ação governamental logrará ser cumprida no convivio com a desordem e a indisciplina, muito menos pela contemporização com estas. O respeito à lei e à autoridade constituída são condições indispensáveis para o pleno êxito de toda e qualquer ação de govenro, pertença a este ou àquele grupo político.

O que estou dizendo não se reveste de espírito de crítica ao atual Governo do Estado de São Paulo, embora seu comportamento neste grave episódio possa ser apontado por muitos como pouco enérgico. Meu objetivo aqui é, em tese e de forma generalizada, com base nos acontecimentos, constatar e advertir.

O outro fato que se impõe à meditação de todos, também emergente da grave situação, diz respeito às motivações do movimento popular inicial, de protesto contra o desemprego.

Não há dúvida de que a situação atual do desemprego é das mais sérias. Sobre isto, já me pronunciei nesta Casa em algumas oportunidades.

Vejo que há um esforço do Governo Federal em buscar soluções imediatas para o problema, no contexto das medidas de ordem econômica.

Entretanto, é preciso que os trágicos acontecimentos de São Paulo sirvam de alerta às autoridades para que não se disseminem por outras regiões do País.

Embora imprescindível, não bastará uma pronta e eficiente ação policial para conter e submeter a massa de manifestantes, porque a causa do mal, dessa forma, ainda não estará combatida.

A meu ver, é indispensável, neste momento, concentrar todas as preocupações na adoção de medidas eficazes de combate ao desemprego, seja para solucionar o problema, seja, ao menos, para reduzir seus terríveis efeitos no plano social, econômico e, também, político.

Não se tem dúvida sobre as consequências do desemprego em massa, como sucede na presente conjuntura: a fome e a miséria. Por sua vez, esta situação dramática pressiona os movimentos de protestos e de reivindicação coletiva.

Sabemos que o problema não é apenas brasileiro. Economias em evidente recuperação — como é o caso dos EUA — apresentam quadros até mais graves de desemprego. Há o desemprego crônico em outros países. Tudo isto é verdade. Porém, na maioria deles, há mecanismos de natureza econômica e trabalhista que reduzem o impacto social causado pelo desemprego, ao mesmo tempo em que funcionam como uma especie de amortecedor dos impulsos de movimentos populares e suas terríveis ameças à ordem pública e à segurança social. Refiro-me, especificamente, ao seguro-desemprego.

Quanto mais leio e ouço as sugestões apontadas para alívio emergencial dos desempregados, tais como frentes de trabalho temporárias, em diversos setores, apoio às pequenas e médias empresas para a geração de empregos, e outras, no plano estadual e federal, mais me convenço de que a verdadeira e satisfatória solução de emergência é o seguro-desemprego, por que tanto me venho batendo.

A urgente necessidade de sua instituição no Brasil é, do meu ponto de vista, a principal lição que os tumultos de São Paulo nos podem ensinar.

É uma medida que, a par da justiça social que encerra, trazendo uma provisória garantia de subsistência ao trabalhador, constitui um mecanismo de absorção política das crises e movimentos sociais gerados pela fome. E é desse modo que os países de regime democrático neutralizam eventuais choques causados pela pressão social.

Portanto, não devemos perder mais tempo. E imperioso instituir-se o seguro-desemprego, único instrumento de ação automática no combate ao desemprego conjuntural, como o nosso. Para concluir, Srs. Senadores, apresento outra sugestão: a concessão do direito à assistência médica aos que perderam seus empregos e a seus dependentes.

Não há originalidade na proposta. Mas seria uma solução imediata em benefico dos que sofrem e que não têm recursos para assistir seus familiares.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER(Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Amanhã, dia 8 de abril, Cuiabá, a Capital de Mato Grosso, "cérebro e coração de Mato Grosso" na expressão feliz do ex-governador Júlio Müller e a "Cidade Verde", do poeta e Arcebispo D. Aquino Corrêa, comemora 264 anos da sua fundação.

Cidade que surgiu na época heróica das "Entradas e Bandeiras", epópeia que marca a conquista e posse da terra, hoje brasileira, além Tordesilhas, Cuiabá completa quase 300 anos sob o signo de notável progresso.

Basta dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que na última década, ou seja, de 1970 a 1980 a sua população dobrou e já lá vai a quase 500 mil habitantes. Se no passado, Cuiabá, representou um marco da posse portuguesa no oeste brasileiro, hoje ela significa um balizamento para a colonização e integração da Amazônia Brasileira, ao contexto desenvolvimentista do Brasil.

Vivendo no passado em função do ciclo do ouro e diamantes e depois, da borracha, da criação de gado e da agricultura, Cuiabá, pela sua situação geográfica privilegiada, transforma-se, rapidamente, na grande catapulta da integração da Amazônia e grande entroncamento rodoviário.

Fundada no dia 8 de abril de 1749, pelo paulista Pascoal Moreira Cabral, Cuiabá, sendo o centro geodésico da América do Sul, ficou isolada do resto do Brasil durante 200 anos, praticamente. Moldou a sua própria cultura, uma civilização particular que se distingue no seu linguajar, no grande desenvolvimento na área cultural, hoje simbolizada pela presença da Universidade Federal de Mato Grosso, pela Academia Mato-grossense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico, dezenas de jornais editados, revistas, Centros Acadêmicos etc.

Lembrando a efeméride, homenageio a Cuiabá, berço de notáveis cidadãos ilustres de projeção nacional, bem como envio ao povo cuiabano de nascimento ou adoção os efusivos parabéns pelo feliz evento, fazendo votos que cada vez mais a Capital de Mato Grosso caminhe na senda do progresso.

Esses cumprimentos são transmitidos através dos nobres Vereadores, legítimos representantes do povo da bi-centenária e gloriosa Cuiabá.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Moacyr Dalla.

- O SR. MOACYR DALLA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A longa e edificante história do BANESTES — Banco do Estado do Espírito Santo S.A. foi enriquecida por um episódio bastante incomum, de inconteste valor humano e de alto significado pelo que representa de realização profissional, quando, em janeiro último, assumiu a sua presidência o Sr. Tranquilo Días Sampaio, ainda que a investidura se estendesse por breve período remanescente da Administração Eurico Rezende.

Não fora a singularidade do evento, certamente não teria despertado tanto interesse na comunidade, mormente entre a classe bancária, e ocupado tamanho espaço nos principais órgãos da imprensa capixaba, assim como atraído a atenção da opinião pública espíritosantense.

Culminava ali a carreira brilhante e impoluta de autêntico self-made man, de um profissional experiente com mais de trinta anos de atividades prestadas ao Banco, no qual ingressara em 1942 para ocupar a modesta função de servente.

Certamente, a singeleza do cenário com que deparou aquele moço interiorano, ao início de sua promissora trajetória, constitui o pano de fundo, que bem valoriza a moldura luminosa com que há pouco consumou seu itinerário de perseverança e lutas construtivas, de ascensão pelo mérito próprio, de marcha segura em direção a maiores realizações e conquistas pessoais, mas também de constância e fidelidade à instituição bancária que primeiro o acolheu.

Começando pela Agêncía de Baixo Guandu, sua terra natal, sucessivamente veio a exercer o cargo de escriturário em Afonso Cláudio, chefe de serviço e contador substituto (em Cachoeiro de Itapemirim), contador e gerente substituto (São Mateus), contador (Guaçuí), gerente instalador (Aracruz), gerente (Glória — Vila Velha), gerente em missão especial (Montanha), gerente (Jardim América), gerente (Baixo Guandu), gerente instalador (V. Rubim), Auditor em 1970, indo finalmente ocupar a gerência no Rio de Janeiro, onde permaneceu até sua aposentadoria em 1972.

Mas não terminaria aí sua contribuição de ideais, esforços e abnegação ao BANESTES, aceitando, em lugar do "ócio com dignidade", a indicação para dirigir a Carteira de Câmbio e Operações Especiais, a que foi conduzido em 1979, por escolha do Governador Eurico Rezende.

Mercê de reconhecida proficiência e seriedade invulgares, tantas vezes colocadas à prova ao longo de sua vida profissional, novos desafios e gratas surpresas o aguardavam, como derradeiros passos até atingir o clímax de indelével passagem pelo BANESTES.

Viu-se, afinal, à frente da própria organização, hoje de grande porte dentro da rede de estabelecimentos bancários comerciais estaduais, a qual ajudou efetivamente a crescer em décadas de labor incessante e produtivo.

Se o primeiro período da atuação de Tranquilo Dias Sampaio no âmbito do BANESTES pode parecer o desempenho normal, que aguarda a carreira de todo funcionário do Banco, a segunda etapa caracteriza-se pela afirmação no exercício de funções diretivas de suma envergadura, desde que a Assembléia Geral o elegeu e reclegeu para a Carteira de Câmbio e Operações Especiais e para o Conselho de Administração, vindo também a responder cumulativamente pela Diretoria Financeira e eventualmente pela Vice-Presidência, até sua eleição ao cargo de Presidente, em 12 de janeiro último, com mandato até agosto de 1985, do qual, entretanto, declinou, em virtude de mudança do Governo estadual.

Este breve registro através do qual levamos modesta homenagem ao conterrâneo ilustre, exprime nossa admiração à força de vontade, à tenacidade e autoconfiança que lhe exornam a personalidade, aquinhoada ainda pelos inestimáveis dons do calor humano, espírito fraterno e solidário, que lhe valeram imensa legião de amigos e o fizeram exemplo para toda a classe bancária capixaba.

Era o que tinhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 328, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1981, de sua autoria, que altera a redação do art. 457 da Consolidação das Leis do trabalho.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 329, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos

termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1981, de sua autoria, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 330, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1981, de sua autoria, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 331, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1981, de sua autoria, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 332, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projteo de Lei do Senado nº 74, de 1981, de sua autoria, que introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 333, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 1981, de sua autoria, que introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 334, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1981, de sua autoria, que introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à organização sindical.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 335, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 143, de 1981, de sua autoria, que revoga a alínea "b" do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.

•

Votação, em turno único, do Requerimento nº 336, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1981, de sua autoria, que modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 337, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1981, de sua autoria, que dá nova redação ao inciso VIII do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

11

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1983 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 58, de 1983), que suspende a execução do art. 223 do Código Tributário do Município de Paraguaçu Paulista, Lei nº 1.131, de 13 de dezembro de 1977.

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 9, de 1983 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu parecer nº 70, de 1983), que suspende a execução do § 1º, 1 e 3, da cláusula primeira, do Convênio ICM nº 44, de 7 de dezembro de 1976, e do art. 2º, § 1º, 1 e 3, da Portaria nº 313, de 29 de dezembro de 1976, do Diretor da Receita Estadual de Minas Geraís.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos)

Ata da 30º Sessão, Em 7 de abril de 1983

1º Sessão Legislativa Ordinária,
 da 47º Legislatura
 Extraordinária

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRE-SENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume - Altevir Leal - Mário Maia - Eunice Michiles - Fábio Lucena - Raimundo Parente -Aloysio Chaves - Gabriel Hermes - Hélio Gueiros -Alexandre Costa - João Castelo - José Sarney - Alberto Silva - Helvídio Nunes - Almir Pinto - José Lins - Virgílio Távora - Carlos Alberto - Martins Filho - Humberto Lucena - Marcondes Gadelha - Milton Cabral - Aderbal Jurema - Marco Maciel - Nilo Coelho - Guilherme Palmeira - Luiz Cavalcante -Albano Franco - Lourival Baptista - Passos Pórto -Jutahy Magalhães - Lomanto Júnior - Luiz Viana -João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto - Nelson Carneiro - Itamar Franco -Murilo Badaró - Alfredo Campos - Amaral Furlan -Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo - Benedito Canelas - Gastão Müller - José Fragelli - Marcelo Miranda - Saldanha Derzi - Affonso Ca-_margo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas - Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo πύmero regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expedien-

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES Nºs 105, 106 E 107, DE 1983

PARECER Nº 105, DE 1983

Da Comissão de Economia, Sobre a Mensagem nº 171, de 1982 (nº 346/82, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste (MT) contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 102.000.000,00 (cento e dois mílhões de cruzeiros).

Relator: Senador Luiz Cavalcante

Com a Mensagem nº 171/82, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste (MT), que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a seguinte operação de crédito:

Características da operação:

A - Valor: Cr\$ 102.000.000,00;

B - Prazos:

1 - de carência: 3 anos;

2 — de amortização: 12 anos;

C- Encargos:

1 - juros de 6% a.a., e

2 — correção monetária de 40% do índice de variação das ORTN;

D — Garantia: Vinculação de parcelas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias — ICM:

E — Destinação dos Recursos: construção de escolas de 1º grau na zona rural do Município.

O conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pedido por julgá-lo técnico e financeiramente viável, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

De outra parte, o empreendimento, a ser financiado pela operação de crédito objeto da autorização, se enquadra nas diretrizes e normas da legislação que disciplina a matéria e servirá para dotar a zona rural daquele Município de escolas de 1º grau, capazes de atender a demanda insatisfeita.

Assim, concluímos pelo acolhimento da mensagem nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12 DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste (MT) a elevar em Cr\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal relolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a Utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado a construção de escolas de 1º grau na zona rural do Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 1982. — Benedito Ferreira, Presidente eventual — Luiz Cavalcante, Relator — Lenoir Vargas — Bernardino Viana — José Lins — Lomanto Júnior.

PARECERES Nºs 106 e 107, DE 1983

Sobre o Projeto de Resolução nº 12, de 1983, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste (MT) e elevar em Cr\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de cruzelros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER Nº 106, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Benedito Canelas

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Mensagem nº 171/72, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste (MT) a contratar empréstimos no valor de Cr\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de cruzeiros), destinado a financiar a construção de escolas de 1º grau na zona rural daquele Município.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados no artigo 2º da Resoluçãonº 62, de 1975, também do Senado Federal.

Assim, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1982. — Aloysio Chaves, Presidente. — Benedito Canelas, Relator — Aderbal Jurema — Leite Chaves — Almir Pinto — José Fragelli — Dulce Braga — Bernardino Viana — Affor so Camargo.

PARECER Nº 107, DE 1983

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Benedito Canelas

O projeto sob a nossa apreciação, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Mírassol D'Oeste (MT), nos termos do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhoes de cruzeiros) destinada a financiar a construção de escolas do 1º grau na zona rural daquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a êste Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido, nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, até mesmo o investimento na educação apresenta uma das maiores taxas de retorno custo/benefício.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do projeto. Sala das Comissões, 24 de março de 1983. — Passos Posto, Presidente — Benedito Canelas, Relator — Almir Pinto — Galvão Modesto — João Lúcto — Mário Maia — Mauro Borges — Marcelo Miranda — Benedito Ferreira

PARECERES Nºs 108, 109 e 110, de 1983 PARECER Nº 108, de 1983

Da Comissão de Economia. Sobre a mensagem nº 175, de 1982 (nº 350/82 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Cândido Mota (SP) e elevar em Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quartoze milhões, cento e setenta e oito mil e cento e cinqüenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Bernadino Viana

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Cândido Mota (SP) autorizada a elevar em Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quartoze milhões, cento e setenta e oito mil e cento e cinqüenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apóio ao Desenvolvimento Social — FAS, no valor correspondente a 64,300 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.775,71, em maio/82.

Características das operações:

OPERAÇÃO I:

A — Valor:

Cr\$ 45.483.035,94 (correspondente a 25.614 ORTN de Cr\$ 1.775,71, em maio/82).

- B Prazos:
- 1 de carência: 12 meses;
- 2 de amortização: 120 meses.

C - Encargos:

- 1 --- juros de: 6% a.a.;
- 2 correção monetária: 40% do índice de variação trimestral da ORTN.

D - Garantia:

Vinculação de cotas-partes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM).

E — Destinação dos recursos:

Implantação de duas escolas de 1º grau e uma unidade pré-escolar.

OPERAÇÃO II:

A - Valor:

Cr\$ 89.573.915,24 (correspondente a 50.444 ORTN de Cr\$ 1.775,71, em maio/82);

B - Prazos:

- 1 de carência: 12 meses;
- 2 de amortização: 120 meses.

C - Encargos:

- I juros de:6% a.a.;
- 2 correção monetária: 60% do índice de variação trimestral da ORTN;

D — Garantia:

Vinculação de cotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

E — Destinação dos recursos:

Implantação de galerias de águas pluviais e aquisição de equipamentos para coleta e destinação final de lixo.

OPERAÇÃO III:

A - Valor:

Cr\$ 7.647.982,97 (correspondente a 4.307 ORTN de Cr\$ 1.775,71, em maio/82).

B --- Prazos:

- 1 de carência: 12 meses;
- 2 de amortização: 84 meses.

C - Encargos:

- I juros de 6% a.a.;
- 2 correção monetária: 60% do índice de variação trimestral da ORTN.

D — Garantia:

Vinculação de cotas-partes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM).

E — Destinação dos recursos:

Implantação de centro de saúde no Distrito de Nova Alexandria

- 3. Segundo o parecer apresentado pelo Órgão financiador, as operações de crédito sob exame são viáveis econômica e financeiramente.
- 4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:
- a) Leis nºs 129 e 130, de 12-11-81; e 135, de 21-1-82, autorizadoras das operações;
- b) Exposição de Motivos (EM nº 184/82) do Senhor Ministro de Estado da Fezenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito, formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e
- c) Parecer do Banco Central do Brasil Departamento da Dívida Pública, favorável ao pleito.
- 5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operações sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I, II e III do art. 2º da Res. nº 62, de 1975.
- 6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite,à qual, por força das disposições contidas no art. 2º da Res. nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limítes (i-

- tens I, II e III) fixados no an. 2º da Res. nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social FAS.
- 7. Além da característica da operação extralimite e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.
- 8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regime Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, de 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Cândido Mota (SP) a elevar em Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e otto mil e cento e cinquenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve;

Art. 19 É a Prefeitura Municipal de Cândido Mota, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e oito mil, cento e cinquenta e três cruzeiros), correspondentes a 64.300 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.775,71, vigente em maio de 1982, a fim de que possa contratar empréstimos que perfaçam o valor acima, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, destinados à implantação de duas escolas de 1º grau e uma unidade pré-escolar, bem como de um centro de saúde no Distrito de Nova Alexandria, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 1982. — Luiz Cavalcante, Presidente em exercício — Bernadino Viana, Relator — Lenoir Vargas — Benedito Ferreira — José Lins — Lomanto Júnior.

PARECERES Nºs 109 e 110, DE 1983

Sobre o Projeto da Resolução nº 13, de 1983, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Cândido Mota (SP) a elevar em Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e oito mil, cento e cinqüenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida interna".

PARECER Nº 109, DE 1983 Da Comissão de Constituição e Justiça

Relatora: Senadora Dulce Braga

O projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 175/82 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Cândido Mota (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e oito mil, cento e cinquenta e três cruzeiros) destinada à implantação de duas escolas de 1º grau e uma unidade prê-escolar, bem como de um Centro de Saúde no Distrito de Nova Alexandria, no Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também desta Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verificase que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1982. — Aloysio Chaves. Presidente — Dulce Braga, Relatora — José Fragelli — Bernadino Viana — Aderbal Jurema — Almir Pinto — Leite Chaves — Affonso Camargo.

PARECER Nº 110, DE 1983 Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Marcelo Miranda

A matéria sob nossa apreciação, já exaustivamente examinada pela autora do Projeto de Resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Cândido Mota (SP), nos termos do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operações de crêdito no valor de Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e oito mil, cento e cinqüenta e três cruzeiros) destinada à implantação de duas escolas de 1º grau e uma unidade pré-escolar, bem como de um centro de Saúde no Distrito de Nova Alexandria, naquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme as normas legais pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada, propiciará relevantes benefícios à comunidade da Região.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto. Sala das Comissões, 24 de março de 1983. — Passos Pórto, Presidente — Marcelo Miranda, Relator — Almir Pinto — Galvão Modesto — João Lúcio — Mario Maia — Mauro Borges — Benedito Ferreira — Benedito Canellas.

PARECERES Nets 111 e 112, DE 1983 PARECER Nº 111, DE 1983

Da Comissão de Economia Sobre a Mensagem nº 254, de 1982 (nº 483/82 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizado o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 63.634.169,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Benedito Canellas

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja o Governo do Estado do Piauí autorizado a elevar em Cr\$ 63.634.169,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, correspondente a 30.374,45 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 2.094,99 em agosto de 1982.

2. Características da operação:

A - Valor:

Cr\$ 63.634.169,00 (correspondente a 30.374,45 ORTN de Cr\$ 2.094,99, em AGO/82);

B - Prazos:

- I de carência: 2 anos;
- 2 de amortização: 10 anos;

C - Encargos:

- i juros de 6% a.a;
- 2 correção monetária: 40% do índice de variação das ORTN;

D — Garantia:

Vinculação das parcelas do ICM;

E — Destinação dos recursos:

Construção e equipamento de uma unidade mista de saúde no Município de Castelo do Piauí.

- 3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.
- 4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:
- a) Lei nº 3.821, de 24-11-81 autorizada da operação:
- b) Exposição de Motivos (EM nº 236/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e
- c) Parecer do Banco Central do Brasil Departamento da Dívida Pública, favorável ao Pleito.
- 5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelo item II do art. 2º da Res. nº 62, de 1975.
- 6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a que, por força das disposições contidas no art. 2º da Res. nº 93, de 1976, não se aplicam os citados límites (itens I, II e III) fixados no art. 2º da Res. nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional de Habitação.
- 7. Além da característica da operação extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.
- 8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14, DE 1983

Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 63.634.169,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Artigo 1º É o Governo do Estado do Piauí, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 63.634.169,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e nove cruzeiros), corresponde a 30.374,45 ORTN, considerando o valor da ORTN de Cr\$ 2.094,99, vigente em agosto de 82, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção e equipamento de uma unidade mista de saúde, no Município de Castelo do Piauí, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Artigo 2º Esta resolução entra em vigor na datade sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 1983 — Severo Gomes, Presidente em exercício — Benedito Canellas, Relator — Luiz Cavalcante — Pedro Simon — Jorge Kalume — Affonso Camargo.

PARECER Nº 112, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 14, de 1983, da Comissão de Economia, que "autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 63.634.169,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e cento e sessenta e nove cruzeiros) o montante de sua divida consolidada interna".

Relator: Senador Helvídio Nunes

O projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Señado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 254/82, do Senhor Presidente da República, autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 63.634.169,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e cento e sessenta e nove cruzeiros) destinada à construção e equipamento de uma unidade mista de Saúde, no Município de Castelo do Piauí.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único, artigo 2º, da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, que implica na inobservância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

No âmbito de apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, inexistem óbices à normal tramitação da materia.

Sala da Comissão, 6 de abril de 1983. — Murilo Badaró, Presidente — Helvidio Nunes, Relator — Martins Filho — Pedro Simon — Alfredo Campos — Hélio Gueiros — José Fragelli — Guilherme Palmeira.

PARECER Nº 113, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de

Relator: Senador João Lobo

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí (PI) a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e dezenove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — João Lobo, Relator — Passos Pôrto — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 113, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e, eu......, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e dezenove mil cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí, Estado do Piauí, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e dezenove mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apolo ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção e equipamento de escolas rurais, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 114, DE 1983 Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 1982.

Relator: Senador João Lobo

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre (GO) a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros) o montante de sua divida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — João Lobo, Relator — Passos Pôrto — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 114, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10. 692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de guias, meios-fios e lavanderia pública, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 115, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução $n^{\rm o}$ 31, de 1982.

Relator: Senador João Lobo

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 31, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Goiatuba (GO) a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — João Lobo, Relator — Passos Pôrto — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 115, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, ..., Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza a Prefeitura Minicipal de Goiatuba, Estado de Goiás, a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. Iº É a Prefeitura Municipal de Goiatuba, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de

11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzciros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de meios-fios, sarjetas e galerias pluviais, mercado, sanitário e lavanderia pública e aquisição de equipamento para limpeza urbana, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 116, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 51, de 1982.

Relator: Senador Passos Pôrto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 51, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão (MA) a elevar em Cr\$ 17.438.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos e triñta e oito mil cruzeiros) o motante de sua dívida consolidada interna.

Sala de Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — Passos Pôrto, Relator — Saldanha Derzi — João Lobo.

ANEXO AO PARECER Nº 116, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, ______, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 17.438,000,00 (dezessete milhões, quatrocentos e trinta e oito mil cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão, nos termos do Art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 17.438.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos e trinta e oito mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de um centro de abastecimento e implantação de galerias pluviais, meios-fios e sarjetas, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 117, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 1982.

Relator: Senador João Lobo

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 782.884.600,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, de 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — João Lobo, Relator — Passos Pôrto — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 117, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador, Estado da Bahia, a elevar em Cr\$ 782.884.600,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Salvador, Estado da Bahia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 782.884.600,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua divida consolidada, a fim de que possa contratar empréstimos no valor global acima mencionado junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinados ao reequipamento de 9 (nove) unidades de saúde; à execução de obras e aquisição de equipamentos para limpeza urbana; e à construção e equipamentos de unidades escolares, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 118, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1982.

Relator: Senador Passos Pôrto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1982, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 64.104.000,00 (sessenta e quatro milhões, cento e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — Passos Pôrto, Relator — Saldanha Derzi — João Loho.

ANEXO AO PARECER Nº 118, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos temos do art. 42, inciso VI, da Constituição, eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza o governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 64.104.000,00 (sessenta e quatro milhões, cento e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve;

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 64.104.000,00 (sessenta e quatro milhões, cento e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a

utílização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à ampliação do Programa de Assistência ao Idoso, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 29 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 119, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução πº 84, de 1982.

Relator: Senador Passos Pórto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1982, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 1.241.055.262,08 (um bilhão, duzentos e quarenta e um milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois cruzeiros e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — Passos Pôrto, Relator — Saldanha Derzi — João Lobo.

ANEXO AO PARECER Nº 119, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1983

Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 1.241.055.262,08 (um bilhão, duzentos e quarenta e um milhões, cinquênta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois cruzeiros e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado da Bahia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 1.241.055.262,08 (um bilhão, duzentos e quarenta e um milhões, cinquênta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois cruzeiros e oito centavos) correspondente a 1.413.728 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 877,86 (oitocentos e setenta e sete cruzeiros e oitenta e seis centavos) vigente em abril/81, a fim de que possa contratar operação de crédito de igual valor junto ao Banco do Nordeste S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação - BNH, destinada à complementação dos seguintes projetos: Rodovia Ilhéus-Una-Canavieiras; Terminal de Cargas e Central de Fretes da Região Metropolitana de Salvador; Universidade de Feira de Santana; Universidade do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista; infra-estrutura industrial em diversos distritos daquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 120, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 111, de 1982.

Relator: Senador Passos Pôrto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 111, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alvorada (RS) a elevar o em Cr\$ 433.415.922,39 (quatrocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e vinte e dois cruzei-

ros e trinta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — Passos Pórto, Relator — Saldanha Derzi — João Lobo.

ANEXO AO PARECER Nº 120, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu,

Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 433.415.922,39 (quatrocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e vinte e dois cruzeiros e trinta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do atr. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 433.415.922,39 (quatrocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e quinze mil, nocentos e vinte e dois mil e trinta e nove centavos), correspondentes a 349.701 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.239.39 (um mil, duzentos e trinta e nove cruzeiros e trinta e nove centavos), vigente em novembro/81, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação - BNH, destinado a promover a execução integrada de obras referentes aos projetos de sistema viário, esgotos pluviais, iluminação pública, recreação e lazer e comunicação, naquele Município, obedecidas as condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 121, DE 1983 Da Comissão de Redação

. Redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1982.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (RS) a elevar em Cr\$ 945.617.624,10 (novecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e dez centavos) o montante de sua divida consolidada.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983, — Lomanto Júnior, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Passos Pôrto — João Lobo

ANEXO AO PARECER Nº 121, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, ______, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 945.617.624,10 (novecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e dez centavos) o montante de sua divida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida

consolidada em Cr\$ 945.617.624,10 (novecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e dez centavos), correspondentes a 1.077.185 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 877,86 (oitocentos e setenta e sete cruzeiros e oitenta e seis centavos), vigente em abril/81, a fim de que possa contratar empréstimos no valor global acima mencionado, junto à Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação - BNH, destinados à urbanização de 3 (três) núcleos de favelas localizadas em próprios municipais, implantação de 3.700 (três mil e setecentos) lotes urbanizados em áreas livres localizadas em diferentes partes da zona urbana, execução das obras de infraestrutura e construção de equipamentos comunitários necessários, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 122, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 24, de 1982.

Relator: Senador Passos Pôrto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 24, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — Passos Pórto, Relator — Saldanha Derzi — João Lobo.

ANEXO AO PARECER Nº 122, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, ______, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Patu, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros.)

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Patu, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de um Centro de Abastecimento, naquele Municipio, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 123, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1982.

Relator: Senador João Lobo

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1982, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — João Lobo, Relator — Passos Pôrto — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 123, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, ______, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1983

Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à aquisição de unidades móveis para qualificação profissional, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 124, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução n^{ϕ} 78, de 1982

Relator: Senador Saldanha Derzi:

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 78, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araçatuba (SP), a elevar em Cr\$ 743.634.000,00 (setecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Passos Pôrto — João Lobo.

ANEXO AO PARECER Nº 124, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Araçatuba, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 743.634.000,00 (setecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Araçatuba, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 743.634.000,00 (setecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil cruzeiros), correspondentes a 600.000 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.239,39 (um mil, duzentos e trinta e nove cruzeiros e trinta e nove centavos), vigente em outubro/81, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado à execução de obras de infra-estrutura urbana e comuni-

tária — Programa CURA, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 29 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 125, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 108, de 1982.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 108, de 1982, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 1.534.085.100,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, oitenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Passos Pôrto — João Lobo.

ANEXO AO PARECER Nº 125, DE 1983

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 1.534.085.100,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, ottenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 1.534.085.100,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, oitenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar empréstimos no valor global acima mencionado, junto à Caixà Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinados à construção e equipamento do Centro de Reeducação de Menores do Sexo Feminino, no Município de Igarassu/PE, construção de escolas de 1º e 2º graus e de um Centro de Educação Especial, e implantação de Centros de Estudos Supletivos em municípios daquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 29 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 126, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 137, de 1982.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 137, de 1982, que autoriza o Governo do EStado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.702.223.000,00 (um bilhão, setecentos e dois milhões, duzentos e vinte e três mil cruzeiros).

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — Saldanha Derzi. Relator — Passos Pôrto — João Lobo.

ANEXO AO PARECER Nº 126, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1983

Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 1.702.223.000,00 (um bilhão, setecentos e dois milhões, duzentos e vinte e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado da Bahia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 1.702.223.000,00 (um bilhão, setecentos e dois milhões, duzentos e vinte e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à implantação de sistemas simplificados de abastecimento d'água em municípios daquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 127, DE 1983

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Resolução nº 142, de 1982.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 142, de 1982, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar empréstimo externo no valor de DM 10.900.000,00 (dez milhões e novecentos mil marcos alemães), destinado a financiar o projeto "Proteção Contra as Cheias do Vale do Rio dos Sinos".

Sala das Comissões, 7 de abril de 1983. — Lomanto Júnior, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Passos Pôrto — João Lobo.

ANEXO AO PARECER Nº 127, DE 1983

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar operações de empréstimo externo no valor de DM 10.900.000,00 (dez milhões e novecentos mil marcos alemães), destinado a financiar o projeto de Proteção Contras as Cheias do Vale do Rio Dos Sinos, naquele Estado.

O Senado Federal resolve:

Art. 19° É o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de DM 10.900.000,00 (dez milhões e novecentos mil marcos alemães), junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, a ser utilizado no financiamento do projeto de Proteção Contra as Cheias do Vale do Rio dos Sinos, naquele Estado.

Art. 2º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do item II do art. 1º do Decreto nº 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual nº 7.498, de 25 de maio de 1981, autorizadora da operação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 1983

Autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) para os servidores públicos federais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Senhor Presidente da República autorizado a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) calculados sobre os valores dos vencimentos, salários, proventos e pensões, auferidos pelos servidores e funcionários públicos federais mencionados nos Artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.984, de 28 de dezembro de 1982.

Parágrafo único. O percentual fixado no Artigo 1º incidirá sobre os valores resultantes do reajuste de que trata o item II, do Decreto-lei nº 1.984, de 28 de dezembro de 1982.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

É público e notório que o reajuste de 70%, em duas parcelas de 30 e 40%, foi concedido aos servidores e funcionários públicos federais, com base nos entendimentos do Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), nos quais as autoridades brasileiras, submetendo-se às exigências daquele Órgão, projetaram um índice de inflação de 70% para o ano de 1983.

Posteriormente o Governo brasileiro refez seus cálculos e enviou ao FMI outro documento, no qual modificou, entre outras coisas, sua estimativa quanto ao índice inflacionário para o corrente ano, situando-o entre 85 e 90%, quando na realidade, o referido índice, segundo técnicos de renome, deverá situar-se próximo a casa dos 150%.

Por outro lado, segundo cálculos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, baseados em estatísticas oficiais, de março de 1979 a dezembro de 1982, para um índice acumulado do custo de vida (INPC) de 1.083%, o reajuste salarial acumulado dos servidores civis foi, em igual período, de apenas 53%, o que representa um verdadeiro confisco salarial e consequente agravamento das condições de vida dos servidores civis e de seus familiares da ordem de 553%, nos últimos 4 anos.

Isso até dezembro de 1982. Em 1983 o achatamento salarial será ainda mais acelerado e dramático já que o índice inflacionário deverá superar a casa dos 150%, apesar das manobras so Senhor Delfim Netto de aviltar o cálculo do Indice Nacional de Preços ao Consumidor.

E necessário corrigir, urgentemente, essa injustiça que vem sendo cometida contra os abnegados e laboriosos servidores públicos civis e suas famílias e restabelecer a tranquilidade e a segurança aos seus lares.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1983. - Pedro Simon.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.984, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1982

Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decre-

Art. 1º Os atuais valores de vencimentos, salários e proventos do pessoal civil do Poder Executivo, constantes dos anexos do Decreto-lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981, da Lei nº 7.035, de 5 de dezembro de 1982, e do Decreto-lei nº 1.969, de 25 de novembro de 1982, bem como os das pensões, serão reajustados em:

I — 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 1983; e

II — 30% (trinta por cento), a partir de 1º de junho de 1983.

Parágrafo único. O percentual fixado no item II incidirá sobre os valores resultantes do reajuste de que trata o item I.

Art. 2º Os servidores atívos e os funcionários inativos, não beneficiados pelos reajustes previstos no artigo
1º deste Decreto-lei, terão os atuais valores de vencimentos, salários e proventos majorados em duas parcelas,
sendo a primeira de 40% (quarenta por cento), a partir de
1º de janeiro de 1983, e a segunda de 30% (trinta por cento), a partir de 1º de junho de 1983, incidente sobre o valor resultante da aplicação do percentual da primeira
parcela.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O projeto lido após publicado será despachado às comissões competentes. (*Pausa.*)

Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Šr. I°-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 522, DE 1983

Sr. Presidente

De acordo com o Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 1979, que "Inclui o marido como dependente da segurada".

Sala das Sessões, 7 de abril de 1983. — Nelson Carneiro.

REQUERIMENTO Nº 523, DE 1983

Sr. Presidente

De acordo com o Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1982, que "Disciplina a proteção dos vertebrados pulmonados aquáticos nas águas jurisdicionais brasileiras".

Sala das Sessões, 7 de abril de 1983. — Nelson Carneiro.

REQUERIMENTO № 524, DE 1983

Sr. Presidente

De acordo com o Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1982, que "Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários em favor do advogado do trabalhador reclamante".

'Sala das Sessões, 7 de abril de 1983, — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os requerimentos lidos serão oportunamente incluídos em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

_ Votação, em turno único, do requerimento nº 328, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1981, de sua autoria, que altera a redação do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

A provado.

Aprovado o requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1981, continuará em seu andamento normal, juntamente com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, de 1979 e 45 de 1981, com os quais tramitava em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Votação, em turno único, do requerímento nº 329, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1981, de sua autoria, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado

Aprovado o requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1981, continuará em seu andamento normal, juntamente com os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 1980 e 13, de 1981, com os quais tramitava em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 3:

Votação, em turno único, do requerimento nº 330, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1981, de sua autoria, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 4:

Votação, em turno único, do requerimento nº 331, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1981, de sua autoria, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. O projeto voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 5:

Votação, em turno único, do requerimento nº 332, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do artigo 367 do regimento interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 1981, de sua autoria, que introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 6:

Votação, em turno único, do requerimento nº 333, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 1981, de sµa autoria, que introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constante do requerimento que vem de ser aprovado voltará à sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item_7:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 334, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de lei do Senado nº 91, de 1981, de sua autoria, que introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à organização síndical.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 8:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 335, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 143, de 1981, de sua autoria, que revoga a alínea "B" do Art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 9:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 336, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de lei do Senado nº 147, de 1981, de sua autoria, que modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constante do requerimento que vem de ser aprovado voltará à sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 10:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 337, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1981, de sua autoria, que dá nova redação ao inciso VIII do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservarse como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado será desarquivado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 11:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1983 (apresentado pela Comissão de

Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 58, de 1983), que suspende a execução do art. 223 do Côdigo Tributário do Município de Paraguaçu Paulista, Lei nº 1.131, de 13 de dezembro de 1977.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO № 8, DE 1983

Suspende a execução do art. 223 do Código Tributário do Município de Paraguaçu Paulista, Lei nº 1.131, de 13 de dezembro de 1977.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É suspensa, por incostitucionalidade, nos termos da decissão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 3 de novembro de 1982, nos autos do Recurso Extrordinário nº 98.583-2, do Estado de São Paulo, a execução do art. 223 do Código Tributário do Munucípio de Paraguaçu Paulista, Lei nº 1.131, de 13 de dezembro de 1977.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Item 12:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 9, de 1983 (apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 70, de 1983), que suspende a execução do § 1º, 1 e 3, da Cláusula Primeira, do Convênio ICM nº 44, de 7 de dezembro de 1976, e de art. 2º, § 1º, 1 e 3, da Portaria nº 313, de 29 de dezembro de 1976, do Diretor da Receita Estadual de Minas Gerais.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1983

Suspende a execução do § 1º, 1 e 3, da Cláusula Primeira, do Convênio ICM nº 44, de 7 de dezembro de 1976, e do art. 2º, § 1º, 1 e 3, da Portaria nº 313, de 29 de dezembro de 1976, do Diretor da Receita Estadual de Minas Gerais.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário número 95,784-7, MG, proferida em 1º de setembro de 1982, a execução do § 1º, 1 e 3 da Cláusula Primeira, do Convênio ICM, nº 44, de 7 de dezembro de 1976, e do artigo 2º, § 1º, 1 e 3, da Portaria nº 313, de 29 de dezembro de 1976, do Diretor da Receita Estadual de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 71, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 379, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Feliz (SP) a elevar

em Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 380 e 381, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e jurisdicidade; e

- de Municípios, favorável,

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 338, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 1981, de sua autoria, que introduz modificação na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de natal, visando a tornar incontroverso o direito do trabalhador ao 13º-salário, quando se encontre em gozo de benefício previdenciário.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 339, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 1981, de sua autoria, que altera dispositivo da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 340, de 1983, do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1982, de sua autoria, que introduz alteração na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para o fim de considerar crime contra a economia popular a cobrança de taxa de juros de 4% ao mês.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 351, de 1983, de autoria do Senador Jorge Bonrhausen, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 68, de 1982, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 451.355.900,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e novencentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 1983, de autoria do Senador Jorge Bonrhausen, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 148, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Sombrio (SC) a elevar em Cr\$ 4.281.025,24 (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, vinte e cinco cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 354, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1982, de sua autoria, que autoriza o Ministério da Indústria e do Comércio a disciplinar o regime de fabricação de produtos para uso adequado de pessoas canhotas, e dá outras providências.

8

Votação, em túrno único, do Requerimento nº 355, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1982, de sua autoria, que dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.

)

Votação, em turno único do Requerimento nº 356, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos ter-

mos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1982, de sua autoria, que altera o art. 132 do Código Penal e revoga o art. 34 da Lei das Contravenções Penais.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 357, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 1982, de sua autoria, que veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1982, de sua autoria, que dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou vene-

12

Votação, em turno único, do Requerimento nº 360, de 1983, de autoria do Senador Alfredo Campos, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 276, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a elevar em Cr\$ 1.879.226.000,00 (um bilhão, oitocentos e setenta e nove milhões, duzentos e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 361, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1981, de sua autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de museu, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 362, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1981, de sua autoria, que obriga os fabricantes de colas ou fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem, a estes produtos, repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes, e dá outras providên-

15

Votação, em turno único, do Requerimento nº 363, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1981, de sua autoria, que veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.

16

Votação, em turno único, do Requerimento nº 364, de 1983, do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 1981, de sua autoria, que altera os arts. 213, 215 e parágrafo único, 216, 225 e 226 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Título VI — Dos Crimes Contra os Costumes).

17

Votação, em turno único, do Requerimento nº 365, de 1983, de autoria do Senador José Lins, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 148, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Acaraú (CE) a elevar em Cr\$ 10.531.400,00 (dez milhões, quinhentos e trinta e um mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

18

Votação, em turno único, do Requerimento nº 366, de 1983, de autoria do Senador José Lins, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 158, de 1981, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 14.435.200,00 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua divida consolidada.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 367, de 1983, de autoria do Senador José Lins, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 166, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Umari (CE), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 12.277.000,00 (doze milhões, duzentos e setenta e sete mil cruzeiros).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 1981 - DF, que altera as alíquotas do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos a que se refere o artigo 31 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, tendo

PARECERES, sob nºs 340 a 342, de 1982, das Comis-

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- do Distrito Federal, favorável; e
 de Finanças, favorável.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 90, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 485, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz (RN) a elevar em Cr\$ 3.072.000,00 (três milhões e setenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada,

PARECERES, sob nºs 486 e 487, de 1982, das Comis-

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

- de Municípios, favorável.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 110, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 556, de 1982), que aŭtoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 39.930.000,00 (trinta e nove milhões, novecentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 557, de 1982, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 143, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 824, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Aparecida do Tabuado (MS), a elevar em Cr\$ 4.703.100,00 (quatro milhões, setecentos e três mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

-PARECERES, sob nºs 825 e 826, de 1982, das Comis-

- de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e juridicidade: e
 - de Municípios, favorável.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 149, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 842, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Aloândia (GO) a elevar em Cr\$ 13.128.492,00 (treze milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 843 e 844, de 1982, das Comis-

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
 - de Municípios, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) - Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 41 minutos)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. AL-MIR PINTO NA SESSÃO DE 6-4-83 E QUE, EN-TREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ALMIR PINTO (Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Atendendo convite do Senado Federal, compareceu a este plenário S. Ext o Ministro da Fazenda, Ernane Gal-

Foi, podemos assim dizer, uma tarde memorável, pelo assunto debatido e, sobretudo, pela maneira elegante como decorreram os debates, fazendo jus às honrosas tradições desta Casa.

Por quatro horas e mais alguns minutos, o titular do Ministério da Fazenda foi sabatinado pelos Senhores Senadores, ansiosos por esclarecimentos sobre a verdadeira posição da economia brasileira, que sabemos seriamente comprometida, diante de um crescendo endividamento que, de algum tempo a esta parte, vem intranquilizando a comunidade nacional que sente na própria pele os seus graves efeitos.

É certo que a situação atual não foi gerada por acaso.

O Brasil, país de dimensão continental, sentiu, em determinado momento, haver chegado a hora de expandir o seu desenvolvimento, aproveitando as imensas riquezas do seu solo e organizou, o seu governo, um cronograma de realizações de alta rentabilidade para o País, sem, no entanto, fazer previsões do que pudesse acontecer à corrida desenvolvimentista.

Não se limitou ao aproveitamento dos grandes cursos d'água, para construir as grandes hidrelétricas — tipo Tucuruí e Itaipu; à exploração do nosso minério em Carajás, do carvão mineral do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a construções de ferrovias como a do Aço, Tucuruí - Itaqui, no Maranhão - e rodovias - Transamazônica e Perimetral Norte; Cuiabá-Porto Velho, Belém-Brasília, Porto Velho-Río Branco, todas de real importância para o escoamento da nossa produção.

Enveredou para a política nuclear, que nos parece constituir-se na maior fonte de sangria causada ao nosso erário, se bem que necessária, sobretudo se encarado dentro do aspecto de fator concorrente energético e de segurança nacional. Mas a rigor não deveria ser considerada prioridade número I, senão e no máximo duas "Angras", que vêm dando dor de cabeça pelo seu mau assentamento (o estaqueamento, conforme repetidos depoimentos do Senador Dirceu Cardoso, neste plenário) e vazamentos noticiados pela imprensa, assustando os habitantes da cidade fluminense.

Afora a natural imprevidência, muitas vezes mascarada pela euforia de importantes realizações, já que não contavam os nossos governantes com a surpresa desagradabilíssima que lhes reservava a OPEP, viu-se a Nação, de um momento para outro, envolvida por um dramático dilema: parar as grandes obras seria um prejuizo irreparável, ou, então, diminuir-lhes a execução, dentro de um cronograma adequado à nova realidade econômica, o que seria menos doloroso, mesmo por permitir chegar-se ao fim das obras iniciadas, que oferecerão, num futuro próximo, altos lucros à Nação.

Foi o que aconteceu. As despesas com as usinas nucleares decresceram em muito, com o adiamento anunciado pelo MME. Suas construções - Tucuruí e Itaipu - as grandes hidrelétricas, continuam em ritmo normal. As de pequeno porte, como Balbina e Samuel, sofreram desaceleração no seu cronograma, mas estarão prontas ainda no Governo do Presidente Figueiredo.

Enquanto o Presidente da República luta com a sua equipe do primeiro escalão para vencer as dificuldades financeiras que se antepõem aos seus passos, surgem fatos desagradáveis tipo Delfin e CAPEMI, que só prejuízos trazem ao País.

Tais ocorrências demonstram a insensibilidade daqueles que receberam do Governo uma missão e, pelo que se sabe, não se houveram com dignidade e honradez.

São fatos que merecem ser apurados e esclarecidos à opinião pública brasileira.

O Presidente Figueiredo, que vem lutando com bravura inexcedível para vencer a batalha da inflação, enfrentando obstáculos que, às vezes, parecem intransponíveis, não pode ser traído nos seus honestos propósitos por pessoas em quem confiou e não viu retribuída a sua confiança.

Daí a esperança do povo, na punição dos culpados, para não passar em julgado os que cometeram desonestidades com a malversação dos dinheiros públicos.

Não obstante o surgimento de fatos tão desprimorosos, não se abateu o ânimo presidencial no encaminhamento, através da área econômica, de soluções a curto e médio prazos para a dívida externa e balança de pagamentos.

Foram estes dois assuntos bem dissecados durante a permanência do Ministro Ernane Galvêas, no plenário do Senado Federal.

Moratória e FMI tornaram-se os bodes expiatórios. Sobre a primeira, eu já tive oportunidade de reportarme, em discurso pronucniado em dias do mês pretérito, em que fiz inserir naquele modesto pronunciamento o artigo do jornalista Joelmir Betting, em que ele chamava a moratória de eutanásia, a morte por antecipação da economia brasileira.

O Sr. Pedro Simon — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. ALMIR PINTO - Com o maior prazer.

O Sr. Pedro Simon - V. Ext abordou há poucos instantes, com muita propriedade e muito significado, problemas tipo Delfin, pessoas que abusaram da confiança, cuja responsabilidade merece ser apurada e que os culpados sejam apontados e tenham a devida condenação. Realmente, é muito importante o pronunciamento de V. Ex*, porque esses fatos se vêm sucedendo ao longo do tempo. A grande verdade é que inúmeros fatos iguais a esse aconteceram, as manchetes dos jornais noticiaram, alguns foram susceptíveis de criação de comissões parlamentares de inquérito, outros foram susceptíveis de criação de comissão de inquérito a nível do Poder Executivo, fatos tipo Delfin, tipo CAPEMI aconteceram, mas nós não temos notícia de nenhuma consequência, de nenhuma conclusão que se dissesse "isso aconteceu; fulano è culpado; recebeu a devida punição; foi obrigado a indenizar". Pelo contrário, o que acontece é que esses fatos se verificam, são notícias, são manchetes; daqui a pouco, acontece outro fato que passa a ser notícia, e o anterior passa a diminuir a sua presença no jornal, e termina caindo no esquecimento. Parece-me, nobre Senador, que é exatamente o aspecto da impunibilidade que faz com que esses fatos se repitam, porque se esses acontecimentos tivessem por parte do Governo uma ação rápida, uma ação real e uma conclusão que lançasse, perante a Nação, a responsabilidade dos culpados, isso serviria de coação moral no sentido de que outros aventureiros não se aventassem a praticar atos desonestos dessa natureza. Agora, no momento em que as coisas continuam como estão, e as manchetes são esquecidas, e a impunibilidade aparece, isso serve de estímulo para que outros fatos dessa natureza aconteçam. Pareceme que neste aspecto. Executivo, Legislativo, nós deveríamos estar atentos para uma ação que fosse real, que fosse concreta, uma ação que deveria ser não apenas da Oposição mas do parlamento no seu conjunto, e que não deveria ser apenas do Congresso mas do Executivo, porque me parece que ele deve ser o principal interessado em que esses fatos sejam apurados, para que, em os responsabilizando, cresça a sua imagem, e não fique ele com uma co-responsabilidade passiva da sua existência. Louvo o pronunciamento de V. Ex‡ quando está a dizer que os fatos aconteceram e que devem ser apurados e punidos os culpados, mas chamo a atenção para o detalhe de que, infelizmente, nem as comissões parlamentares de inquérito que o Congresso tem criado, ao longo do tempo, nem as comissões de inquérito que o Poder Executivo cria a qualquer escândalo dessa natureza que surja, chegam a uma conclusão. E isso fica ruim diante da opinião pública; leva o Governo, leva a nôs, leva todos a um descrédito perante a opinião pública. Meus cumprimentos, nesse aspecto, ao pronunciamento de V. Ex‡

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte por demais oportuno de V. Ext. Devo dizer que praticamente este meu despretensioso discurso coincide exatamente com a presença — e louvemos o Parlamento Nacional — com a presença de um Ministro de Estado na Câmara dos Deputados, que vai dizer aos representantes do povo brasileiro a precisão ou a imprecisão das manchetes de jornais. Não estou dizendo aqui — e quero deixar isso bem claro, porque não tenho nenhuma documentação em mãos — que houve isso ou aquilo com a CAPEMI e com a Delfin.

O grande Ministro do Interior, Sr. Mário Andreazza, está a prestar esclarecimentos ao povo brasileiro através de seus lídimos representantes na Câmara Federal. Na tarde de hoje, vamos saber o que na verdade aconteceu em relação à Delfin, e eu digo com toda a honestidade que não sei o que foi.

Se mencionei o caso aqui, foi por esse quase clamor público que a imprensa fez em torno desses dois casos. Não sei o que a Delfin fez; estou sabendo mais ou menos o que a CAPEMI fez, porque estão lá os empregados da CAPEMI tomando conta de uma área onde estão os pertences daquela companhia, para receberem os seus salários e suas indenizações. Alguma coisa houve, alguma coisa não deu certo, alguma coisa não correu direito. Isso deve ser bem esclarecido, porque esse é o desejo como V. Ex* bem diz - de Sua Excelência o Presidente da República, porque, se ele assim não desejasse, haveria uma certa maneira de evitar a presença do Ministro que vem falar sobre o assunto. Mas Sua Excelência acha que deixar erros em impunidade é um desestímulo à honestidade. Este é o grande princípio que norteia o pensamento de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Ele quer as coisas limpas, e nós também queremos; se ele quer, o povo brasileiro talvez queira mais do que ele, porque sente na sua própria pele aquilo que de certa maneira vai desfalcar e em muito os bens da própria nacionalidade, que são os bens do povo.

Agradeço o aparte de V. Ext e tenho a grande confiança de que dentro do Governo Figueiredo serão bem esclarecidos esses dois problemas que não posso esclarecer, não sei esclarecer, porque não sou da área, sou apenas um modesto representante daquele Nordeste sofrido. Aqui, como todos os demais representantes dos Estados nesta Casa, desejo um esclarecimento perfeito do que aconteceu em relação aos dois órgãos. Eu mesmo não sei. Vejo que o meu conterrâneo e Vice-Líder do Governo está para me pedir um aparte. Acredito que S. Ext trará alguma coisa que esclareça minhas dúvidas.

O Sr. José Lins - Permite V. Ext um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Concedo o aparte ao nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Senador Almir Pinto, é oportuno esclarecer que a responsabilidade daqueles que estão na gestão da coisa pública é maior do que a daqueles que simplesmente criticam. Se o Governo fosse considerar válidas acusações levianas contra órgãos, homens e instituições, e levá-los, por isso, à rua da amargura, devido a acusações sem fundamento, realmente não estaria senão contribuindo para conturbar o quadro social do país. Hoje, o ilustre Ministro Mário Andreazza se apresenta por livre e espontânea vontade...

O SR. ALMIR PINTO — Estou louvando o gesto de S. Ex?

O Sr. José Lins — ...à Câmara Federal, para prestar esclarecimentos sobre as dúvidas levantadas quanto ao caso da Delfin. Há poucos dias veio a esta Casa — e V. Ex³ mencionou esse fato no seu discurso — o ilustre Ministro da Fazenda. O que não se pode, nobre Senador, sob pena de se estar cometendo injustiças profundas, é levar à rua da amargura pessoas que são levianamente acusadas sem fundamento.

O SR. ALMIR PINTO — Respondendo, com muito prazer, ao aparte de V. Ex*, justamente porque no início de sua intervenção, o nobre Líder falou em dúvidas, e o que queremos, todos nós, brasileiros, é o esclarecimento dessas dúvidas, para que não pesem sobre a ou b, porque, se existem dúvidas, por exemplo, sobre tal fato da administração pública brasileira, vão essas dúvidas recair sobre uma gama enorme de pessoas que trabalham na administração pública brasileira. Então V. Ex* colocou muito bem: dúvidas.

O Sr. José Lins - V. Ext me permite?

O SR. ALMIR PINTO — Vamos esclarecer as dúvidas, para deixar bem claro que o Governo está agindo bem, ou alguns elementos da sua equipe não estão agindo bem. É isso que o Presidente Figueiredo quer saber.

O Sr. José Lins — V. Ext tem razão, mas é preciso dizer que essas dúvidas têm sido esclarecidas. Ainda há poucos dias fiz dois pronunciamentos sobre o caso da CAPEMI em Tucuruí. O problema é que, parece, ninguém presta atenção ao que se diz, e já ficamos sem saber a quem recorrer para dar mais explicações, já que essas explicações, aparentemente, não servem para esclarecer a ninguém.

O SR. ALMIR PINTO — Estive alguns dias ausentes da Casa. Não sei se a imprensa reproduziu o pensamento de V. Ex* Digo a V. Ex* com toda a sinceridade, não sei nada de certo sobre a CAPEMI. Só sei aquilo que está lá, que a televisão mostrou, aquele pessoal todo reclamando o seu pagamento, as suas diárias, as suas indenizações. Agora, pergunto: para onde foi o dinheiro daquele negócio todo que foi feito lá em Tucuruí? A CAPEMI deve saber. Sou o homem de Governo, mas gosto das coisas bem esclarecidas, bem explicitadas, porque procuro andar direito na minha vida. Estou completando, este ano, 40 anos de vida pública, e sempre procurei cumprir o meu dever. Agora, não aceito é ficar em desigualdade que, andando direito, em relação àqueles que procedem de maneira criminosa em relação ao bem público. Vamos ver quem é que está certo, ou quem está errado. Não quero dizer que eu seja um puritano. Não! Todos temos os nossos pecados — isso vem do começo do mundo. Todos, repito, temos os nossos erros! Vamos, então, esclarecê-los. Hoje segundo podemos esperar, teremos um esclarecimento perfeito, do Ministro Mário Andreazza sobre a Delfin. É problema que envolve o BNH e outras entidades. Nada mais fácil que o Ministro, agora, esclareça os fatos, para ficarmos cientes de que não houve comprometimento da entidade no affaire que a envolveu.

Quanto à CAPEMI, tudo indica que aconteceu algo de anormal: atraso de pagamento ao pessoal e de indenização, porque o dinheiro desapareceu! Tanto desapareceu que foi preciso o Governo Federal pagar àquela gente, garantido com a madeira que estava armazenada na CIBRAZEM, e que responderia às despesas que o Governo iria fazer, com o pagamento àquele pessoal.

O Sr. José Lins - V. Ext me permite?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não.

O Sr. José Lins — Aproveito o discurso de V. Ex* para dar outra informação, já que V. Ex* diz que não tem nenhuma. É público e notório, e já por duas vezes fiz refe-

rências em dois pronunciamentos sucessivos nesta Casa que o Governo Federal contratou com a CAPEMI o aproveitamento da madeira da área a ser inundada pela barragem de Tucuruí. A CAPEMI, entretanto, fracassou nesse contrato.

O SR. ALMIR PINTO — Adianto a V. Ext que participei de uma reunião da SUDAM em Belém, em que na ocasião foi discutido o problema do desmatamento da área de Tucuruí, que deveria ser feita dentro de um prazo "x", sob pena de acontecer um grande prejuízo para o País pelo soçobramento daquela mata que a barragem iria cobrir. Lá estive presente, com vários representantes de Ministérios. Um dos presentes, que, infelizmente, agora não recordo seu nome, na ocasião disse que achava que aqui, dentro do Brasil, talvez, não houvesse companhias especializadas para em tempo hábil, fazer aquele desmatamento de muitos mil hectáres. À última hora, apareceu a CAPEMI, não tinha, como provou, condições para fazer o desmatamento.

O Sr. José Lins — É verdade. O contrato foi feito com todas as garantias. Entretanto, segundo se sabe, houve má administração do projeto de aproveitamento da madeira. Em decorrência, nobre Senador, o Governo, depois de uma série de tentativas para que o projeto tivesse curso normal e chegasse aos objetivos desejados, foi obrigado a denunciar o contrato da CAPEMI. Realmente, a essa altura, a CAPEMI tinha sérios problemas locais. Inclusive atrasos de pagamento de obrigações trabalhistas, do pagamento de seus operários e V. Ex* sabe disso pelos jornais, e o que quê o Governo fez?

- O SR. ALMIR PINTO Não estou, nobre Senador...
- O Sr. José Lins Quero dar essa explicação, porque serve também...
- O SR. ALMIR PINTO Eu sei. Não estou condenando o Governo, estou condenando a CAPEMI, porque ela não cumpriu com as suas obrigações. O público está culpando a CAPEMI. Eu afirmei aqui que não sabia de nada sobre a CAPEMI. Apenas fiz a menção a coisas que acontecem e que não agradam muito ao Presidente Figueiredo.
- O Sr. José Lins Nobre Senador, pedi a V. Ex* um aparte. V. Ex* disse que sabe que houve erros graves. Eu me propus a dar esclarecimentos a V. Ex*
- O SR. ALMIR PINTO Perfeito.
- O Sr. José Lins V. Ext sabe que há problemas sociais em Tucuruí.
- O SR. ALMIR PINTO Pergunto a V. Ex*; houve ou não erro?
- O Sr. José Lins Houve erro. Estou confirmando isso a V. Ext...
- O SR. ALMIR PINTO Então, V. Ext está comigo. Está dada a explicação.
- O Sr. José Lins Eu desejo apenas explicar que o problema social, foi criado à revelia do Governo. Ninguém deseja isso. Todavia é o Governo que está resolvendo. Como? O Governo, para ajudar, comprou da CAPEMI com o compromisso de que a receita seja destinada a pagar os operários que estavam lá sofrendo o atraso dos seus vencimentos. Era isso que queria dizer a V. Ext
- O SR. ALMIR PINTO Agora, pergunto a V. Ext. e com quem ficou aquele empréstimo de 100 milhões de dolares feito aos bancos franceses? Isso é que precisa ser esclarecido. Essa é que é a verdade, nobre Senador. Eu não quero dizer que a CAPEMI fez isso, fez aquilo outro, porque não tenho nenhum dado sobre o caso. Desejo o esclarecimento do assunto. Também o Presidente Figueiredo quer isso bem debulhado, bem explicitado. V. Ext. como eu, reconheceu que houve erro.

Eu não la falar hoje sobre a CAPEMI, porque quem estava falando sobre o grupo Delfim é o Ministro Mário Andreazza, que, com o seu espírito democrático, veio à Câmara Federal dar explicação aos representantes do povo, portanto muito louvável a atitude do ilustre Ministro.

Por conseguinte, nobre Senador, não la falar como disse sobre CAPEMI nem tampouco sobre o Grupo Delfim. Apenas fiz menção, de raspão, àquilo que vem acontecendo e que não tem sido do agrado do Presidente Figueiredo, que deseja tudo bem esclarecido. Na verdade, ele é o Presidente de todos os brasileiros e tem responsabilidades como Primeiro Mandatário da Nação brasileira.

- O.Sr. José Lins Peço perdão a V. Ext Me fez uma pergunta e eu tentei respondê-la. Estou vendo que V. Ext não gostou. Peço-lhe desculpas.
- O SR. ALMIR PINTO Não, eu...
- O. Sr. José Lins V. Ext, aliás acabou de fazer outra pergunta.
- O SR. ALMIR PINTO Qual foi a outra pergunta que fiz a V. Ex*?
- O Šr. José Lins V. Ex* deve saber. V. Ex* disse: "pergunto ao nobre Senador José Lins se houve erro ..."
- O SR. ALMIR PINTO Eu perguntei a V. Ex* se houve ou não. erro!
- O Sr. José Lins V. Ext me perguntou: "pergunto ao nobre Senador José Lins se houve um empréstimo de 100 milhões de dólares". Não vou responder, já que V. Ext não o quer.
- O SR. ALMIR PINTO Eu não perguntei isso a V. Ext, mas sim, quem iria responder por esses 100 milhões de dólares. Eu perguntei a V. Ext se tinha havido erro ou não, e V. Ext disse que havia. Então vamos esclarecê-los.
- O Sr. Gastão Müller -- Permite V. Ext um aparte?
- O SR. ALMIR PINTO Pois não.
- O Sr. Gastão Müller Nobre Senador Almir Pinto, não há dúvida de que houve erros no affaire CAPEMI, estou de pleno acordo com V. Ext Endosso as ponderações de V. Ext O Presidente Figueiredo jamais pensaria numa desonestidade. Não está S. Ext de acordo com o que aconteceu na CAPEMI. Mas, melhor do que nós todos, quem já esclareceu aquí e pode repetir para V.Ext coisas importantes sobre o assunto é o nobre Senador Hélio Gueiros, do Pará, que sabe detalhes desse affaire CAPEMI, tão afamado, com absoluta isenção de ânimo, porque S. Ext viveu esse problema lá no Estado do Pará, quando da concorrência para a exploração da madeira, para a limpeza da área de Tucuruí.
- O Sr. Marcelo Miranda Permite V. Ext um aparte? (O Senhor Presidente faz soar a campainha.)
- O SR. ALMIR PINTO Sr. Presidente, peço a V. Ext que me conceda alguns minutos a mais para que eu possa conceder o aparte ao nobre Senador Marcelo Miranda.
- O Sr. Marcelo Miranda (Com assentimento.) Nobre Senador Almir Pinto, é claro que este assunto, que V. Ex* acaba de dizer que tratou de raspão DELFIN/CAPEMI surtiu aqui mesmo apartes, inicialmente até contundentes. O nobre Senador Pedro Simon cumprimentou V. Ex* por reconhecer a necessidade de se esclarecer à Nação e ao povo brasileiro sobre cada um desses casos que a imprensa trata como importantes casos que estão sendo ouvidos e vividos pelo povo de maneira até alarmante como o é DELFIN/CAPEMI. O nobre Senador José Lins diz que por duas ou três vezes tratou do caso CAPEMI. Espero que este caso volte ainda ao Plenário do Senado para ser discutido a fundo: Sobre o desmatamento em barragens, e me permito dizer a V. Ex* que já participei de construção e desmatamento.

Tecnicamente, tudo isso que estamos vendo, ouvindo e lendo sobre contratos da CAPEMI, uma empresa que entrou na operação quando o contrato estava nas mãos da ELETRONORTE e dela foi retirado, para que se pudesse pedir ao IBDF, para que se pudesse pedir ao INCRA a permissão da exploração da madeira naquela região, esse desmatamento poderia ter sido conseguido se tecnicamente tivesse sido feito um estudo pormenorizado do assunto através das próprias empreiteiras que lá se instalaram. Há tempo necessário e suficiente para que o lago seja preenchido. Essa madeira terá que ser retirada. Se tivesse havido um estudo correto, não estaria acontecendo esse desastre da CAPEMI que hoje estamos vendo. Muito obrigado a V. Ex*

O SR. ALMIR PINTO — Agradeco de V. Ex $^{\bullet}$ o aparte.

Quero justamente dizer isto: se há dúvidas, então, vamos esclarecê-las.

- O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) A Mesa comunica a V. Ext que o seu tempo está esgotado.
- O SR. ALMIR PINTO Sei que o meu tempo está esgotado. Recorro à liberalidade da Mesa, para que dilate o meu tempo o suficiente, a fim de que eu possa concluir o meu pronunciamento, assim como faz quando concede aos outros colegas que ocupam a tribuna, principalmente quando se trata de assunto que reputo de interesse nacional.
- O Sr. Hélio Gueiros Permite-me V. Ex* um aparte, nobre Senador Almir Pinto?
- O SR. ALMIR PINTO Pois não. Ouço o aparte de V. Ex*
- O Sr. Hélio Gueiros Antes de tudo, quero louvar a independência de V. Ext em ventilar um tema que, eventualmente, trisca no Governo Federal, no qual V. Ext se apóia, como brilhante membro da Bancada do PDS.
- O SR. ALMIR PINTO Muito obrigado!
- O Sr. Hélio Gueiros Mas creio que esse deve ser o dever de todo legítimo representante do povo brasileiro. como é V. Ex* e todos os demais integrantes desta Casa. Não resta a menor dúvida, ilustre Senador Almir Pinto, embora esteja contribuindo para o desvio do tema inicial do discurso de V. Ext, que o Governo tem a sua parcela de responsabilidade no escândalo da CAPEMI. Eu tenho aqui, eminente Senador Almir Pinto, um exemplar do Diário Oficial, de outubro de 1981, em que o Deputado Hélio Duque, do Paraná, já denunciava à Nação que a CAPEMI não iria ter condições de cumprir com o contrato. O Deputado fez a denúncia. Mas o interessante é que o Governo, embora advertido, veio, através do seu Vice-Líder na Câmara dos Deputados, o eminente Deputado Jorge Arbage, dizer que tudo estava certinho como dois e dois são quatro, só que, a rigor, nós estamos vendo, hoje, que dois e dois são cinco. Na resposta ao Deputado Hélio Duque, o Ministro Amaury Stábile declara que entregou para a CAPEMI a tarefa do desmatamento porque

"Seria um risco elevado colocar um Projeto com esse vulto nas mãos de empresas que não poderiam oferecer garantia satisfatória. Por isso, o capital exigido pelo IBDF, para a execução do Projeto, foi um fator limitante para diversas empresas, embora, mesmo assim, fossem muitas as empresas que reuniam condições de participar da concorrência."

E, mais adiante, diz o Ministro:

"A garantia oferecida pelo Sistema CAPEMI, excedeu em muito, ao exigido no edital de concorrência, haja vista o potencial daquele sistema, como pode ser observado no item seguinte, ..." E esclarece aqui todas as disponibilidades da CAPEMI."

Dessa maneira, eminente Senador Almir Pinto, o Governo é o responsável pela situação de Tucuruf. Ele, se

está pagando agora a troco de madeira, não está fazendo mais do que a obrigação, porque ele achou que a CAPE-MI tinha dado garantia demais, como está dito pela letra do Ministro. E outra coisa: não pode queixar-se que a CAPEMI não estivesse extraído madeira, porque diz ainda o Ministro: "O Ministério da Agricultura mantém, na área do projeto, 50 profissionais encarregados de fiscalizar toda a madeira retirada pela CAPEMI. Esse grupo de profissionais é composto de engenheiros florestais, engenheiros agrônomos, anatomistas, guardas florestais, enfim, estava todo mundo do Ministério da Agricultura, em outubro de 1981, em Tucuruí, fiscalizando, vigiando a CAPEMI. Apesar de toda essa vigilância, de todo esse zelo exagerado do Ministério da Agricultura, a verdade ê que foi um fracasso terrível, porque a CAPEMI só fez dilapidar recursos internos e externos, criando ainda um problema social muito sério lá em Tucuruí. Essa empresa deixou ao abandono, sem pagar salários, sem dar a menor assistência a cerca de 4 a 5 mil empregados seus. Então, nobre Senador Almir Pinto, louvo V. Ext por essa atitude. O Governo não se pode queixar que está gastando dinheiro hoje lá em Tucuruí, porque, no fundo, ele é o único e exclusivo responsável pela irresponsável decisão de entregar à CAPEMI o desmatamento de Tucuruí.

O SR. ALMIR PINTO — Eu agradeço a V. Ex*, mas não sei se V. Ext ouviu o início do meu discurso, onde eu dizia exatamente isso, que o Presidente Figueiredo, a braços com essa dificuldade econômica por que passa o País, confia encargos a pessoas que S. Ext acredita ser de credibilidade e, no final, essa credibilidade é posta à prova. Isto é o que vem acontecendo. Tenho absoluta certeza de que o Presidente da República não concorda com o que aconteceu em relação à CAPEMI ou a qualquer outro órgão. Aí está, como já disse, o Ministro Mário Andreazza, falando sobre a DELFIN, perante a Câmara Federal e, aqui, o Líder José Lins, por duas vezes, já prestou esclarecimentos, mas, na verdade, isso tudo que vem acontecendo, necessita de ser mais explicitado, porque, como bem disse o Sr. Senador José Lins, há erros, e vamos saber quais são esses erros para corrigi-los. É só isso, nada mais,

O Sr. Alexandre Costa — Permite-me V. Ext um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não, nobre Senador Alexandre Costa, ouço V. Ex*

O Sr. Alexandre Costa — Nobre Senador Almir Pinto, eu vejo que no discurso de V. Ext, aliás muito bem assentado, V. Ext não esta acusando ninguém, mas mesmo não acusando ninguém, levanta-se seu Líder José Lins para defender.

O SR. ALMIR PINTO — Eu não acuso porque não tenho nada para acusar.

O Sr. Alexandre Costa — Eu não estou querendo que V. Ex* acuse.

O SR. ALMIR PINTO — Eu sei, eu estou aprendendo o pensamento de V. Ex*

O Sr. Alexandre Costa - Eu estou apenas fazendo uma referência, V. Ext, não estando acusado, mesmo assim, o Lider levanta-se para defender. Ora, nobre Senador Almir Pinto, até mesmo pelo cálculo de probalidade, o Senador José Lins, como engenheiro deve ser um expert, deveria haver acusações que não teria defesa. Como, por exemplo, esse caso do valor potencial de um terreno da Delfin, e essa história da CAPEMI, essa triste história que e uma vergonha nacional, esse escândalo da CAPEMI. Mas o que eu desejo é que o nobre Senador José Lins, ilustre Líder, engenheiro competente, tenha imaginação e mais que imaginação para poder convencer este Plenário que terreno potencial é válido e convencer também a respeito daquela CAPEMI que atingiu até o Maranhão, porque lá, no Banco do Nordeste, no Maranhão, em São Luíz, ela tirou I bilhão de cruzeiros de empréstimo com aval — o que eu desejo é que Deus dê imaginação ao Líder para mostrar a todos nós que tudo isto está certo.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Ext que vem corroborar o ponto de vista do nobre Sendor José Lins, que se de fato houve erros, acho devem ser apurados.

Então, dizia eu que, quando se falava em moratória, os jornalistas Joelmir Betting achou que a moratória no caso representaria o papel de uma eutanásia.

Dizia o articulista: somos um país que ainda possui muita vida e muitos recursos a explorar, como submetêlo a tamanho ultraje?

E o pensamento do inteligente jornalista encontrou pleno endosso do competente Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

S. Ex⁸. — na sua bem fundamentada conferência, nesta Casa, demonstrou, no calor dos debates, a sua inaceitação pela preconizada Moratória, — e assim se expressou: — "Quem tem crédito, usa o crédito, não pede Moratória!"

A frase, no entender de um articulista paulistano, pode ter dois gumes, mas, acredito que, a essas alturas dos acontecimentos, as atitudes a serem tomadas neste transe difícil por que passa a economia nacional, deverão ser — medida, pesada e contada — é o célebre mane-tecel-fâres!

Evidentemente, não será pelo fato deste ou daquele procedimento ter dois gumes, se vá cruzar os braço, o que, no meu entender, refletiria irresponsável estagnação.

E não é isto o que o jornalista deseja, já, como ele mesmo reconheceu, haver o Ministro Galvêas, pintado com cores vivas, a situação em que ficaria a economía nacional se se decretasse uma *Moratória*.

Não sei se seria esta a melhor coisa para a economia brasileira.

Não sou economista, mas sempre estou a me louvar no que leio sobre a presente conjuntura econômica do País.

Decretada a Moratória, o que aconteceria de imediato, de acordo com o pensamento do Ministro da Fazenda:— a vida econômica estancar-se-ia bruscamente — navios ancorados nos portos por falta de derivados de petróleo, estradas sem caminhões, cidades sem ônibus, fábricas sem matérias-primas e ruas repletas de desempregados.

Se o quadro pintado pelo Ministro, como o próprio articulista reconhece, lhe permite entrever o que decorreria dessa situação, qual então, o caminho a seguir senão, o de, por todos os meios, combater as causas para com isto minimizarmos os efeitos.

Detive-me na leitura do importante artigo do culto homem de imprensa paulistano, em que faz uma análise honesta dos procedimentos econômicos adotados pelo Governo.

E ao referir-se ao balanço de pagamentos S. S*. assim se expressou:

"Toda a argumentação do Ministro da Fazenda se apoia numa estimativa do balanco de pagamentos. É claro que se todas as previsões se confirmarem não haverá problemas este ano". Espero que isso aconteça, se Deus quiser. "Mas, é preciso examinar a validade das hipóteses de trabalho. Em primeiro lugar, importa considerar a previsão do superávit de seis bilhões de dólares da balança comercial. Ora, ninguém pode dar como certa essa previsão, muito embora pese agora, em seu favor, uma significativa redução dos preços do petróleo. A razão principal da incerteza reside na exportação, cujo valor, nos dois primeiros meses deste ano, foi 4,6% mais baixo de que nos dois primeiros meses de 1982. limitando o superávit do bimestre passado a 330 mi-Ihões de dólares. Todos sabem que a expansão das exportações depende de vários fatores e que a maxidesvalorização, por si só, não conduz à meta almejada. Aliás, os principais fatores (recuperação económica dos países industrializados, reativação da economia dos países do Terceiro Mundo, elevação dos preços das commodities, etc.) não dependem de nós. Só podemos controlar as importações, mas, a falta de matérias-primas necessárias à produção pode acarretar sérios percalços."

É certo que se formos temerosos ou pessimistas nas previsões, nada de positivo conseguiremos. Cautelosos, sim!

O trabalho que vem sendo executado pela área econômica do Governo Figueiredo tem que ser bem pensado, para não aprofundar o fosso.

A responsabilidade é muito grande, já que se vem trabalhando em cima de uma situação que não foi devida ao desempenho governamental e, sim, nos foi imposta de fora para dentro.

Se houve pecado, este decorreu do desejo maior de crescer rapidamente, e de um pouco de imprevidência.

O quadro internacional já começa a se modificar para melhor, para os países em desenvolvimento.

O petróleo aí está declinando de preço, depois de se haver constituído, na década de 70 a esta parte, na maior causa da inflação mundial.

As esperanças renascem para o 3º e 2º e até mesmo o primeiro Mundo, com o desafogo de suas moedas, face a queda do dólar do barril de petróleo.

Teremos nós brasileiros, de encararmos o momento atual com muita seriedade e confiança nas nossas potencialidades, sem aquele pessimismo entorpecente que entibia o ânimo e quebranta o esforço, mutilando-lhe o alcance.

Èra o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 6-4-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. HUMBERTO LUCENA (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem, o nobre Senador Severo Gomes, por delegação desta Liderança, colocou, perante esta Casa, a posição da Bancada do PMDB, face aos graves e lementáveis acontecimentos que tumultuaram, ontem e anteontem, a cidade de São Paulo. Mais tarde, às 17 horas, a Comissão Executiva Nacional do PMDB, sob a presidência do nobre Deputado Ulysses Guimarães, ao tempo em que tomava conhecimento dos fatos ocorridos na capital paulista, não só terminou por apelar ao povo daquela grande cidade no sentido de contribuir para a tranquilidade pública, como, por igual, manifestou a sua irrestrita solidariedade ao Governador Franco Montoro, recém empossado no Governo do Estado de São Paulo, eleito que foi pela maioria esmagadora de milhões de votos dos paulistas.

Volto hoje a esta tribuna para colocar dois pontos, em termo do assunto. O primeiro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, leio para que conste dos nossos Anais o pronunciamento que o Governador Franco Montoro fez ao povo paulista, através de uma cadeia de televisão. Ei-lo, textualmente:

"Como Governador do Estado, quero dirigir-me à população de São Paulo, a respeito das ocorrências que são do conhecimento geral.

Grupos de manifestantes embora levantando reivindicações justas, quebraram o clima de tranquilidade pública que deve prevalecer em São Paulo e que é de meu dever preservar em nome dos interesses da coletividade.

A uma delegação que recebi no Palácio do Governo, reafirmei o absoluto empenho de minha administração em dar solução aos problemas que afligem o nosso povo, de modo especial o desemprego — que é o resultado de uma política económica recessiva que sempre combatemos.

Não posso deixar de destacar, em meio à crise nacional que atinge a todos, a espantosa liderança que recebemos da administração passada — verdadeira massa falida, que o meu governo precisa enfrentar.

Apesar de apenas 20 dias de governo, um conjunto de providências vem sendo adotado, algumas de caráter de emergência, outras de maior profundidade, como frentes de trabalho, mediante obras públicas ao nível de Estado e dos municípios, e sobretudo o redirecionamento dos recursos gastos em grandes obras, de sorte a dar a eles uma aplicação socialmente adequada e justa. Destas primeiras medidas, hão de resultar, a curto prazo, 40 mil novos empresos

Fiz hoje um apelo aos empresários, através das Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, para que colaborem com o Poder Público, evitando as despedidas e criando nova oportunidade de trabalho. Este meu apelo foi atendido. O Governo está adotando medidas que facilitam o crédito às pequenas e médias empresas com o intuito de fortalecer a geração de empregos.

Recebi também lideranças sindicais que vieram hipotecar solidariedade a meu governo. O diálogo franco e aberto com a população continuará sendo nosso compromisso, assegurada a reciprocidade de respeito que se deve, de um lado, ao povo, e de outro às autoridades constituídas.

Respeitando o legítimo direito de o povo reivindicar os seus direitos, devo observar que as manifestações ocorridas em vários pontos da Capital, as informações falsas da existência de bombas em secretarias de Estado, as depredações e os saques, tudo leva a crer na existência de um plano concertado de pequenos grupos, com o objetivo de tumultuar a reorganização democrática da qual o governo de São Paulo é uma expressão legítima.

Fique a população tranquila, os comerciantes, todos podem ficar seguros. Reafirmando as minhas profundas convicções democráticas, declaro que a ordem pública será mantida.

A Secretaria da Segurança Pública está por mim orientada a agir com energia, para garantir a integridade física das pessoas e os patrimônios públicos e privado.

O Governo dispõe de todos os meios materiais, da legitimidade e da determinação necessária para assegurar a tranquilidade de todos. Reasirmo enfaticamente: a ordem pública será mantida.

A vontade de mais de cinco milhões de brasileiros não será fraudada pelas maquinações de interesses contrários aos interesses do povo de nossa terra."

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ext um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA - Pois não, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — Começo pedindo desculpas a V. Ext e aos eminentes colegas se vou ser repetitivo, dizendo e lendo coisas já ditas e lidas aqui. Mas eu quero aproveitar a oportunidade para dar a minha versão das causas das depredações em São Paulo.

"O Ministro Ernane Galveas, em entrevista à imprensa, em agosto de 1981, disse: "A inflação é o quinto cavaleiro do Apocalipse, que rouba a esperança dos pobres, agravando a fome e o desemprego e faz tremer os ricos, solapando as suas propriedades e o seu patrimônio".

O Presidente Figueiredo, no seu discurso de posse — e é mais uma repetição que vou fazer — disse:

"Reafirmo: o combate à inflação é condição preliminar do desenvolvimento e será mantido com intensidade proporcional aos malefícios da elevação contínua dos precos."

Lembrem-se, Srs. Senadores que, à época de sua posse, a inflação do ano anterior tinha sido de 41%,

com a qual o Presidente ficou alarmado, e então reafirmou itensificar o combate à inflação, depois ao final do ano de 1979, o seu primeiro ano de Governo, a 7 de dezembro de 1979, Sua Execelência ocupou a televisão e tornou a falar sobre a inflação, dizendo:

"Desde o primeiro momento em que assumi a responsabilidade do Governo senti claramente que não poderia realizar os anseios da sociedade brasileira sem atacar, como medida prioritária, o grave problema da inflação".

"A inflação, incontrolada, é o inimigo insidioso, que solapa as bases da tranquilidade social e a estabilidade política."

E. mais adiante:

"Precisamos mobilizar todas as vontades nacionais para vencer o inimigo desestabilizador da ordem e da paz social; a inflação."

Deu-se justamente o que o Presidente previu: a inflação descontrolada desestabilizou a ordem social, em S. Paulo inflação de 77% no seu primeiro ano de Governo; no segundo ano, de 110%; no terceiro ano, de 95%; agora, no último ano, de 1982, 100%; nos últimos 12 meses, de março de 1982 a março de 1983, a inflação vai a 109%, pelo menos, e como eu já disse, nos seus 4 anos de Governo, a inflação Figueiredo já foi a 1517%.

A maior taxa antes ocorrida foi no Governo Geisel, de 409%.

Esses 1517% significam que o que custava mil cruzeiros, antes do Presidente Figueiredo, agora custa 51 mil
cruzeiros. Então, houve aquilo a que se referiu o Ministro Galvêas: "o Agravamento da fome e do desemprego", pela inflação, o que atesta o fracasso dos comandantes da política econômica. Esta é a verdade. E general
que perde uma batalha é execrado, é destituído e, às vezes, é fuzilado. Mas os nossos generais do trio comandante da inflação permanecem irremovíveis.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com todas as homenagens!

O Sr. Luiz Cavalcante — O General Galtieri, da Argentina, está em vias de ser submetido a um tribunal militar, por ter perdido a Guerra das Malvinas.

Não se vai pedir a substituição do Ministro César Cals, que está sendo vitorioso na batalha pela produção de petróleo. Antes do Ministro César Cals, a produção nacional estava estagnada há 10 anos, em 160 mil barris diários; com César Cals, nestes quatros anos, já subiu, pelo menos, de cem mil barris diários, isto, sim deve ser louvado.

Há um verdadeiro clamor nacional contra esses nossos Galtieris a paisana, comandantes da política econômica. A propósito, vê-se os jornais que nos quatro quadrantes do País no sábado de aleluia, o judas mais malhado no Brasil foi o "judas" Delfim Netto.

O Presidente tem feito repetidos pedidos de apoio para vencer a atual crise. Termino, como anteontem, com palavras do prudente e muito respeitado Sr. Afonso Arinos. Diz ele em recente entrevista à revista Veja:

— "O Presidente está pedindo que o povo apóie o que ele faz, mas é preciso que ele também apóie o que o povo quer."

Diz aqui o meu amigo Luiz Cavalcante: O que o povo mais quer, no momento, é ver esse inflatrio pelas costas. Bastaria isso, para renascerem as esperanças iniciais que os brasileiros depositaram no Governo Figueiredo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. HUMBERTO LUCENA — Eu me congratulo com o aparte de V. Ex⁸ que é uma contribuição magnifica ao pronunciamento que faço, neste instante, em nome da Liderança do PMDB. Lembro, aliás, que as palavras de V. Ex⁸ guardam inteira analogia com o discurso que aqui ontem foi pronunciado pela Oposição, não só através do Senador Severo Gomes, pelo PMDB, como através do Senador Roberto Saturnino, pelo PDT. Ambos

procuraram justamente enfatizar as verdadeíras causas do que estava ocorrendo em São Paulo, sem que, nem de longe, nós procurássemos, porque não seríamos capazes disso, estimular a agitação popular.

Evidentemente, não se pode desconhecer que, de uns tempos para cá, a imensa inflação a que V. Ext se refere, que é a maior de nossa história, e sobretudo, a política adotada para combatê-la, de caráter altamente recessivo, é que levaram o País a essa situação de desemprego crescente. Temos hoje, no País, segundo as últimas estatísticas, cerca de 3 e 4 milhões de desempregados, para não falar nos subempregados. Só em São Paulo são setecentos e poucos mil desempregados.

Diante desse quadro alarmante, catastrófico, criaramse no Brasil os chamados movimentos sociais: por exemplo, campanha de combate à carestia, campanha de combate ao desemprego. E esses movimentos, de acordo com a Constituição e com as leis que regem o País, têm saído as ruas sempre ordeiramente para postular as suas reivindicações perante a Nação e o Governo.

Lamentável que em São Paulo, nestes últimos dias, tenham ocorrido, no meio das ruas, os distúrbios do conhecimento da Casa. Mas o fato é que, diante das palavras pronunciadas pelo Governador Franco Montoro, perante uma cadeia de televisão, aos paulistas, S. Extestá inteiramente com o controle da situação. São Paulo amanheceu hoje uma cidade, pelo menos, tranquilla, com o Governo senhor, pelas providências que adotou, da ordem pública, assegurando a todos, indistintamente, os seus direitos não só individuais como sociais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em segundo lugar, por guardar uma íntima vinculação com a matéria que verso neste instante, encaminho à Mesa, como uma contribuição da Bancada do PMDB, no Senado, a seguinte proposição, para a qual pediría o apoio da ilustre Liderança do PDS nesta Casa:

REQUERIMENTO No

Considerando a grave recessão imposta à Nação pelo atual modelo econômico concentrador de renda, elitista e de crescente dependência externa;

Considerando que, por isso mesmo, vem aumentando acentuadamente os índices de desemprego no país;

Considerando que, até o momento, não se conhecem medidas governamentais efetivas para elevar o nível de emprego:

Considerando ainda que, pelo contrário, decisões recentes de política econômica, provocam não só um retraimento crescente nos investimentos públicos e privados, mas também um aumento gradual da capacidade ociosa de nossas indústrias:

Considerando mais que, os últimos e graves acontecimentos de São Paulo decorrem da situação de desespero em que se encontram milhares de trabalhadores — que de forma alguma se restringe àquela unidade federativa — num Estado onde, segundo os últimos dados oficiais, há mais de setecentos mil desempregados;

Considerando ainda que, nos países de economia capitalista que integram a área das chamadas democracias ocidentais, funcionam mecanismos de amparo que atenuam as conseqüências do desemprego, e

Considerando, afinal, que, desde 1979, apresentei ao Senado, o Projeto de Lei nº 156/79 que "dispõe sobre o seguro desemprego",

Requeiro a V. Ext nos termos do que dispõe o art. 371, alínea c), combinado com os arts. 380 e 386 do Regimento Interno, seja concedida urgência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 156/79, de minha autoria, que "Institue o seguro desemprego e determina outras providências".

Sala das Sessões, 6-4-83. — Humberto Lucena, Líder do PMDB.

- Referência NM-27

Para conhecimento da Casa, eis os termos do referido projeto:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 1979

Institui o seguro-desemprego e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Fica instituído, em caráter compulsório, de acordo com o disposto nesta lei, o segurodesemprego, de que trata o item XVI do art. 165 da Constituição, entre as prestações asseguradas pela Previdência Social.
- Art. 2º É beneficiário do seguro-desemprego todo trabalhador que, após 60 (sessenta) dias consecutivos de serviço na mesma empresa, se encontre desempregado, desde que o vínculo de emprego não tenha sido rompido por justa causa, nos termos do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, devidamente apurada perante a Justiça do Trabalho, nem por sua iniciativa.
- Art. 39 O custeio do seguro-desemprego será atendido mediante:
- I contribuição da União, nos termos do item IV do art. 69 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, representada pelos recursos do Fundo de Assistência ao Desempregado, instituído pelo art. 1º do Decreto nº 58.155, de 5 de abril de 1966, conforme prevê o § 3º do art. 12 da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, e do Programa de Integração Social, instituído pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970;
- II contribuições de empregados e empregadores a serem fixadas no regulamento desta Lei, com base em cálculos atuariais realizados pelo Instituto Nacional de Previdência Social.

E aqui eu poria uma Emenda,

- "III 25% dos recursos decorrentes da cobrança do FINSOCIAL, instituído por decretolei do Senhor Presidente da República."
- "Art. 4º O seguro-desemprego será pago mensalmente, até o prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir do mês seguinte àquele em que o empregado houver sido dispensado.

Parágrafo único. O pagamento a que se refere este artigo obedecerá o seguinte critério:

- I 80% (oitenta por cento) do salário mínimo regional nos dois primeiros meses;
- II 70% (setenta por cento) do salário mínimo regional nos dois meses seguintes;
- III 60% (sessenta por cento) do salário minimo regional nos dois últimos meses.
- Art. 59 É vedada a acumulação do segurodesemprego com salário ou quaisquer dos beneficios concedidos pela Previdêncial Social, não sendo outrossim devido quando o trabalhador tiver renda própria de qualquer natureza que lhe assegure a subsistência.
- Art. 6º Será motivo de cancelamento do pagamento do seguro a recusa do segurado de outro emprego apropriado oferecido por órgão oficial de recrutamento e colocação de mão-de-obra ou de readmissão na hipótese prevista no art. 3º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, na empresa de que tiver sido dispensado.
- Art. 79 Caberá às agências locais do Instituto Nacional de Previdência Social o pagamento do seguro-desemprego e o competente registro na carteira de trabalho do segurado, conforme estabelecer o regulamento desta lei.
- Art. 8º É condição essencial para percepção do seguro-desemprego o registro do segurado junto à

- Delegacia Regional do Trabalho, nos termos do art. 5º do Decreto nº 58.155, de 5 de abril de 1966.
- Art. 9º Fica obrigado o empregador que admitir empregado percebendo o seguro-desemprego a comunicar sua admissão, para fins de controle, ao órgão local do Instituto Nacional de Previdência Social.
- § 1º A comunicação de que trata este artigo será feita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da data de admissão, mesmo nos casos de contrato de trabalho de experiência.
- § 2º O empregador que não cumprir o disposto neste artigo incorrerá em multa equivalente a 5 (cinco) vezes o maior valor de referência vigente no País.
- Art. 10 Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias o Poder Executivo regulamentará esta lei.
- Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
- O Sr. Luiz Cavalcante V. Ex* me permite uma breve explicação?
- O SR. HUMBERTO LUCENA Com muito prazer, nobre Senador.
- O Sr. Luiz Cavalcante Eu sou forçado a fazer uma retificação. É o seguinte: eu afirmei que o que custava mil cruzeiros antes da posse do Presidente Figueiredo custa agora 51 mil cruzeiros. Foi engano meu, que agora retifico. Nos quatro anos do Governo Figueiredo, a inflação vai, como já disse, a mil quinhentos e dezessete por cento. Admitindo, então, uma inflação de 100%, neste último ano de Governo e de 80%, no ano final, a inflação do Governo Figueiredo se alçará a mais de 5.800%, ao seu termo. Numa hipótese muito otimista, o Governo Figueiredo emplacará uma inflação de, no mínimo, 5 mil por cento. Pois bem, é nesta hipótese, de 5 mil por cento, que o que custava mil cruzeiros no início do Governo Figueiredo, ao seu termo, estará custando 51 mil cruzeiros, cinquenta e uma vezes mais portanto. Esta a retificação. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Está anotada a retificação oportuna de V. Ext

- Sr. Presidente, Srs. Senadores, só para concluir, devo dizer que o projeto para o qual peço urgência neste instante decorre de um imperativo constitucional, porque a Constitução no seu art. 165, estabelece, ipsis litteris:
 - Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:
 - ... XVI previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado;...

Vamos cumprir a Constituição, para ajudar o povo a viver,

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

(*) ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 4, DE 1983

- A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e em cumprimento ao estabelecimento na Resolução nº 100, de 2 de dezembro de 1982, resolve:
- Art. In Aprovar a lotação e o enquadramento nominal da Categoria Funcional de Agente de Transporte Legislativo, Código SF—TP—1201, do Grupo-Serviços de Transporte Oficial e Portaria, do Quadro de Pessoal CLT do Senado Federal, na forma dos Anexos I E II do presente Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 5 de janeiro de 1983. — Jarbas Passarinho — Passos Pôrto — Gilvan Rocha — Cunha Lima — Jorge Kalume.

ANEXO I

LOTAÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL DE AGENTE DE TRANSPORTE LEGISLATIVO, DO QUADRO DE PESSOAL CLT DO SENADO FEDERAL

Classe Especial

Nº de funcionários — Referência NM-35
Nº de funcionários — Referência NM-34

Classe "D"

Nº de funcionários	- Referência NM-33
Nº de funcionários	— Referência NM-32
Nº de funcionários	- Referência NM-31
Nº de funcionários	01 - Referência NM-30
Nº de funcionários	— Referência NM-29
Nº de funcionários	— Referência NM-28
Classa	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

Nº de funcionários	— Referência NM-26
Nº de funcionários	— Referência NM-25
Nº de funcionários	— Referência NM-24
Classe	"В"
Nº de funcionários	- Referência NM-23
Nº de funcionários	- Referência NM-22
Nº de funcionários	— Referência NM-21
Nº de funcionários	- Referência NM-20
Nº De funcionários	- Referência NM-19
Classe	εε _Α ,,

Nº de funcionários

Referência NM-18

ANEXO II QUADRO DE PESSOAL CLT

Grupo — Serviço de Transporte Oficial e Portaria Categoria Funcional: Agente de Transporte Legislativo Código: SF—TP—1201

Classe "D"

Referência: NM-30

Nº de funcionários

Nº de Ocupantes: 01

01. Dilson Martins de Souza

Classe "A"

Referência: NM-18

Nº de Ocupantes: 04

- 01. Moisés Quinino Neto02. José Bezerra Primo
- 03. Eurípedes Antonio de Araújo
- 04. Marival Gualberto Ribeiro

Classe "A"

Referência: NM-15

Nº de Ocupantes: 06

- 01. Sebastião Antonio Fernandes
- 02. Aldemar Melo Monteiro
- 03. Waldecy Carmo de Amorim
- 04. Jurandir de Jesus Cavalheiro
- 05. Rooselwane Delfino Dias
- 06. Antonio Ramos dos Santos

^(*) Republicado por haver saido com incorreções no DCN, Seção II, de 2-2-83.

QUADRO DE PESSOAL CLT POSICIONADOS NA CLASSE SEGUNDO O TEMPO DE SERVIÇO E A DATA DE NASCIMENTO PARA EFEITOS DE DESEMPATE

Onde se lê:

CLASSE "A"	- REFERÊNCIA
BILL LA	

NM-14

Nome	 	Contrato	Data Admissão	Total	Data de Nascimento
I.DILSON SOUZA Obs. servidor servindo como	DE	Encarregado	16-4-80	962 dias	19-4-56
ta leia-se:	 -				

DILSON MARTINS DE

Nome

SOUZA Encarregado

Obs. Artifice-Estrutura de Obras e Metalurgia do Quadro CLT, posicionado na Referência NM-30 (Ato nº 21/82), habilitado no Processo Seletivo para Agente de Transporte Legislativo, publicado no DCN II de 2-

Data Admissão

16-4-80

Nº de funcionários

Contrato

Republicado por haver saído com incorreções no DCN, Seção II, de 2-2-83.

(*) ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 06, DE 1983

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e em cumprimento ao estabelecido na Resolução nº 100, de 2 de dezembro de 1982, resolve:

Art. 1º Aprovar a lotação e o enquadramento nominal da Categoria Funcional de Agente de Transporte Legislativo, Código SF-TP-1201, do Grupo-Serviços de Transporte Oficial e Portaria, do Quadro Permanente do Senado Federal, na forma dos Anexos I e II do presente

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 5 de janeiro de 1983. -Jarbas Passarinho — Passos Porto — Gilvan Rocha — Cunha Lima - Jorge Kalume.

ANEXO I

LOTAÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL DE AGENTE DE TRANSPORTE LEGISLATIVO, DO QUADRO PERMANENTE DO SENADO FEDERAL

Classe Especial

Nº de funcionários

Referência NM-35

Nº de funcionários	14 — Referência NM-34
•	Classe "D"
Nº de funcionários	— Referância NM-33
Nº de funcionários	- Referência NM-32
Nº de funcionários	03 — Referência NM-31

Nº de funcionários — Referência NM-30 - Referência NM-29 Nº de funcionários Nº de funcionários 20 - Referência NM-28

Classo "C"

	Cimpot	~	
Nº de funcionários		_	Referência NM-27
Nº de funcionários		<u> </u>	Referência NM-26

(*) Republicado por haver saído com incorreções no DCN, Secão II. de 2-2-83.

N۹	de funcionários	- Referência NM-25
Nφ	de funcionários	30—Referência — NM-24

Total

962 dias 19-4-56

Data de Nascimento

Classe "B"

11 — Referência NM-23

Nº de funcionários		_	Referência	NM-22
Nº de funcionários	10	_	Referência	NM-21
Nº de funcionários		_	Referencia	NM-20
Nº de funcionários	34	_	Referência	NM-19
Nº de funcionários	•	_	Referencia	NM

Classe "A"

	_					
٧º	dе	funcionários			Referência NM-18	
N٩	de	funcionários	03	_	Referência NM-17	
Nφ	de	funcionários		_	Referência NM-16	
Νņ	de	funcionários		_	Referência NM-15	
N٩	de	funcionários	16		Referência NM-14	

ANEXO II

QUADRO PERMANENTE

Grupo — Serviço de Transporte Oficial e Portaria Categoria Funcional: Agente de Transporte Legislativo Código: SF-TP-1201

Classe "Especial"

Referência: NM-34

Nº de Ocupantes: 14

01. Demerval Alves

João Guerreiro

José Antônio Moreira 03.

Antônio Pinto de Matos 04.

Manoel de Oliveira 05.

Daniel Ferreira Sales 06.

Geraldo Rodrigues de Barros

Manoel Cristiano Nogueira 08. Hypolito da Silva. 09.

Joaquim Benvindo Fernandes 10.

Antônio Carlos da Silva

Manoel Francisco de Abreu 12.

Nelson da Silva Serra 13.

14. José Luiz Lopes

Classe "D"

Referência: NM-31

Nº de Ocupantes: 3

01. Wolney Rosa

Eduardo Chodon

Classe "D"

Referência: NM-28

Nº de Ocupantes: 20

01. João Rodrígues de Souza

03. Valério Francisco de Lima

02. Altair Soares Matos

João Saturnino dos Santos

04. José Reinaldo Gomes

José Victor Sobrinho 05.

Udenir de Figueiredo 06.

07. Manoel Bento Rodrigues Antônio da Silva Flores

09. José Maria Mendes

10. Pedro de Carvalho Rodrigues

Raul Oscar Zelaya Chaves 11.

12. José de Jesus Campos Genival Mendonça 13.

14. Urbano Inácio dos Santos

Aliomar Pinto de Andrade 15.

16. Danilo Martins

Alciney Santos Granado da Silva 17.

18. Raimundo Patrício da Silva

19. João Ribeiro de Araújo

Nelson Mateus de Oliveira

Classe "C"

Referência: NM-24

Nº de Ocupantes: 30

01. José Luiz Vieira Xavier Antônio Carlos Soares

Inácio Bertoldo Sobrinho

Jayme Pinheiro Campos

05. José Conde da Silva

Roberto Carlos Lopes 07.

Dante Póvoa Ribeiro OR.

Orlando Barbosa da Fopnseca Júnior 09.

Givaldo Gomes Feitoza Oswaldo Pereira da Silva 10.

João de Deus Lopes 11.

12. José Ribamar da Silva

13. Francisco da Chaga Almeida

Fausto Inácio de Oliveira

15. Nilton Malta do Nascimento

Ayrton Jorge Clapp 16.

17 Braz Elias de Araújo

18. Genilson do Espírito Santo Jamar José Mario da Silveira Júnior

20, Antônio Dias do Nascimento

José Maria Leite Aguiar 21.

22. Jordan Miranda Lopes

23.

Bartolomeu Alves de Jesus Josinete Pessoa Veras 24.

25. Ney Gonçalves

Wagner Cabral da Costa 26.

José de Alencar da Mata

Florípedes José de Araújo

Oscar Cabral da Silva

30. Antônio Bento do Nascimento

Classe "B"

Referência: NM-23

Nº de Ocupantes: 11

João Antônio Barbosa Lopes

02. Manoel Vicente de Moura Filho

José Firmino Galvão 03.

04 Aureo Sá Miranda

05. Humberto Balbino silva

Djair Carvalho Reis

07. Juberto Vieira dos Santos

08. Antônio Dias Rosa 09 Valdetário Ferreira

10. Adrião Soares Barbosa

11. João Ribeiro dos Santos

Classe "B"

Referência: NM-21 Nº de Ocupantes: 01

01. Djalma Nobre de Carvalho

Classe "B"

Referência: NM-19 Nº de Ocupantes: 34

- 01. Antônio Alves dos Santos
- 02. Francisco Olival de Freitas Freire
- 03. Narciso Maria
- 04. José Arimatéia de Oliveira
- 05. Douglas Shietti Rodrigues Martins
- 06. Ivo Josê da Silva
- 07. Alceu Vieira Gomes
- 08. Genival Rodrigues de Paula
- 09. José Juvêncio Albuquerque Filho
- 10. Aurécio Alves Caldeira
- 11. José Alfredo Lira da Silva
- 12. Antônio Oliveira Andrade
- 13. Wanderley José Neiva Souto
- 14. Cleude Rodrigues Machado
- 15. Carlos Artur Pereira
- 16. Jamacy Cordeiro Goes
- 17. Paulo Pereira da Silva
- 18. Claudio Oliveira Pinto
- 19. Nadir Wensing
- 20. Valdeir Costa
- 21. Sebastião Moreira dos Santos
- 22. João da Paixão Lima
- 23. Domingos Soares de Oliveira Filho
- 24. José Humberto Ribeiro
- 25. Carso Henrique da Rocha
- 26. Francisco João de Souza
- 27. Carlos Emílio Souza Silva
- 28. Paulo Elisio Brito
- 29. Lourival Ferreira de Almeida
- 30. Eloi Vicente da Silva31. Antônio Soares de Pádua
- 32. Antero Pinto Sobrinho
- 33. Luiz Fernando de Barros
- 34. Jodimar Alves de Castro

Classe "A"

Referência: NM-17 Nº de Ocupantes: 03

- 01. Sebastião Jacinto de Assunção
- 02. Antônio alves dos Santos
- 03. Armênio Ferreira Pinto

Classe "A" Referência: NM-14

Nº de Ocupantes: 16

- 01. Carlos Aurélio Monturil
- 02 José Artur Nunes
- 03. Damião Galdino da Silva
- 04. Paulo Marcelino dos Santos
- 05. José de Oliveira Andrade
- 06. Agrimaldo da Silva Brito
- 07. Álvaro Braga da Silva
- 08. Ures José dos Santos Silva
- 09. Jorge Luiz Amaral Braga
- 10. Aymoré Júlio Pereira
- 12. Oscar Gladino de Oliveira
- 13, Raimundo José Soares
- 14. Vladir Gomes Ferreira
- 15. Antônio Eurípedes Paulino
- 16. Antônio Lima de Araújo

PORTARIA Nº 07, DE 1983

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 da Resolução nº 58, de 1972, resolve designar UBALDO GONÇALVES, Técnico Legislativo, MÁRIO SÉRGIO DA SILVA MARTINS, Técnico Legislativo, e ANTONIO CARLOS MEDEIROS FERRO COSTA, Agente Administrativo, para sob a presidência do primeiro, realizarem a sindicância para apurar os fatos constantes do Processo nº 1.882/83-0, nos termos do artigo 481, § 1º, do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 17 de março de 1983. — Aiman Nogueira da Gama, Diretor-Geral.

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR Reunião da Comissão Deliberativa, Realizada em 7-4-83

Às dez horas do dia 7 de abril do ano de mil novecentos e oitenta e três, reúne-se, em sua sede, a Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, presentes os Senhores Deputados Edison Lobão, Presidente, Sebastião Rodrigues Jr., Secretário, e Afrisio Vieira Lima, Tesoureiro; Deputados Paes de Andrade e Ubaldo Barem, Membros do Conselho Interparlamentar; Senadores Nelson Carneiro, Aloysio Chaves, Saldanha Derzi, Affonso Camargo, Murilo Badaró, Lourival Baptista, Almir Pinto, Milton Cabral e Amaral Peixoto; e Deputados Daso Coimbra, Ruben Figueiró, Rosa Flores, Albérico Cordeiro, Christovam Chiaradia, Antônio Florêncio, Henrique Alves, Furtado Leite, Marcelo Linhares, Homero Santos, Jorge Uequed e Bonifácio de Andrada. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à apreciação dos presentes os pedidos de filiação formulados pelos Senhores Senadores Guilherme Palmeira e Mário Maia e Deputados Jonathas Nunes, José Carlos Fonseca, José Moura, Myrthes Bevilacqua, Nelson Costa e Salles Leite, que são aprovados por vinte e cinco votos. A Comissão resolve a seguir, também, por vinte e cinco votos: a) delegar poderes ao Senhor Presidente para, de comum acordo com as Presidências das duas Casas do Congresso, constituir a delegação que participará da 132* Reunião do Conselho Interparlamentar, a realizarse durante o mês em curso em Helsinki; b) fixar em importância correspondente a US\$ 2,000.00 (dois mil dólares americanos) a ajuda de custo dessa delegação; c) conceder, em razão do longo percurso até Helsinki, passagem em classe executiva; e d) delegar poderes ao Senhor Presidente para, de comum acordo com as lideranças partidárias do Congresso Nacional, também constituir a Delegação que participará, em setembro do corrente ano, da 70º Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Seul. Nada mais havendo a tratar, suspende-se a reunião para que se lavre a Ata. Reabertos os trabalhos, às honze horas, é a mesma lida e aprovada. Eu. Sebastião Rodrigues Jr., Secretário, lavrei a presente Ata que irá à